



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ARIANE ALVES DA SILVA

**FEMINISMO E MARXISMO: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO PATRIARCADO
E CAPITALISMO NO BRASIL NOS ANOS 1980 E 1990.**

CAMPINA GRANDE – PB

AGOSTO, 2022

ARIANE ALVES DA SILVA

**FEMINISMO E MARXISMO: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO PATRIARCADO
E CAPITALISMO NO BRASIL NOS ANOS 1980 E 1990.**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção
do título Mestre em Ciências Sociais.**

CAMPINA GRANDE – PB

AGOSTO, 2022

S586f Silva, Ariane Alves da.
Feminismo e Marxismo: reflexões sobre a relação patriarcado e capitalismo no Brasil nos anos 1980 e 1990 / Ariane Alves da Silva. - Campina Grande, 2022.
123 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Ádrian Rojas."
Referências.

1. Sociologia. 2. Capitalismo. 3. Patriarcado. 4. Feminismo. 5. Trabalho Feminino. I. Rojas, Gonzalo Ádrian. II. Título.

CDU 316.26(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2021

CANDIDATA: **Ariane Alves da Silva**. COMISSÃO EXAMINADORA: Gonzalo Ádrian Rojas, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Jórisa Danilla Nascimento Aguiar, Doutora, DE/CERES/UFRN, Examinadora Externa. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "*FEMINISMO E MARXISMO: reflexões sobre a relação patriarcado e capitalismo no Brasil nos anos 1980 e 1990*". ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 17h00 – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus**. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 20 de dezembro de 2021.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

GONZALO ÁDRIAN ROJAS, Doutor, PPGCS/UFCG
Presidente da Comissão e Orientador

RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR, Doutor, PPGCS/UFCG
Examinador Interno

JÓRISSA DANILLA NASCIMENTO AGUIAR, Doutora, DE/CERES/UFRN
Examinadora Externa

ARIANE ALVES DA SILVA
Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata **ARIANE ALVES DA SILVA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa de dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Alves da Silva, Aluna**, em 25/01/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **GONZALO ADRIAN ROJAS, PROFESSOR 3 GRAU**, em 24/08/2022, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 24/08/2022, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jórisa Danilla Nascimento Aguiar, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO LAURENTINO DE SALES JUNIOR, PROFESSOR 3 GRAU**, em 25/08/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2026317** e o código CRC **267293C1**.

(...)

esse coração oculto
pulsando no meio da noite, da neve, da chuva
debaixo da capa, do paletó, da camisa
debaixo da pele, da carne,
combatente clandestino aliado da classe operária
meu coração de menino

(Ferreira Gullar, Poema sujo)

AGRADECIMENTOS

Inicio estes agradecimentos com o coração apertado pelo fim desta fase importante que é a conclusão da dissertação na carreira de pesquisadora, ao mesmo tempo em que, é um grande alívio terminar esta empreitada em meio à crise social, política e também de saúde. Estar vivo em 2021 e terminando este trabalho significa, de certa, forma uma grande conquista, a pandemia que enfrentamos nos retirou dos abraços, dos toques e da proximidade.

Neste pequeno espaço reservado a agradecer a todos aqueles que fizeram parte desta caminhada e contribuíram de alguma forma no meu crescimento pessoal e intelectual.

Agradeço primeiro, a minha mãe que desde pequena me dizia que ser mulher neste mundo não é fácil, que me ensinou a ter coragem para seguir meus sonhos e principalmente me incentivou a estudar, sendo uma das fontes de inspiração desta pesquisa, seu trabalho sempre esteve precarizado.

A Angélica, minha irmã, meu muito obrigado por estar comigo em todos os momentos, por me passar confiança e coragem, quase minha segunda mãe. Obrigada por ter me ensinado desde nova a escrever, sendo o pontapé inicial desta carreira acadêmica, por ser meu exemplo e por ser essa mulher forte que cria nosso pequeno grande menino sozinha, buscando dar o melhor de si para ele.

A Rute Barros, amiga que a graduação me proporcionou e ao qual sou imensamente grata pela parceria nos atos de resistência e nas conversas sobre os mais diversos assuntos que me proporcionaram enxergar por ângulos diferentes muitas coisas da vida e que se seguiu sendo parte importante da minha vida mesmo após a graduação.

A Gessyelle Catarine, pelo carinho apoio e escuta durante a caminhada da pós-graduação, sou grata pela nossa identificação e por cada cuidado que temos uma com a outra.

A Kênnia que se tornou aos poucos parte importante de mim e minha grande amiga com quem dividi as alegrias e tristezas dessa caminhada.

Enfim, mulheres que estiveram presente em toda minha trajetória até aqui e que foram fontes de inspiração para este trabalho.

A Pierre Alves, por ser minha fonte de alegria e renovação e que por vezes bateu na porta do meu quarto para brincar e compreendeu em seu jeito infantil minhas ausências durante esse período, por me dar forças com sua risada e perguntar como está o meu trabalho mesmo que no auge de seus 4 anos ele não tenha muita ideia do que é.

A Rairan Silva, por ser o melhor amigo desse mundo e ter vivenciado comigo os momentos de dor e de felicidade, por ter sido meu apoio quando muitas vezes o mundo desmoronou para mim e que mesmo a distância sempre esteve por perto, nosso percurso se iniciou na graduação e continuou em cada momento da pós-graduação.

A Marcus, pela nossa parceria durante a pós-graduação que me rendeu boas risadas e ótimos momentos.

A Paulo, por me acompanhar nas aulas pela nossa queda e flerte com a teoria marxista.

A Luiz Pachú, pela amizade, carinho, amor e apoio mútuo que ouviu meus lamentos e desesperos ao longo do fim dessa dissertação.

A todos os meus colegas de pós-graduação da turma de 2019 quando iniciei esta jornada, pelos momentos de reflexão em aula e pela longa caminhada até aqui, cada qual do seu modo, fizeram as aulas que compartilhamos serem eternas e formativas para mim assim como os momentos de companheirismo.

Ao meu querido orientador, Gonzalo Rojas pela compreensão, paciência e carinho com esta orientanda um tanto quanto incomum.

Aos amigos que fiz durante o período de ocupação do CDSA lá em 2016, momento que contribuiu significativamente para minha caminhada acadêmica e que carrego até hoje em minha construção enquanto ser humano.

Aos professores que estiveram presentes em todo meu período de formação, do infantil até a agora pelas aprendizagens que me proporcionaram dar continuidade a essa caminhada.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina – PRAXIS pelos debates e discussões tanto sobre esta dissertação como sobre a teoria marxista, ao qual me acolheu quando ainda caminhava timidamente meus estudos no marxismo.

A todos que compõem o jornal Esquerda Diário, a juventude Faísca, ao Movimento Revolucionário de Trabalhadores – MRT e ao movimento internacional de mulheres Pão e Rosas pelas discussões, convites e pela caminhada militante.

Meus agradecimentos a cada um que aceitou compor a banca de defesa inicial do projeto, qualificação e a defesa dessa dissertação, pelas contribuições a este trabalho e por dedicarem parte de seu tempo a ler este trabalho.

Por fim, a CAPES pelo financiamento desta pesquisa ao qual possibilitou o andamento da minha carreira acadêmica e a todos que compõe o corpo docente e formam o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFCG.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PIB – Produto Interno Bruto

POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação econômica por sexo no Brasil – 1981 a 1989	67
Tabela 2 – Participação econômica por sexo no Brasil – 1990 a 1999	68
Tabela 3 – Empregados e empregadas com carteira assinada – 1981 a 1989	70
Tabela 4 - Empregados e empregadas com carteira assinada – 1990 a 1999	71
Tabela 5 – Distribuição dos trabalhadores e taxas de atividade por sexo e escolaridade Brasil – 1989 a 1989	73
Tabela 6 – Distribuição dos trabalhadores e taxas de atividade por sexo e escolaridade Brasil – 1990 a 1999	74
Tabela 7 – Trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade 1981 a 1989	76
Tabela 8 – Trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade 1990 a 1999	77
Tabela 9 – Pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e local de estabelecimento do trabalho principal 1993	79
Tabela 10 – Pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e local de estabelecimento do trabalho principal 1999	80
Tabela 11 – Taxas de mulheres economicamente ativas que tiveram filhos, por idade de 1992 a 1999	82
Tabela 12 – Mulheres economicamente ativas, segundo posição na família de 1985 a 1989	84
Tabela 13 – Mulheres economicamente ativas, segundo posição na família de 1990 a 1999	84
Tabela 14 – Rendimento médio mensal de acordo com o gênero – 1985 a 1989	86
Tabela 15 – Rendimento médio mensal de acordo com o gênero – 1990 a 1999	87
Tabela 16 – Ocupados e ocupadas por associação a sindicatos e setor de atividade Brasil 1999	89

RESUMO

A entrada das mulheres no mercado de trabalho é marcada por especificidades, o lugar ocupado por elas enquanto sujeito histórico possui particularidades, estando envolvidas em relações de exploração e opressão patriarcal baseadas na ideologia de uma suposta natureza “biológica” que condiciona o universo do feminino à subserviência e a passividade. O presente trabalho pretende analisar e compreender as relações que se estabeleceram entre capitalismo e patriarcado com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho no Brasil após sua entrada massiva no mercado de trabalho assalariado nos anos 70, discutindo de forma ampla a relação entre opressão e exploração as mulheres e destacando a condição de dominada-explorada da mulher no marco do sistema capitalista, evidenciando o aporte teórico feminista-marxista e seus desdobramentos. O sistema capitalista, a princípio, não diferencia marcadores como gênero, sexualidade, raça e etnia quando se trata de explorar força de trabalho, mantendo e abstraindo a ideia de trabalhadores legalmente livres para competir vendendo sua força de trabalho. No entanto, o que justificaria, então, o pagamento de salários desiguais entre homens e mulheres e o fato de mulheres não ascenderem a cargos de maior prestígio e poder? No Brasil, elas ganham cerca de 20% a menos que eles em todas as áreas. Este estudo adota uma perspectiva predominantemente qualitativa de cunho bibliográfico, à luz da teoria marxista sobre classe e luta de classes e das teorias feministas que articulam classe e gênero, especificamente o feminismo socialista e sua diferença teórica e estratégica. Realizamos levantamento de dados disponíveis nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre trabalho feminino nas décadas de 1980 e 1990, para delinear os traços que se desenvolvem no movimento do patriarcado e capitalismo no Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo. Patriarcado. Feminismo. Trabalho feminino.

ABSTRACT

The entrance of women in the work force is marked by specificities, the space occupied by them as historical subject possesses particularities, being envolved in relations of exploitation and patriarchal oppression, based in the ideology of a supposed “biological” nature which conditions the universe of the feminine to subservience and passivity. The presente work intends to analyse and comprehend the relations established between capitalismo and the patriarchy with the massive entrance of women in the work force of Brazil after their massive entrance in the stipendiary Market, discussing in ample form the relation between oppression and exploration of women and highlighting the condition of dominated-exploited of women in the capitalista system, evidencing the feminist-marxist theoretical contribution and it’s unfoldings. The capitalista system, at first, does not differentiate markers like gender, sexuality, race and ethnicity when it comes to exploiting the work force, maintaining and abstracting the idea of workers legally free to compete selling their work force. Nonetheless, what would justify, then, the payment of unequal salaries between men and women and the fact that women do not ascend to higher positions of prestige and power? In Brazil, women receive less than 20% less in relation to men in all áreas. This study adopts a perspective predominantly qualitative of bibliographical nature, the light of marxista theory about class and the class struggle.

Keywords: Capitalism. Patriarchate. Feminism. Women's work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DOS PILARES DO CAPITALISMO E PATRIARCADO.....	25
1.1 O surgimento do Movimento Feminista e a organização das mulheres trabalhadoras.....	34
1.2 A questão da mulher dentro da teoria socialista: o surgimento de um feminismo socialista.....	44
1.3 A divisão sexual do trabalho: combinação entre exploração e opressão.....	49
1.4 Trabalho produtivo e improdutivo: O trabalho doméstico e a dupla exploração da mulher.....	54
1.5 A feminização no mundo do trabalho e a questão da mulher trabalhadora.....	58
2 A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO.....	63
2.1 A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro –um campo em crescimento.....	67
2.1.2 Trabalhadoras e trabalhadores segundo carteira de trabalho assinada.....	68
2.1.3 Escolaridade e trabalho.....	72
2.2 A divisão sexual do trabalho no Brasil: os setores de atividade que mais empregam mulheres.....	75
2.2.2 Trabalho segundo local de trabalho principal.....	77
2.3 A esfera reprodutiva dentro do mundo do trabalho no Brasil: Mulher, maternidade e trabalho.....	82
2.4 Mulheres, trabalho e desigualdade no Brasil: a desigualdade salarial entre trabalhadores e trabalhadoras.....	85
2.5 A organização da mulher trabalhadora no Brasil: sindicalização feminina.....	88
3 A MULHER NO CAPITALISMO: A COMBINAÇÃO ENTRE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO	91
3.1 A mulher trabalhadora e a luta por emancipação: apontamentos teóricos e políticos sobre a questão da mulher e articulação entre gênero, classe e raça.....	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

O advento do modo de produção capitalista provocou inúmeras mudanças nas relações sociais e políticas que alteraram as condições materiais de vida de homens e mulheres. Desta forma, para entender as opressões vivenciadas pelas mulheres partimos das condições materiais e subjetivas vivenciadas por estes sujeitos dentro do contexto histórico, social e cultural.

Neste trabalho propomos inquirir o debate sobre as articulações de gênero e classe, especificamente sobre a questão da mulher dentro do capitalismo, tendo como base referências bibliográficas com foco principalmente na produção teórica feminista marxista. Nestes termos, partimos da discussão sobre a articulação entre exploração e opressão de gênero e a divisão social e sexual do trabalho no espaço produtivo e reprodutivo como parte do que constitui a dinâmica patriarcado e capitalismo. Consideramos e nos propusemos a discutir a distinção entre exploração e opressão como uma fonte que possibilita a compreensão das raízes materiais das opressões de vários tipos, assim partirmos da totalidade – o modo de produção capitalista – para a particularidade do patriarcado.

Consideramos que, a opressão das mulheres no capitalismo garante elementos para sua legitimação tendo em vista que é um sistema baseado na exploração da maioria por uma minoria, onde as desigualdades sociais e a opressão a partir da divisão sexual do trabalho são essenciais para seu pleno funcionamento e sua própria reprodução.

A promessa de liberdade e igualdade com a entrada desses sujeitos, neste caso as mulheres, no mercado de trabalho e nos espaços de “poder” não se concretizou em termos substantivos, pelo contrário construiu uma formalidade que legitimou a exploração feminina, agora em dois âmbitos: privado e público – divisão própria da sociedade burguesa delimitando exclusões que se definiram historicamente – onde a esfera pública é baseada em princípios universais e impessoais, ao passo que a esfera privada de caráter pessoal e íntimo.

Essa dualidade se somou a percepção de estereótipos de gênero – a ideologia da mulher e sua natureza deficitária – que colocaram as mulheres em posição de desvantagem, preservando relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres.

Assim, ao invés de romper esta lógica, houve preservação dessa hierarquia pela dinâmica estabelecida entre patriarcado e capitalismo, a posição da mulher na vida social estaria designada a cuidar das atividades da esfera privada, como o cuidado dos filhos e do lar, socialmente a mulher é apresentada, como um objeto privado do marido. Esta forma de organização subsiste até hoje, o que torna a inserção das mulheres nas diversas esferas sociais

– como o mercado de trabalho e a política – marcada por representações do feminino baseadas em uma suposta condição biológica do cuidado e da maternidade.

A identidade de mulher e trabalhadora é associada a sua condição de reprodução, enquanto ao homem associado ao trabalho produtivo – fora do ambiente do lar – essas condições simbólicas não naturais construídas historicamente, vão imprimir limitações as mulheres no mundo produtivo, estabelecendo uma aliança entre o real e o simbólico que contribui na concretização da exploração de mão de obra feminina pelo capital para maior acumulação de lucro, assim, a opressão não é independente das relações sociais de exploração.

Neste sentido, buscamos resgatar as análises sobre patriarcado e capitalismo, como essa dinâmica contribui para a exploração e opressão feminina, partindo da produção teórica marxista considerando que a opressão das mulheres está diretamente vinculada às relações de propriedade, bem como, as relações de opressão de classe.

Entendemos que, ao mirarmos somente no fenômeno do patriarcalismo separado de uma análise concreta da situação das mulheres no mundo do trabalho se cai no engodo simples de definir a opressão as mulheres a um fenômeno cultural, isolado das relações de produção em sua totalidade, acabando por negar a questão de classe como forma essencial no construto das opressões que atingem majoritariamente as mulheres da classe trabalhadora.

No caminho percorrido ao longo desta pesquisa, verificamos a relação inerente entre as esferas que compõem o metabolismo social do capital que emergem dentro do modo de produção. Deste modo, este trabalho se desdobra a partir da compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo e quais as principais tendências que se imprimem desta relação com a inserção massiva da força de trabalho feminina.

Partindo desse amplo campo, este estudo tem como intenção interpelar sua investigação no Brasil após a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 70.

Como Cláudia Mazzei Nogueira (2004), professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), desde a área de Serviço Social aponta no livro “A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização” é a partir dos anos 70 no Brasil, que ocorre a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, período que foi chamado de “feminização do trabalho”, com o crescimento da oferta de emprego feminino devido a expansão dos ramos industriais que tradicionalmente empregam mulheres no Brasil.

Nesse período histórico, ocorre também, como afirma a filósofa Helena Hirata (2007) em seu texto “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” uma reconfiguração nas relações que organizam a esfera doméstica e profissional, bem como a mudança nas

modalidades que fomentam a divisão sexual do trabalho, a autora destaca que dentro deste espectro laboral para as mulheres, *tudo muda, mas nada muda (grifo nosso)*. As modificações não ocorrem na base estrutural – a combinação patriarcado e capitalismo – mas no âmbito de pequenos arranjos baseados no individualismo, o que provoca sutis mudanças, mas nada muda no concreto das relações sociais entre sexos.

Enquanto nos períodos posteriores, anos 1980 e 1990, houve o período de austeridade econômica e social marcado essencialmente pelo avanço do neoliberalismo na América Latina. A também filósofa Lorna Finlayson (2019) em seu artigo “*Feminismos em debate: na direção errada*” publicado originalmente na *The London Review of Books*, destaca que esse período de austeridade econômica e social, no início dos anos 80, o final da chamada “segunda onda” feminista, as mulheres, especialmente no sul global, foram diretamente afetadas pela privatização de serviços públicos especialmente aqueles relacionados aos cuidados infantis, de pessoas com deficiência, doentes e idosos, áreas nas quais as mulheres estão majoritariamente trabalhando, remuneradas ou não.

Segundo a psicóloga Andrea D’Atri, fundadora da organização feminista marxista internacional, Pão e Rosas, em seu livro “Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo” nesse período – fim dos anos 80 e início dos anos 90 – cresce em toda América Latina, nos movimentos feministas que aqui se desenvolveram, um processo de institucionalização e subordinação aos governos:

“[...] muitas feministas com certo prestígio no movimento, conhecimentos específicos e trajetória política na reivindicação dos direitos das mulheres, tomaram parte na tecnocracia que se somou aos organismos multilaterais, às agências de financiamento, ao Banco Mundial e às milhares de ONGs, que se transformaram também em plataformas para o lançamento de carreiras pessoais.” (D’ATRI, 2008, p.139)

Assim, existe um paralelo entre a situação real das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho no Brasil, o período de austeridade e a transformação do movimento feminista em toda América Latina. Esta reflexão nos conduziu a seguinte questão: que relações se estabeleceram entre capitalismo e patriarcado após a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho no Brasil pós anos 70?

Neste sentido, delimitamos as décadas de 1980 e 1990 como fonte de análise, partindo das intensas modificações sociais, econômicas e políticas que se davam no país naquela época, a fim de, delimitar os traços de opressão e exploração as mulheres trabalhadoras no Brasil.

Esse processo da entrada massiva das mulheres na esfera produtiva no Brasil não modificou os baixos salários e o quadro de exclusão de direitos delas, já que estas transformações se deram no marco de uma nova forma de organização do trabalho e de uma reestruturação produtiva e precarização. Essas transformações regressivas na economia contribuíram para um aprofundamento da crise no Brasil que se acirra na década de 90, provocando a perda de postos de trabalho na indústria e o aumento da informalidade.

Dentro desse contexto, elegemos como **objetivo geral** desta pesquisa investigar as relações que se estabelecem entre capitalismo e patriarcado com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

Assim, delimitamos como **objetivos específicos**:

- Analisar as contribuições teórico-políticas do feminismo socialista acerca dos conceitos de opressão e exploração/capitalismo – patriarcado;
- Investigar a conexão entre opressão e exploração dentro do capitalismo no Brasil dos anos 1980 – 1990;
- Apontar a conexão entre exploração e opressão dentro do processo de exploração da mulher trabalhadora no Brasil.

Deste modo, trabalhamos com a hipótese de que combinação patriarcado e capitalismo se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças” que, de certa forma, reforçam desigualdades como forma de dividir cada vez mais a classe trabalhadora, promovendo, diferente do que ocorre com os homens, a combinação entre exploração-opressão as mulheres trabalhadoras, assim essa articulação no capitalismo toma forma num modo que permite gerir o conjunto da força de trabalho feminina. No Brasil, o contexto em que a entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho implica em um processo de precarização do trabalho.

Assim, este trabalho se trata de um estudo adentra as questões que permeiam a formação destas relações nas terras brasileiras e como estas se estabelecem de forma diferente pela sua formação econômico social, destacando o papel do movimento feminista e suas diferentes correntes. Tratamos aqui que, capitalismo e patriarcado articulam em um movimento onde se oprime para dividir a classe e explorar mais e melhor.

Como mencionamos o sistema capitalista, a princípio, não diferencia marcadores como gênero, sexualidade, raça e etnia quando se trata de explorar força de trabalho mantendo e abstraindo a ideia de trabalhadores livres juridicamente para competir vendendo sua força de trabalho. No entanto, o que justificaria o pagamento de salários desiguais entre homens e

mulheres e o fato de mulheres não ascenderem a cargos de maior prestígio e poder? Mesmo após décadas desde a massiva entrada delas no mercado de trabalho no Brasil, elas ganham cerca de 20% a menos que eles em todas as áreas.¹

Deste modo, compreender a real situação da mulher trabalhadora no marco de um país com traços semicoloniais como o Brasil, exige uma análise histórica sobre o funcionamento do patriarcado-capitalismo, bem como, da dinâmica do capital.

Em uma época permeada por uma crise geral do capitalismo mundial desde o ano 2008, que se apresenta como uma crise orgânica² em diferentes formações econômico-sociais, diferentes países no marco da crise de um neoliberalismo senil, este estudo se volta a questões teóricas e políticas abordadas pelos feminismos³ que buscam a emancipação das mulheres.

Debruçamo-nos aqui no sentido de emancipação da opressão e exploração, destacamos que a entrada das mulheres nas esferas públicas e de poder sugere na verdade, uma suposta “liberdade” feminina dentro da esfera política, tendo como fim último a adesão de políticas públicas específicas para mulheres – mesmo sem questionar aqui os benefícios dessas políticas e a luta por direitos para as mulheres – mas, sua abordagem como fim último: limita a luta a via institucional, que não resolve o tema da emancipação, coisa impossível de fazer dentro de um sistema pautado em desigualdades estruturais e opressões como o capitalismo.

Neste sentido, este estudo se justifica por abordar as questões políticas e sociais que abrangem a relação entre capitalismo e patriarcado no Brasil em um tempo histórico em que a condição material de vida das mulheres é diretamente afetada pelas políticas neoliberais, não em uma falsa aparência de fim último do feminismo, mas na reflexão sobre a essência da articulação histórica entre a opressão e exploração das mulheres e sua superação abordada pelas diversas correntes do feminismo. Entendemos que esta é uma problemática que excede o campo

¹ IBGE, **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>> Acesso em: 19 de Julho, de 2022

² Ao longo da célebre obra “Cadernos do cárcere” Antonio Gramsci esmiúça o conceito de crise orgânica, ao qual pontua como uma crise na estrutura e superestrutura: uma crise econômica, política e social e das formas de organização política. Gramsci afirma na referida obra que “pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam efeitos fundamentais; só podem criar um terreno favorável para a difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que implicam todo o desenvolvimento ulterior da vida estatal” (GRAMSCI, 2007, p.40) assim, a crise econômica mundial de 2008 desencadeou um processo de mudanças políticas e sociais, que no Brasil se desenvolveram e eclodiram a partir de 2013, “criando” como coloca Gramsci, o terreno favorável para o desencadeamento da crise do Estado em seu conjunto. Destacamos que o momento conjuntural brasileiro mesmo numa situação política reacionária, consolidação dos ataques pós golpe de 2016 e fortes ilusões institucionais para as eleições de 2022, pela própria situação social e seu agravamento abre um período histórico de convulsões sociais, políticas e econômicas no mundo, ao qual não podem deixar de ser mencionadas tendo em vista que este trabalho aborda especificamente uma parcela significativa da classe trabalhadora: as mulheres.

³ Utilizamos o termo “feminismos” devido à heterogeneidade do movimento feminista, composto por diversas correntes teóricas e políticas.

das políticas públicas, onde a luta antipatriarcal deve ser também anticapitalista. Como coloca a socióloga Heleieth Saffioti, em seu artigo “Rearticulando gênero e classe social”

Salientar o papel das dominações que recaem sobre as mulheres trabalhadoras não significa esquecer a base de produção material referente à dominação, apenas constatamos que o fenômeno da produção atravessa de maneira subjacente toda a trajetória delineada. É preciso detectar a —presença das diferenças-semelhanças. (SAFFIOTI, 1992, p.192)

A presente dissertação é uma pesquisa de cunho quali-quantitativo, baseado em referências bibliográficas, com foco principalmente na produção teórica feminista marxista e na análise dos dados disponíveis nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre trabalho feminino nas décadas de 1980 e 1990.

Sobre a PNAD, a pesquisa é realizada desde 1967, exceto nos anos em que é realizado o Censo Demográfico. A pesquisa é feita por amostragem dos domicílios e tem como objetivo central colher dados acerca do trabalho e mão de obra no país, atualmente é feita semestralmente e trimestralmente, abordando também outros temas e com suplementos especiais. Os censos e as PNAD’s realizadas pelo IBGE, no entanto, enquadram os dados na modelagem de trabalho regular, contínuo e remunerado, assim, num país como o Brasil, não medem adequadamente o contingente feminino que contribui economicamente, o que tende a passar despercebido nos dados. No entanto, a busca desses dados nos servirá como forma de apreender a evolução na relação salarial e empregatícia entre homens e mulheres, bem como, delinear a relação de exploração e opressão as mulheres no Brasil.

Optamos como procedimentos metodológicos coletar os dados a partir de cinco temáticas: setores que mais empregaram mulheres, salário, sindicalização, trabalho e posição familiar e trabalho e maternidade.

A partir disso, coletamos por período de tempo seguindo a lógica de coleta de dados por decênio, desta forma coletamos os dados dos anos de 1980-1989, bem como, de 1990-1999. Assim, avaliamos os dados de forma linear, sendo possível capturar as mudanças ocorridas entre as décadas avaliadas.

Compreendemos a metodologia como uma forma de abordagem da realidade, desta forma teoria e método se articulam dialeticamente, como explicitado anteriormente, o foco deste trabalho é a relação que se estabelece entre capitalismo e patriarcado, neste sentido este é um estudo teórico que tem como pretensão compreender categorias que compõe o real da relação capital-patriarcado, observando seu movimento de continuidades e discontinuidades,

partindo de determinado tempo histórico em determinado estágio de desenvolvimento do capital.

Como ressalta e expressa como premissa metodológica Léon Trotsky, líder junto com Vladimir Ilitch Lenin da Revolução Russa de outubro de 1917, em seu texto *ABC da dialética materialista*, a dialética nos permite apreender e compreender determinados processos em seu espaço-tempo:

O pensamento dialético dá aos conceitos, por meio de aproximações sucessivas, correções, concretizações, uma riqueza de conteúdo e de flexibilidade; atrever-me-ia inclusive a dizer que lhes dá uma “suculência” que em certa extensão os aproxima muito dos fenômenos vivos. Não capitalismo em geral, mas um determinado capitalismo em um determinado estágio de desenvolvimento. (TROTSKY, [1940], 2017, n.p.)

Neste sentido, utilizamos da dialética e partimos do universal – o capitalismo – as particularidades do patriarcado e as suas singularidades no Brasil nos anos 1980 e 1990. A partir disso, analisamos o terreno das determinações que compõem os fenômenos que emergem das relações de produção e reprodução do capitalismo em relação à exploração da força de trabalho feminina num país semicolonial como o Brasil. Assim, sem pretensão de esgotamento do tema, desvelar como o capitalismo se utiliza dos mecanismos de dominação e opressão em sua forma de exploração. Deste modo, a discussão proposta será feita a luz da teoria marxista e do feminismo socialista, tendo como método o materialismo histórico-dialético.

É importante elencar a especificidade de trabalhar como método do materialismo histórico dialético, tendo em vista que apesar de não existir uma obra específica sobre seu método, Marx deixou ao longo de sua obra de que é composto o método, bem como e considero o mais importante ao longo de suas obras, como utilizá-lo na apreensão do real. Neste sentido, a pretensão é buscar a síntese da realidade sobre a exploração e opressão as mulheres e consequentemente as propostas dos feminismos em torno da emancipação feminina em sua essência.

Partimos do pressuposto que as lutas contra as dominações específicas como o machismo, o racismo, entre outros, não atuam separadas das contradições de classe próprias do sistema capitalista, dentro de uma totalidade social. Como Gilson Dantas e Iuri Tonelo, doutor em Sociologia pela Unicamp (2016, p. 13) no livro “O método em Karl Marx – Antologia” apontam “[...] todas as esferas se movem, e o sistema, o “real” por inteiro se move, nesses marcos fundados na contradição que funda as demais, que mantém o objeto [sociedade capitalista] em movimento.” É nesse movimento e na dialética que as contradições materiais na

realidade concreta – totalidade – permitem compreender a formação do ser social que se dá por meio destas relações sociais.

Como Karl Marx explicita, nos “*Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858”, a produção material implica na produção de indivíduos sociais, argumentando: “indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada.” (2011, p.39). E continua em *Contribuição a crítica da economia política*:

[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX: 2008, p.47).

Neste sentido, a produção material implica na produção de indivíduos sociais, a compreensão das relações sociais se dá na realidade concreta, assim as relações sociais são historicamente situadas, na sociedade burguesa essas relações estão mediadas pelo modo de produção capitalista. Essa configuração dialética se traduz dentro das contradições da vida material, assim a formação do ser social se origina partindo destas relações sociais e relações de produção. É importante ressaltar que bem como, a formação do ser social de cada época reflete o regime econômico vigente, as instituições e toda a superestrutura se erguem sob a mesma base, como coloca Lênin em seu texto “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”:

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza que existe independentemente dele, ou seja, o desenvolvimento da matéria, também o conhecimento social do homem (ou seja, as diversas concepções e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) refletem o regime econômico da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base econômica. Nós podemos ver, por exemplo, que as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado. (LÊNIN, [1913], 2017, n.p.)

Deste modo, a apreensão do método marxista de análise parte da base de compreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital, esse movimento colocado como ponto de partida se expressa na realidade concreta das coisas.

Consideramos que a reprodução das relações sociais de produção é também a reprodução da divisão sexual do trabalho que se deu historicamente. Como abordamos anteriormente, a família patriarcal e a divisão sexual do trabalho se tornam, neste sentido,

importantes aliados da dinâmica capitalista de opressão e exploração, a atividade na esfera reprodutiva também é essencial ao capital, neste sentido não seria possível compreender as várias questões que infringem as mulheres na sociedade sem adentrar as contradições de classes e o conhecimento científico dessa perspectiva.

Para atendermos os objetivos elencados nesta dissertação, estruturamos esta pesquisa em três capítulos, além desta introdução e uma conclusão.

No primeiro capítulo perquirimos pela base histórica de exploração e opressão as mulheres, abordando questões gerais a partir dos pilares do capitalismo e a manutenção do patriarcalismo. Para isso, fizemos uma breve revisão histórica sobre o desenvolvimento do capitalismo e a acumulação primitiva usando como base teórica o marxismo que será o alicerce teórico desta dissertação, trazendo à tona como a espoliação dos trabalhadores e a história do capitalismo se entrelaça a manutenção das mesmas e antigas formas de opressão.

Neste capítulo, resgatamos como a questão da mulher trabalhadora e as profundas mudanças sociais da entrada delas no mundo do trabalho foram abordadas dentro da teoria e prática socialista, trazendo as mulheres que se tornaram referência dentro do feminismo socialista, tendo como pretensão não esgotar sua contribuição, mas trazer à tona o fio vermelho que conduz este trabalho. Adentramos ainda, as questões teóricas e políticas que permeiam a teoria feminista e conseqüentemente este trabalho, assim, entendendo que nenhuma pesquisa se coloca como neutra, utilizamos como escopo teórico o marxismo e especificamente as colocações do feminismo socialista acerca da relação patriarcado e capitalismo e seus contornos sobre a opressão as mulheres.

No segundo capítulo, resgatamos dos dados empíricos referentes à situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, deste modo delineamos como fonte de análise os ramos que mais empregaram mulheres, o salário, sindicalização, bem como, a questões que envolvem a condição reprodutiva: as mulheres em atividade e sua posição familiar, assim como a taxa de atividade de mulheres com filhos durante as décadas de 1980 e 1990 com o intuito de dar base a nossa hipótese já apresentada nessa introdução, evidenciar os contornos da exploração e opressão as mulheres aqui. Assim, procuramos demonstrar as imbricações do movimento de opressão do patriarcado e exploração capitalismo dentro do escopo da divisão sexual do trabalho e a exploração da força de trabalho como forma de compreender as tendências do capital na exploração da mulher trabalhadora no Brasil.

Por fim, no terceiro capítulo nos debruçamos acerca da conexão entre exploração e opressão às mulheres e suas novas formas dentro do modo de produção capitalista, bem como,

a entrada massiva das mulheres na esfera produtiva a partir do território de pesquisa deste trabalho: o Brasil.

Assim, retomamos os pilares teóricos adotados no campo feminista marxista acerca da inserção da força de trabalho feminina, no sentido de verificar ou rejeitar nossa hipótese, bem como, a relação patriarcado – capitalismo no Brasil e as correntes teóricas políticas que se desenvolveram aqui a fim de entender as formas de opressão a mulher, articulando as questões teóricas do primeiro capítulo com os relevamentos empíricos apresentadas no segundo capítulo desta dissertação.

Entendemos que o feminismo enquanto corrente teórica e movimento social tem se modificado ao longo dos anos, este fenômeno também varia de acordo com a forma como se definem os avanços na luta de classes e a crescente institucionalização das lutas de caráter social na América Latina. A partir das contribuições deste vasto campo de análise que é a teoria feminista, procuramos levantar alguns debates entre os “feminismos” que vem delineando análises sobre a tríade classe-raça-gênero, com intuito de adentrar a realidade das mulheres e da exploração a força de trabalho feminina no Brasil. Assim, procuramos demonstrar as imbricações entre teoria e prática e a necessidade da retomada de sua articulação, como forma de romper com a lógica de um feminismo somente acadêmico, fazendo uma retomada a práxis, especificamente a práxis revolucionária, anticapitalista e socialista.

Destacamos que, a retomada a práxis revolucionária se distancia daquela feita com a stalinização da revolução que retirou os direitos das mulheres russas, representando um enorme retrocesso no avanço feito pela Revolução Russa em relação à questão das mulheres trabalhadoras.

Deste modo, avançamos quanto à análise da relação entre capitalismo e patriarcado, especificamente o desenvolvimento desta relação no Brasil. Adentrando como a massificação destas mulheres dentro do mundo do trabalho se deu junto ao avanço do capital em um país semicolonial como o Brasil, avançando na nossa hipótese de relação entre capitalismo e patriarcado e como o primeiro utiliza o segundo para dividir e melhor explorar.

Deste modo, temos como intenção superar as aparências sobre a questão da mulher dentro da sociedade de classes sem a pretensão de esgotar o tema, para além das fronteiras das discussões sobre identidade e cultura, objetivamos adentrar a realidade historicamente construída e seus elementos subjetivos. Em síntese, pretendemos ao longo dos três capítulos que compõe esta dissertação compreender a situação da mulher trabalhadora no Brasil, neste sentido, não é possível compreender a situação da mulher trabalhadora sem adentrar a lógica capitalista e patriarcal, bem como, o arcabouço científico, teórico e revolucionário sobre o tema.

Esta dissertação tem como princípio abordar teórica e politicamente a mulher trabalhadora, destacando a relevância da relação de opressão de gênero e exploração de classes, um campo de estudos não hegemônico nas Ciências Sociais.

Destacamos o crescimento do que tem sido chamado de “quarta onda” do feminismo no Brasil e mundialmente, tendo em vista o avanço das políticas reacionárias em solo brasileiro e do avanço do neoliberalismo e ataque a classe trabalhadora mundial. Embora a quarta onda do Movimento Feminista detenha-se a discutir as formas de ocupação dos espaços públicos, sobretudo em relação à violência contra a mulher e no avanço pelo direito ao aborto. O contexto sociopolítico brasileiro atual parece indicar um novo “renascer” do feminismo que vem atuando de forma diversa contra o conservadorismo social e as políticas de ataque ao conjunto da classe trabalhadora.

1. DOS PILARES DO CAPITALISMO E PATRIARCADO

Nessa trajetória em busca dos pilares que dão base a opressão da mulher na atual sociedade de classes, faz-se necessário revisitar primordialmente a obra “O capital” de Karl Marx. Debruçamo-nos sobre como o modo de acumulação primitiva e a história do desenvolvimento do capitalismo estão intrinsecamente ligados a opressão da mulher e ao patriarcado.

A referida obra para além de remeter as questões que envolvem as relações de classe e a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas demarca um profundo estudo sobre o metabolismo social que se desenvolve com o avanço do modo de produção capitalista, perpassando sobre as contradições próprias que compõe essa lógica de produção e reprodução da vida, assim Marx não só desmascara a exploração de uma classe sobre a outra, mas coloca em destaque como as contradições que permeiam as relações de produção estão ligadas a reprodução social.

Desta forma, entendemos que não é possível separar a história da exploração no capitalismo da história de exploração e opressão as mulheres, tecemos nesta dissertação que exploração e opressão atuam em conjunto na condição da mulher trabalhadora, neste sentido abordaremos o desenvolvimento da exploração capitalista.

Assim, em uma breve revisão histórica, o “pecado original” do capital na teoria marxista é a acumulação primitiva, esta é entendida como o processo que cria a sociedade capitalista, onde há a dissociação violenta do trabalhador dos seus meios de produção e da terra, e a transformação desses de servos feudais em assalariados modernos, entendidos como “trabalhadores livres”. No entanto, Marx [1867] / (2017) afirma no capítulo XXIV do Capital, intitulado de “A acumulação primitiva” que:

Os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. (MARX: [1867] /2017, p. 830).

A transição do modo de produção feudal para a produção capitalista se constitui da sujeição daqueles que não possuem os meios de produção, somente possuem sua força de trabalho para ser vendida e para isso era preciso que existam os capitalistas que tenham condições de comprar essa força de trabalho, o que acarretou mudanças sociais importantes e

com as transformações políticas, sociais e econômicas da época, surgia uma nova forma de produção e reprodução da vida.

À medida que estas transformações avançam e conseqüentemente que o modo de produção capitalista avançava com a indústria, o capital se aparta da acumulação primitiva, o servo passa a ser o trabalhador assalariado. Essa passagem do servo a proletário se deu de forma violenta, sem qualquer direito garantido, como afirma Marx em seu livro “O Capital: crítica da economia política” (MARX: [1867] /2017, p. 836) “com a dissolução das vassalagens feudais é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos [...]”.

Esses trabalhadores constituíam uma massa trabalhadores duplamente “livres, juridicamente livres e também de toda propriedade para serem explorados no mercado mundial capitalista, já que só possuem a possibilidade de vender sua força de trabalho, condição necessária para sua sobrevivência, como destaca Lênin “quando o feudalismo foi derrubado e surgiu a “livre” sociedade capitalista, ficou imediatamente claro que essa liberdade significava um novo sistema de opressão e exploração do povo trabalhador”(LÊNIN, [1913], 2017, n.p.).

Assim, dentro do sistema capitalista a sociedade é dividida em duas classes sociais antagônicas: “[...] no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (MARX, 2004, p.79). E é por meio da relação conflituosa entre essas duas classes antagônicas que a história se movimenta pela luta de classes.

A partir dessa relação conflituosa, Marx destaca a materialidade das relações sociais modificadas pelo avanço do capitalismo para além de uma relação de exploração e expropriação, mas a própria lógica de produção e reprodução da vida. O autor busca superar a aparência da evolução do capitalismo para compreensão da materialidade concreta, partindo de uma investigação dialética para entender não somente o funcionamento e as características econômicas desse processo de acumulação capitalista, mas suas múltiplas determinações analisando o trabalho em sua essência.

Para Marx, no já mencionado livro ([1867] /2017) o trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Assim, compreender as questões que abrangem o trabalho e a exploração deste pelo capital é também compreender materialmente a formação do ser social em determinado tempo histórico – ou seja, o tempo histórico do capitalismo.

Em “Princípios básicos do Comunismo” Friedrich Engels [1847] / (1982) assinala que sempre houve classes pobres e trabalhadoras, onde os trabalhadores eram principalmente pobres, no entanto, nestas condições de subsistência unicamente da venda e da necessidade do

trabalho, nem sempre existiram. O proletariado nasce com a Revolução Industrial e a divisão do trabalho entre os operários para produção em massa.

É na passagem para o capitalismo que o trabalho transforma o trabalhador e a si mesmo como uma mercadoria. Para Marx [1867] / (2017) o sistema capitalista exigia não somente a subordinação dos trabalhadores em massa, mas a sua transformação em mercadoria e a conversão de seu instrumento de trabalho em capital para o avanço do processo de acumulação.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira o trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, [1867] /2017 p.830)

Assim, a decomposição do sistema feudal permitiu a livre exploração do homem pelo homem. Para Engels [1847] / (1982) o trabalho se torna uma mercadoria como qualquer outra, e seu preço determinado pelas mesmas leis que se aplicam às mercadorias.

Estas condições imprimem determinações sociais não apenas na ordem econômica – para a compreensão das classes e do seu antagonismo – mas também na compreensão das questões políticas, sociais, culturais e ideológicas.

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e do outro, seres humanos que nada tem para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição, costume aceita as exigências daquele modelo de produção como leis naturais evidentes. (MARX, [1867] /2017p.854)

Desta forma, a exploração da massa de trabalhadores é colocada dentro de uma “lei natural” retirando a violência e o caráter histórico ao qual se desenvolveu o terreno de decomposição do sistema feudal ao sistema de produção capitalista, bem como as bases que se ergueram o capital:

O capital significa um desenvolvimento maior desse vínculo: a força de trabalho do homem se transforma em mercadoria. O trabalhador assalariado vende sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas, dos instrumentos de trabalho. O trabalhador emprega uma parte da sua jornada de trabalho para cobrir o custo de seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte trabalha de graça, criando a *mais-valia* para o capitalista, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista. (LÊNIN, [1913], 2017, n.p.)

Entendemos que o sujeito histórico de nossa sociedade é o proletariado pelo seu local na produção, pela sua posição estratégica, a história tem sido por milênios a história da

dominação de uma classe sobre a outra. Assim, sendo a classe despossuída constituída no capitalismo por uma diversidade de raça/etnia e de gênero, partimos deste pressuposto a compreender as particularidades e diferenças daqueles que compõe o proletariado e como o capitalismo se apropria dessa diversidade para acumular e gerar mais lucro.

Para a teoria marxista, a relação entre capitalismo e patriarcado se estabelece de forma diferente e superior as formas anteriores dos modos de produção. Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Friedrich Engels adentra os estudos pelas sociedades primitivas e modernas buscando relacionar as formas de produção e organização familiar onde destaca o problema da opressão à mulher, esta que emerge no mesmo processo que institui a propriedade privada burguesa e a divisão de classes como forma de organização social no capitalismo na busca de assegurar a perpetuação das riquezas acumuladas.

Em sociedades pré-propriedade privada, as quais se davam o comunismo primitivo, Engels destaca a condição das mulheres:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do séc. XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada. (ENGELS: [1884] /2012p.51).

É com o surgimento da sociedade de classes e a necessidade da propriedade privada que se assegura a opressão a mulher. Engels, no mencionado livro, destaca que nas primeiras formações sociais humanas (a *gens*) predominou ao longo dos séculos o matriarcado, era a mulher o sujeito que tinha predominância e importância política, social e econômica.

O matriarcado era a forma de organização preponderante nas sociedades primitivas, anteriores ao surgimento da propriedade privada, esse tipo de organização não permitia conceber a descendência paterna das famílias que se davam em torno da mãe. A divisão social do trabalho neste tipo de sociedade era definida sem objetivo econômico, vivendo coletivamente da coleta de frutos e da caça.

Com o surgimento da propriedade privada as relações sociais se modificam, passando a ser patrilineares – com o acúmulo de riqueza era necessário que os filhos fossem identificados pelo pai para a passagem da herança, antes a herança passava pela linhagem materna – como não havia produção excedente com benefício econômico, passavam de geração a geração poucos utensílios necessários para a manutenção da *gens*, no entanto, com a nova forma de acúmulo de bens e o aumento da produção essa situação se transforma.

A opressão feminina é, então, assegurada e passa a ser um direito masculino: “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais que exercer seu direito.” (ENGELS, [1884] /2012, p. 79) A mulher é colocada como propriedade do homem e em condição de subalternidade dentro do modelo de família patriarcal. A carga de opressão as mulheres estão diretamente vinculadas às relações de propriedade, com o advento da propriedade privada é necessário ao capitalismo a manutenção dos bens adquiridos por herança e bem como, da mulher no trabalho doméstico.

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa, a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. (ENGELS, [1884] /2012, p. 77)

No mesmo livro, Engels afirma que o primeiro efeito do poder exclusivo do homem desde o momento que se instaurou foi a forma de família patriarcal, com essa definição de família patriarcal, o homem – patriarca – tinha poder sobre os escravos, os filhos e especialmente sobre a mulher.

A partir disso, a forma como o avanço do processo de acumulação e a propriedade privada traz em seu cerne o nascimento da família monogâmica dentro de um movimento histórico que vai da sociedade primitiva a sociedade de classes. Marx e Engels assinalam em seu livro “A ideologia Alemã”, que “Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual”. (MARX e ENGELS, 2007, p.35).

Dentro do espaço privado, da casa e em sua posição na hierarquia familiar, o homem é posto como superior e dominante nas questões da esfera pública, enquanto a mulher pertenceria à posição inferior, destinada ao âmbito privado. Para manter e justificar a opressão às mulheres que vigora dentro da exploração de classes disseminou-se a ideologia de uma suposta natureza feminina, essencialmente deficitária.

Ao longo dos séculos, o mito da natureza feminina foi amplamente difundido socialmente pela Igreja católica, com o surgimento do capitalismo a compreensão sobre a suposta deficiência feminina mesmo com o avanço das ideias iluministas e o advento do capitalismo, a posição da burguesia eminente sobre as mulheres não avançou, deixando claro qual lugar da mulher na ideologia das classes dominantes. Assim, enquanto classe revolucionária a burguesia só concebia a mulher dentro do espaço privado, essas justificativas serviriam para impor a posição de submissão das mulheres tirando-as da cena social e política.

A família monogâmica passa a exercer um papel importante no desenvolvimento da sociedade capitalista e das forças produtivas, é a partir do trabalho doméstico realizado pelas mulheres que se reproduz a classe trabalhadora.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade”. Assim, o trabalho doméstico é visto dentro de uma via de mão dupla, ele é essencial ao funcionamento social e a reprodução da vida, enquanto é naturalizado e expropriado – não de forma direta – pelo capital. (MARX e ENGELS, 2007, p. 34)

Deste modo, a família monogâmica permeada por uma divisão do trabalho que é sexual, funcionou como base de sustentação do patriarcado através da patrilinearidade que tinha como principal necessidade garantir a hereditariedade da propriedade privada, conseqüentemente esta forma de organização foi substancial as mudanças nas relações sociais e de trabalho. A família monogâmica passa a funcionar como pilar de sustentação da propriedade privada e da manutenção das relações propriedade que esta forma de organização engendra, sendo a primeira forma de matrimônio definida especificamente por razões econômicas. Portanto, define Engels:

[...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, [1884] /2012, p.87.)

O patriarcado estabelece desde a fase de acumulação primitiva e a instauração da propriedade privada burguesa interconexões com as questões de classe, contribuindo no processo de manutenção do capital. Assim, as determinações do patriarcado se colocaram dentro do processo de inserção das mulheres na vida social e na esfera de produção dentro do capital, o trabalho e a exploração da mulher trabalhadora logo foram absorvidos pela engrenagem das relações desiguais da sociedade capitalista.

Na medida em que avançava o capital industrial e se apartava da acumulação primitiva, se desenvolve o trabalho assalariado. Esse novo tipo de trabalhador vende a única mercadoria que lhe restou após a espoliação de seus meios de produção de subsistência: sua força de trabalho. Esta é convertida na forma de salário, a qual oculta a expropriação capitalista.

“[...] a transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa forma de

manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar” (MARX, [1867] /2017, p.610)

Sob a égide jurídica do capitalismo, o trabalhador é duplamente livre, no entanto sua liberdade se condiciona a força de trabalho vendida por ele. Essa força de trabalho não é paga pelo salário, este é pago em quantidade necessária para reprodução da força de trabalho, o excedente é apropriado pelo capital.

Portanto, essa nova configuração de trabalhador é diferente das formas de produção anteriores, a exploração na sociedade capitalista tem como pressuposto uma igualdade formal de trabalhadores livres para vender força de trabalho, logo, na teoria as características físicas ou identitárias dos explorados não seriam consideradas. No entanto, no que concerne a força de trabalho feminina, essas condições imprimem profundas modificações em relação à mulher trabalhadora.

Para Engels no mencionado livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” [1884] / (2012) o capitalismo criou condições para real libertação das mulheres ao envolvê-las novamente na produção social, no entanto, simultaneamente gerava contradições e conflitos com a forma de organização familiar. Somente o socialismo poderia criar uma nova organização familiar que correspondesse aos novos papéis sociais das mulheres.

Ou seja, se por um lado a inserção da força de trabalho feminina avançava na retirada da mulher do lar também exerceu um papel crucial no processo de acumulação do capital, essa inserção não foi acompanhada de mecanismos de libertação das mulheres da esfera privada, ao contrário, agora a explorava em dois âmbitos, ao qual convencionou naturalizar essas tarefas como substancialmente femininas.

A incorporação das mulheres na produção provocou a divisão dos salários dos trabalhadores, com a entrada das mulheres houve o rebaixamento dos salários o que era pago a um trabalhador agora era dividido entre toda família. Nesse movimento, o fenômeno do trabalho feminino acabou incitando o que foi chamado de “antifeminismo proletário”, homens e mulheres começaram a se organizar com a demanda de um salário familiar à medida que os salários caíam. Havia, então, uma divisão entre as trabalhadoras que retorquiam não existir outra escolha para complementar a renda familiar que não fosse o seu trabalho na esfera produtiva, enquanto outras defendiam a demanda de salário familiar, já que o trabalho na produção não era “natural” para as mulheres.

Dessa forma, teóricos e organizadores socialistas se viam em um impasse ao confrontar os problemas que se deram com o trabalho feminino, assim no início fracassaram na tentativa de alcançar uma solução, no entanto, a extensão do emprego e expansão do trabalho para as mulheres era inevitável. Neste contexto, surgiram as primeiras teorias contra o antifeminismo proletário e a argumentação de uma divisão de trabalho por gênero. Os trabalhos já citados neste texto de Engels, foram cruciais no combate as ideias do antifeminismo proletário, assim como os trabalhos da dirigente Clara Zetkin.

Assim, segundo a historiadora norte-americana Wendy Goldman autora do livro “A mulher, o Estado e a Revolução”, iniciou-se a insígnia por “trabalho igual, salário igual”:

O novo fenômeno do trabalho feminino fora de casa provocou tremendo desespero e confusão em todos os ofícios, já que virara o mundo dos trabalhadores ao avesso. Homens e mulheres competiam ferozmente por trabalhos à medida que as mulheres substituíam os homens por salários mais baixos. [...] À medida que os salários caíam, até mesmo as mulheres com maridos se viam forçadas a encontrar trabalho. (GOLDMAN, 2014, p. 47)

Pela sua vez, Marx também destaca como o capitalismo se apropriou da entrada das mulheres e crianças na força produtiva para super-explorar:

O valor da força de trabalho estava determinado pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar. Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho. É possível, por exemplo, que a compra de uma família parcelada em quatro forças de trabalho custe mais do que anteriormente a compra da força de trabalho de seu chefe, mas, em compensação, temos agora quatro jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai na proporção do excedente de mais-trabalho dos quatro trabalhadores em relação ao mais-trabalho de um. (MARX, [1867] /2017, p. 576)

Assim, a entrada da mulher no mercado de trabalho acontece pelo interesse do capital na maior exploração dos trabalhadores, e não como afirmam as teorias do feminismo burguês, de libertação da mulher. Essa incorporação na esfera da produção propicia ao capitalismo uma ampliação de toda a classe operária, aumentando o chamado “exército de reserva” necessário ao capitalismo, agora além de explorar o contingente de mulheres no âmbito do lar, também o fazia no trabalho produtivo.

Desde modo, os avanços esbarraram não somente nas dificuldades econômicas, mas também com as relações de dominação entre os sexos que não foram rompidas com o avanço

do modo de produção capitalista e a entrada das mulheres na produção, acirrando a divisão sexual do trabalho.

A filósofa Silvia Federici, em seu livro o “Calibã e a Bruxa” (2007), destaca que a forma como a história de opressão e exploração as mulheres se entrecruzam com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida apenas na análise de serviços laborais e índices salariais, sem se atentar as transformações nas relações de gênero.

Assim, para a mulher da classe proletária, a relação patriarcado e capitalismo imprime condições de opressão e exploração que vão além da aparência de dominação das relações entre os gêneros, bem como, da relação laboral, mas sim da realidade concreta e subjetiva que oprime, explora e domina. O desenvolvimento do movimento de exploração do capitalismo junto ao patriarcado atinge nossos dias, dessa forma as mulheres passaram a sofrer enquanto parte da classe explorada e pelo seu gênero. Essa opressão à mulher não atinge de maneira igual todas as mulheres do mundo, a intensidade e a forma como são delineadas as formas de opressão feminina ganham no capitalismo o peso da classe à qual ela pertence: a classe explorada ou a exploradora.

As transformações ocorridas com a incorporação da mulher ao processo produtivo a partir do desenvolvimento do capitalismo proporcionaram a participação efetiva delas dentro da luta de classes e conseqüentemente novas reivindicações de luta, ao lado dessa exploração, cria também um movimento dialético – ao mesmo tempo em que há maior competição entre trabalhadores, também cria a base material para que a mulher lute por sua emancipação e pela emancipação de sua classe. Ocorrem então, profundas mudanças nas relações de gênero com a dupla jornada de trabalho e a competição entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho.

Ao estabelecer essa conexão entre patriarcado e capitalismo e a necessidade desta correspondência para o seu desenvolvimento, a teoria marxista coloca em evidencia a partir do materialismo histórico dialético que a opressão feminina está diretamente relacionada com a propriedade privada, a forma familiar monogâmica e a construção do Estado capitalista, a partir do acúmulo de bens e da organização de família monogâmica se define a forma de Estado correspondente, pois é o Estado o aparato legal jurídico que organiza as relações de propriedade.

Vale ressaltar, neste sentido, como o marxismo e seu método escancararam o caráter do Estado dentro do capitalismo, colocando em xeque seu papel social enquanto aparato legal de dominação, bem como, sua formação patriarcal, tendo em vista que o fundamento do Estado se dá na base da propriedade privada e do patriarcalismo.

Além de ter ousado decifrar como a exploração de uma classe sobre a outra, continua de forma sutil servindo de base para exploração e opressão da mulher. Delineou a forma de luta e estratégia para emancipação da mulher perpassa sobre a emancipação da classe trabalhadora, pela abolição da propriedade privada e conseqüentemente o fim da sociedade de classes, demonstrando a insustentabilidade da igualdade entre homens e mulheres em um sistema que se utiliza dessa característica para exploração.

Seguindo esta reflexão, com o desenvolvimento do capitalismo as modificações sociais que ocorreram são base do terreno histórico em que se desenvolveu a luta de classes e também a luta das mulheres pela emancipação.

Neste cenário, faz-se necessário abordar outro campo que permeia a história das mulheres trabalhadoras: o processo de desmistificação da condição da mulher, especialmente este processo dentro da sociedade de classes que passou a ser fonte teórica e prática do feminismo socialista.

Deste modo, resgatamos o trajeto percorrido pelos movimentos feministas e a experiência das mulheres trabalhadoras como o terreno histórico concreto de luta, seguindo o fio vermelho que percorre esta dissertação.

1.1 O surgimento do Movimento Feminista e a organização das mulheres trabalhadoras

A organização das mulheres enquanto movimento e corrente teórica-política se desenvolve no momento histórico das revoluções burguesas, com o avanço do iluminismo e das correntes que exigiam liberdade e igualdade diante do sistema feudal. Dentro dessas condições históricas, com a tomada da burguesia ao poder e o decaimento do feudalismo, cria o terreno para o surgimento do feminismo enquanto corrente teórica, para além das reivindicações pontuais que se deram no marco das revoluções burguesas. Mesmo tendo um papel fundamental na trajetória de derrocada da sociedade feudal, as mulheres não encontraram na história das revoluções burguesas uma página dourada de liberdade como prometido, principalmente as mulheres da classe trabalhadora.

Apesar do lema que carregava as revoluções burguesas de liberdade e igualdade, bem como o próprio lema da Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, não incluíam as mulheres, bem como, excluía as colônias, demonstrando as contradições que permeavam a revolução francesa, como resposta a essa contradição Olympe de Gouge escreve o manifesto “Direitos da mulher e

da cidadã” que demandava a cidadania as mulheres como apresenta Andrea D’Atri no seu livro “Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo”:

É notável que na Revolução Francesa a questão da mulher se converteu, pela primeira vez, em questão política. O feminismo surgiu, poderosamente, como movimento político que reivindicava a igualdade de direitos para as mulheres, projetando o eco do discurso burguês da igualdade abstrata de todos os cidadãos perante à lei. Direitos dos homens e também das mulheres, nos marcos do projeto político igualitário do Iluminismo. O feminismo supõe a radicalização desse projeto, mostrando a contradição existente entre a igualdade universal proclamada e a ausência real de direitos civis e políticos para a metade da sociedade civil. (D’ATRI, 2008; p.40)

Assim como na França, inspirada por pelo manifesto de Olympe de Gouge, na Inglaterra Mary Wollstonecraft a escreve “Reivindicação dos direitos da mulher” Esses manifestos escritos sistematizam as demandas das mulheres excluídas das revoluções burguesas, bem como, dão vazão ao surgimento do feminismo de forma teórica.

Nessa época, com a derrocada do sistema feudal e a cada vez mais significativa participação das mulheres no mercado de trabalho, vão se formando os sindicatos femininos e a organização sindical e política das mulheres. Tanto na França como na Inglaterra, aumentavam as greves de mulheres, surgindo nesse momento as duas primeiras grandes correntes do feminismo, segundo D’Atri no mencionado livro (2008; p.58):

Enquanto as mulheres pertencentes às classes dominantes se rebelavam contra a desigualdade de direitos formais sobre os homens de sua mesma classe — mas apenas em poucas ocasiões se solidarizavam com as mulheres das classes subalternas —, as mulheres pertencentes à classe operária e setores populares impulsionavam, fundamentalmente, as lutas de sua classe pela obtenção de seus direitos e, nesse marco, reivindicavam seus direitos como mulheres. A primeira tendência se expressou organicamente em associações liberais, democráticas e sociedades filantrópicas. A segunda, em organizações socialistas utópicas e nos movimentos sociais do século XIX, fundamentalmente protagonizados pela crescente classe operária.

É nesse contexto e a partir esses movimentos que emerge a primeira onda feminista na Europa. Uma “onda” feminista é caracterizada como um momento histórico relevante de efervescência militante e acadêmica, onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate. Cada momento histórico tem suas particularidades, neste contexto foi marcado principalmente pela liderança das mulheres burguesas que possuíam acesso à educação, ainda que de forma restrita.

No fim do século XIX, segundo o artigo “Breves história do Feminismo, desafios e tarefas dos e das marxistas hoje” de Jéssica Antunes e Luiza Eineck (2021) as vésperas da primeira Guerra Mundial, as sufragistas colocaram de pé um forte e radicalizado movimento de mulheres, quebravam lojas em suas manifestações de rua para atrair visibilidade à questão do direito ao voto. Apesar de principalmente liderado por mulheres burguesas, estas foram obrigadas a se aliar com os partidos socialistas, já que os partidos burgueses se negavam a defender direitos civis e políticos das mulheres.

Essa adesão a luta feminina ainda não era consenso entre os socialistas, que por vezes negaram a entrada das mulheres na esfera da produção e sua participação nos sindicatos. Segundo D’Atri (2008; p.65):

[...] só em 1891, no fim do século, o Partido Social-democrata Alemão inclui em seu programa a igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Clara Zetkin organiza a seção feminina do partido e publica o jornal A Igualdade, o mais importante canal de expressão das mulheres socialistas da época.

É nesse momento que as mulheres entram de forma massiva na indústria com a ausência dos homens pela explosão da primeira Guerra Mundial. O movimento de mulheres a nível internacional se divide, já que a guerra demonstra seu caráter de classe, submetendo as mulheres operárias a fome e a miséria, demonstrando que apesar do gênero as unir, a classe as divide. Com o avanço da mobilização de mulheres dentro dos partidos socialistas, encabeçada principalmente pela revolucionária Clara Zetkin, em uma das Conferências Internacionais de Mulheres Socialistas, se vota o Dia Internacional de Luta das Mulheres, declarando o atual dia 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres.

Assim como a experiência das mulheres na Comuna de Paris e na Revolução Russa centralmente a bolchevique de outubro de 1917, também entre a Primeira e a Segunda guerra mundial, a situação das mulheres – principalmente das mulheres da classe operária apresentaram novas experiências históricas, como que permitiu a realização de demandas que colocassem mulheres e homens em pé de igualdade.

A rebelião do povo de Paris em 18 de março de 1871 instalou o primeiro governo operário da história, quando os trabalhadores tomaram de assalto o poder da classe burguesa parisiense. Dentro do pequeno espaço de tempo ao qual se deu a Comuna de Paris, as mulheres puderam lutar de forma paritária, elas eram dirigentes e chefes militares reconhecidas, além das históricas conquistas, tendo como principal no que concerne a questão da mulher a separação

entre Igreja e Estado, duas ferramentas essenciais no controle da suposta subserviência feminina.

Alçando uma bandeira de cor vermelha no mastro do ajuntamento, o primeiro governo operário e popular da História em pouco tempo decretou a separação da Igreja do Estado, a revogação de todos os cargos do governo, o comprometimento dos parlamentares a não receberem mais que o salário de um trabalhador e a igualdade de direitos para as mulheres. (D'ATRI, 2008, 52)

As ações das operárias combatentes ecoaram por toda Paris, elas se organizavam em clubes operários participando ativamente. Dentre as revolucionárias da época se destaca Louise Michel, quem na sua juventude colaborou ativamente com jornais de oposição ao governo Napoleônico, além de frequentar reuniões de centros clandestinos comunistas da época. Na França daquela época regia o Código Civil Napoleônico que restringia as mulheres das questões sociais e as colocava inteiramente como propriedade do pai ou marido.

Louise Michel foi fundadora da União de Mulheres para Defesa de Paris e membro da Primeira Internacional⁴, lutando ardentemente nos dois meses⁴ que seguiram a Comuna de Paris. Quando a Comuna foi derrotada junto com os milhares de homens e mulheres que sucumbiram ao massacre organizado pela burguesia, foi condenada a dez anos de exílio. Em seu julgamento declarou:

Pertenço por inteiro à Revolução Social. O que peço de vocês, que se dizem o Conselho de Guerra, que se dizem meus juízes, que não negam constituir a Comissão de Graça, é o campo Satory, onde pereceram nossos irmãos. Terão que me excluir da sociedade se lhes disserem que o façam. Pois bem, o Comissário da República tem razão. Posto que, ao que parece, todo coração que bate pela liberdade não tem mais direito que a um pouco de chumbo, clamei pela minha parte! Se vocês me deixarem viver, não deixarei de clamar por vingança e denunciarei, em justiça aos meus irmãos, os assassinos da Comissão de Graça. (D'ATRI *apud* MICHEL, 2008, p.51)

⁴ Destacamos aqui, o que foi a primeira Internacional em termos históricos para contextualizar o leitor. A Primeira Internacional forma-se em 28 de Setembro de 1864 em Londres, “sendo uma de suas características sua heterogeneidade. Mesmo assim Karl Marx consegue impor seus pontos de vista junto com os adeptos das Trade Unions (TU), sindicalistas, como os seguidores do anarquista francês, Pierre-Joseph Proudhon sobre os apoiadores pelos seguidores de Robert Owen, socialista utópico inglês, ou de Giuseppe Mazzini, um republicano nacionalista radical, líder da Jovem Itália (JI). A ideia de formar uma Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) foi aprovada por unanimidade e apresentada de uma forma aceitável para os partidários das Trade Unions (TU) e os proudhonianos.” (WANDERLEY, 2019, p.50). A Primeira Internacional teve como forma se constituir de sindicatos e organizações de trabalhadores, bem como daqueles que desejassem se filiar diretamente.

A coragem de Louise Michel e a experiência histórica que consagra a Comuna de Paris marcam o movimento dos trabalhadores e a luta das mulheres trabalhadoras por emancipação. Vale destacar também que, a comuna foi um exemplo de como apesar do gênero, a classe determina a opressão e a divisão entre burguesas e proletárias:

Como não é difícil perceber, a unidade com as mulheres burguesas nas barricadas era impossível. Duas classes se enfrentavam abertamente e as mulheres se alinharam segundo seus interesses de classe em um ou outro lado da linha de fogo. [...] Quando sobreveio a derrota dos heróicos *Communards* as mulheres da burguesia retornaram ao lar e passearam pelas ruas de Paris, com louvor pelo retorno da “ordem”, molhando — segundo algumas gravações da época — a ponta da sombrinha no sangue ainda fresco dos homens e mulheres que, tragicamente, se converteram em mártires. (D’ATRI, p. 54-55)

A contradição de interesses e o antagonismo de classe entre burguesas e proletárias coloca em contradição o lema de união entre todas, quando mulheres também exploram e oprimem outras mulheres historicamente. Assim, os interesses de classe delineiam de opressão que perpassa as mulheres da classe trabalhadora, neste sentido, a classe não pode ser entendida como mais uma forma de “atravessamento” ou “diferença”, como destacam algumas teorias que abordam a tríade raça, classe e gênero.

Debruçamo-nos então, em mais um grande evento na história da luta de classes que marca também a trajetória de luta das mulheres trabalhadoras. No 8 de março de 1917 – fevereiro no calendário ortodoxo russo – iniciou-se o processo que culminaria na Revolução Russa de outubro desse ano, como destaca o revolucionário bolchevique Leon Trotsky no livro “História da Revolução Russa”:

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. A mais combativa das organizações bolcheviques – o Comitê do bairro de Vyborg, essencialmente operário – desaconselha a greve. O estado de espírito das massas populares, segundo o testemunho de Kayurov, um dos dirigentes operários do bairro, era demasiadamente tenso e cada greve ameaçava converter-se em conflito aberto.

Mesmo assim continua Trotsky destacando o papel das mulheres operárias têxteis:

[...] No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve.

E o revolucionário russo conclui:

[...] É evidente, pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias e que esta iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. (TROTSKY, [1932] /2017 p.128-129)

A iniciativa de greve das mulheres que padeciam durante o governo do czarismo marcou os acontecimentos que antecederiam a revolução, organizadas em uma greve por pão, paz e liberdade. É deste movimento que se inicia o processo revolucionário que levou a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro do mesmo ano.

A revolução operária em curso e a tomada do poder pelos trabalhadores russos avançaram principalmente no que concerne a liberdade das mulheres, elas puderam conquistar direitos inalcançáveis mesmo nos Estados democráticos que se seguiram:

Com a revolução proletária de outubro de 1917, as mulheres soviéticas conquistaram, antes das mulheres dos países capitalistas o direito ao divórcio, ao aborto, à eliminação do poderio matrimonial, à igualdade entre o matrimônio legal e o concubinato etc. Na elaboração da nova legislação, a revolucionária Alexandra Kollontai cumpriu papel preponderante: primeira mulher eleita pelo Comitê Central do Partido Bolchevique em 1917 e a primeira a ocupar cargo de governo no novo Estado: Comissária do Povo para a Saúde. (D'ATRI, 2008, p. 91)

Além das conquistas no campo de direitos, a revolução proletária avançou no debate da divisão sexual do trabalho, colocando em destaque a suposta condição natural da mulher de subalterna. Vladimir I. Lênin em seu texto “O socialismo e a emancipação da mulher” destaca que além da liberdade formal, as mulheres deveriam ser libertas da sua condição de escrava do lar:

A mulher, não obstante todas as leis libertadoras, continua uma **escrava doméstica**, porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela **mesquinha economia doméstica**, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças num trabalho bestialmente improdutivo, mesquinho, enervante, que embrutece e oprime. A verdadeira **emancipação da mulher**, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando comece a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica ou melhor, onde comece a **transformação em massa**

dessa economia na grande economia socialista. (LÊNIN, 1956, n.p.) (grifo do autor)

As reivindicações de liberdade e especialmente o caráter opressor da divisão público-privado características da sociedade burguesa e a relação desta com a “escravidão” da mulher ao lar são denúncias fortemente retomadas na segunda onda do feminismo, na década de sessenta e setenta do século XX, como mostraremos posteriormente nesta dissertação, no entanto, estas já eram pautas fortemente defendidas pelos revolucionários russos.

Para eles, era preciso retirar da mulher todo o peso do trabalho doméstico através da socialização deste e da responsabilização do Estado socialista, transicional sob o controle do conjunto dos trabalhadores, procedendo com a passagem completa destes trabalhos do âmbito privado para esfera estatal. Assim, todo o trabalho designado ao lar deveria ser socializado.

A história da Revolução Russa destaca a potencialidade da articulação entre teoria e prática revolucionária, bem como, a relação entre emancipação dos trabalhadores e a emancipação feminina, servindo de inspiração aos movimentos feministas que se seguiriam, retomar a conquista de direitos das mulheres, mas não somente sua igualdade formal e sim a plena igualdade entre homens e mulheres.

Apesar da crescente discussão sobre socialização do trabalho doméstico, o avanço da Revolução Russa foi comprometido com a burocratização e salinização, como destaca D’Atri:

Além da imperiosa necessidade econômica, que restringiu o desenvolvimento da socialização dos serviços, tais como creches, lavanderias, refeitórios etc., a afirmação da burocracia stalinista no poder do Estado após a morte de Lênin desenterrou o velho culto à família, pois o novo regime tinha a necessidade [...] A partir de 1926, sob o regime de Stalin, se institui novamente o matrimônio civil como única união legal. Mais tarde é abolido o direito ao aborto, junto à supressão da seção feminina do Comitê Central e seus equivalentes nos diversos níveis de organização partidária. Em 1934, é proibida a homossexualidade e a prostituição se converte em delito. (D’ATRI, 2008, p.93-94)

Com a stalinização da revolução, avança a retirada e direitos as mulheres, um retrocesso histórico na luta das mulheres russas e mundiais. Tempos depois, além do retrocesso perante a lei, é decretado a ordem da “Glória Materna” que premiava mulheres que tivessem entre sete e nove filhos, além do título de mãe heroica para aquelas que tivessem mais de dez filhos.

Como destacam, Antunes e Eineck (2021) no mencionado artigo, é a partir da Segunda Guerra Mundial, com a consolidação da hegemonia imperialista dos Estados Unidos e com o

processo de burocratização e o papel do stalinismo frente a revolução russa – que retirou das mulheres os avanços conquistados – que deram base ao boom do pós-guerra.

Terminada a guerra, as mulheres tiveram que novamente retornar ao lar. Na Inglaterra e nos EUA, por exemplo, desapareceram as creches criadas para facilitar o trabalho das mulheres. Dessa vez as mulheres repetiram a experiência do fim da Primeira Guerra Mundial, mas com maior resistência por parte das operárias e empregadas que se recusavam a deixar os postos de trabalho. Um “mal-estar” instalou-se nas mulheres que não queriam reduzir-se novamente ao papel de mães, esposas e consumidoras, o que encontrará ressonância nos movimentos feministas de massas que surgiram anos mais tarde, especialmente nestes países. (D’ATRI, 2008; p.86)

Com o boom econômico do pós-guerra, se instaurou, principalmente nos países centrais o estado de “bem-estar social” que permitiu o avanço dos direitos das mulheres em relação a educação, ao voto e a políticas maternalistas, estas são entendidas como aquelas que colocam a natureza feminina e sua condição de reprodução como um déficit. No entanto, no fim de 1950 e início da década de 1960, o cenário econômico e conseqüentemente social muda, marcado por greves econômicas e lutas políticas, sendo assim um momento acirrado da luta de classes, além do avanço dos discursos sobre liberação sexual, o que culminou no que ficou conhecido como a segunda onda do movimento feminista.

Neste momento convulsivo, estoura o movimento denominado de “Maio Francês”, marcado pelas reivindicações estudantis, contra a repressão sexual e pela “utopia” de um novo mundo, mas principalmente contra repressão da época e a guerra do Vietnã. O maio de 1968 na França, apesar da massiva participação estudantil também foi composto de trabalhadores franceses.

Iniciado com a repressão de uma mobilização contra a guerra do Vietnã, em poucos dias se transformou em uma vasta marcha junto aos jovens operários e posteriormente se construiu uma das maiores greves gerais da história da França, mobilizando homens e mulheres, imigrantes e jovens trabalhadores, marcando os acontecimentos que seguiram a segunda onda feminista e principalmente as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras sobre a construção de um novo mundo.

Destacamos que o imperialismo oculta até hoje a característica revolucionário do Maio de 1968, o movimento teve como pauta de estudantes e trabalhadores a luta contra os ataques de um sistema capitalista que chegava ao fim de sua recuperação pós o boom econômico da Segunda Guerra Mundial. O que levou ao presidente De Gaulle, em 1967 a decretar a reforma da Segurança social dos trabalhadores o que dificultava a vida dos trabalhadores e

principalmente o acesso à universidade, além de decretar e impedir nos regulamentos internos de colégios secundaristas a atividade política. Assim, se constituiu como uma ofensiva a todos os trabalhadores e ao povo, temendo uma organização proletária e estudantil, todo esse contexto se combinou a repressão feroz do imperialismo francês a independência da Argélia e a guerra ao Vietnam.

A segunda onda feminista foi marcada principalmente pelos discursos sobre a ordem social e moral, levantando lemas como “o pessoal é político”. Além dos questionamentos sobre igualdade de salários e jornada de trabalho.

Ainda que o movimento feminista ressurgisse fundamentalmente entre estudantes e donas de casa de classe média, as suas reivindicações, combinadas com as crescentes contradições do sistema capitalista, permitiram mobilizar setores muito mais amplos. Uma das principais consignas do movimento massivo de mulheres foram as de “salário igual por trabalho igual” e contra a dupla jornada que sobrecarrega as mulheres com as tarefas domésticas após a jornada de trabalho fora de casa. (D’ATRI, 2008; p.108)

No entanto, dentro dessa convulsiva situação social e econômica, apesar de sua potencialidade na luta pela paz, pela liberação sexual e o direito a salários iguais, é dentro da chamada segunda onda feminista que se fortalece as tendências do feminismo liberal, passando a dominar o globo com a ilusão de reformas dentro do capitalismo que permitiriam as mulheres avançar no direito sobre seus corpos e principalmente no acesso as esferas de poder político, apesar das inúmeras conquistas alcançadas como ampliar os direitos democráticos as mulheres, esse feminismo pauta como conquista máxima a emancipação das mulheres dentro de um âmbito institucional e não da igualdade e liberdade real as mulheres.

De modo geral, ao longo da história o movimento feminista passou a levantar suas bandeiras de luta através de ações organizadas e estratégias que questionavam o *status quo*. As bandeiras levantadas pelas mulheres partem da condição de explorada-dominada vivenciada por elas na sociedade capitalista, que por sua vez, são definidas através do patriarcalismo. As importantes denúncias do caráter patriarcal e ideológico das principais instituições sociais como o Estado, a família, a igreja, instituições que historicamente validaram a reprodução de desigualdades através da afirmação de uma suposta evidência biológica da subalternidade feminina. Esse caráter ideológico disseminado e é utilizado como justificativa na forma de reprodução de vida dos trabalhadores, invisibilizando o trabalho doméstico essencial ao funcionamento da vida e que recai sem nem um custo às costas das mulheres trabalhadoras. A partir essa premissa destacamos especialmente a crítica a separação do público-privado e da

dupla exploração de força de trabalho feminina que demonstram a luta das mulheres ao sistema patriarcal-capitalista.

Entendemos que para uma crítica contundente ao sistema de opressão que recai sobre as mulheres, e destacamos essencialmente as mulheres negras – numa articulação entre classe, gênero e raça carece de revisitar as teorias que destacam a necessidade de conectar teoria e prática, entendendo o patriarcalismo e o racismo dentro do movimento de apropriação deste pelo capitalismo para melhor explorar, deste modo, discorreremos ao longo dessa dissertação sobre a tríade raça, classe e gênero.

Debruçamo-nos então, sobre alguns acontecimentos que permeiam a história do movimento feminista e a relação direta com a categoria de classe, assim seguindo esta reflexão abordaremos o papel das mulheres e da teoria do feminismo socialista na abordagem de emancipação das mulheres e homens trabalhadores.

1.2 A questão da mulher dentro da teoria socialista: o surgimento de um feminismo socialista

O progresso do capitalismo e a derrubada da sociedade feudal na Europa não significaram um ponto final ao patriarcado, principalmente para as mulheres da classe trabalhadora, como vimos na sessão anterior.

Wendy Goldman, em seu livro “Mulher, Estado e Revolução” (2014) destaca que dentro das revoluções burguesas, especialmente na França, as mulheres foram essencialmente ativas, mas como representantes de sua classe e não especificamente enquanto movimento feminista. Dentro desse espectro as mulheres trabalhadoras apoiavam e participavam dos protestos por pão, já que na época, as trabalhadoras que residiam na parte urbana do país já eram responsáveis por complementar os salários de seus maridos. A autora ainda coloca que mesmo com a participação efetiva feminina na Revolução Francesa poucas foram as conquistas das mulheres em geral e muito menos para as mulheres pobres.

As profundas transformações econômicas, sociais e políticas ocasionadas pelas revoluções burguesas, pela expansão industrial e o avanço das relações sociais de produção capitalista rearticularam o modo de vida social e a organização familiar, as mulheres e crianças foram inseridas no mundo do trabalho de forma precarizada, sob a égide de um capitalismo industrial em desenvolvimento ancorado nas velhas relações patriarcais como afirma Heleth Saffioti no seu livro “As mulheres na sociedade de classes”.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 1969, p.36)

Dentro desse contexto, as mulheres trabalhadoras da época foram sujeitadas a autoridade seja do pai, do marido e do patrão, além da sujeição a sub-remuneração, profissões precárias e ao trabalho informal, as condições de trabalho eram uma extensão do papel da mulher dentro do lar.

Esse modo de incorporação particular das mulheres ao processo produtivo gerou algumas consequências na sua participação efetiva dentro dos movimentos operários da época. Segundo Goldman (2014), o fenômeno do trabalho feminino fora da esfera do lar provocou desespero e confusão em praticamente todos os ofícios, homens e mulheres competiam por trabalho à medida que as mulheres substituíam os homens por salários mais baixos. Tendo em vista que o capitalismo começava a transformar as relações domésticas, os movimentos de cunho operário se viram obrigados a lidar com a independência feminina crescente.

Nesse contexto, os movimentos feministas da época encabeçados por mulheres da classe burguesa não dialogavam com a situação das mulheres trabalhadoras, assim, com todas as questões que se deram dentro do mundo do trabalho com o avanço da mulher na esfera produtiva foram abordadas primariamente pelos teóricos socialistas, alguns rejeitavam a opção de incluir a pauta das mulheres e da emancipação feminina dentro do partido.

Dentro do pensamento marxista, como mencionamos é Engels quem dá o primeiro passo a reflexão acerca da situação das mulheres em seus estudos sobre “A situação da classe operária na Inglaterra”, nesta obra o autor aparecia dividido entre a moralidade da questão e a efetiva compreensão sobre a situação das mulheres e crianças exploradas, já que como discorremos anteriormente a discussão que se instaurou após a entrada das mulheres na esfera produtiva provocou estranhamento. No entanto, Marx e Engels avançaram em suas concepções sobre as mulheres:

Rapidamente perceberam que o extensivo emprego de força de trabalho feminina era inevitável e irreversível, e assim se debruçaram sobre o primeiro desafio teórico sério a divisão de trabalho por gênero. Argumentando contra as estratégias baseadas no antifeminismo proletário, seu trabalho teve enorme impacto no movimento operário europeu e, afinal, ofereceu a estrutura essencial para o pensamento bolchevique sobre as mulheres e a família. (GOLDMAN, 2014, p.49)

O avanço no campo teórico marxista sobre a questão feminina trouxe à tona novas formas de pensar a independência feminina e as consequências do trabalho feminino. Dentro desses avanços, a percepção de que a história da luta das mulheres não é separada da história de exploração e opressão sobre a classe trabalhadora, citamos aqui, como exemplo militante e teórico: Flora Tristán, August Bebel, Clara Zétkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburg, entre outras.

O trabalho teórico e militante da peruana Flora Tristán, no seu livro “União Operária” ([1843] /2015) já ressaltava que a mulher era tratada enquanto “pária⁵”, mesmo sendo “metade” da humanidade foi colocada fora de todas as esferas da vida em sociedade. Filha bastarda de um peruano rico e uma francesa, ela vislumbrou muito antes como a situação da mulher socialmente era desigual e injusta. Tristan reivindicava a necessidade de autonomia das mulheres, bem como, a igualdade salarial entre homens e mulheres e o direito à cidadania feminina. Engajada na militância e na produção teórica, sua vida e obra foram dedicadas a situação das trabalhadoras e trabalhadores:

Ela se antecipou seis anos à potente ideia do Manifesto Comunista de Marx e Engels quando escreveu, em sua obra União Operária, sobre a necessidade imperiosa de que a classe trabalhadora se unisse, superando as fragmentações nacionais e lutasse por construir uma organização única em todo mundo, que lhe desse força suficiente para conquistar sua emancipação. (VIDAL E RECK, 2018, p. 32)

A história de Flora Tristán é marcada pelas questões não só de classe, vivenciou os abusos por parte do marido com quem foi casada, quando decide se separar levando consigo os filhos frutos do matrimônio experimenta o repúdio da sociedade. Segundo Malena Vidal e Adela Reck no livro “Lutadoras: histórias de mulheres que fizeram história” (2018) a partir destes aspectos da sua vida pessoal – mãe e operária – floresce a sua necessidade de escrever e participar das lutas coletivas em favor da condição da mulher e dos oprimidos sociais, levando-

⁵O conceito de “pária” em Tristán, se refere a subordinação e a exclusão social em sistema de exploração econômica e opressão política, o uso do termo não estava restrito a condição feminina, os párias na obra da autora eram também os escravos e o proletariado.

a escrever diversos folhetos e livros sobre a vida das mulheres pobres, publicando em 1837 o opúsculo “Petição para o estabelecimento do divórcio”.

A situação da nascente classe operária vivenciada por ela é o terreno que forja suas formulações pela cooperação mútua contra exploração, ressaltando sempre a importância do acesso à educação pelas mulheres. Denunciando a exploração do trabalho feminino em 1842, escreve:

Os industriais, ao ver que as mulheres trabalham com mais pressa e pela metade do preço, despedem a cada dia mais operários de suas oficinas e os substituem por operárias. Uma vez que entra nesse caminho, se demite as mulheres para substituí-las por crianças de doze anos, finalmente chegando ao ponto de contratar crianças de sete ou oito anos. Deixa passar uma injustiça, mas esteja seguro que gerará milhares delas. (VIDAL E RECK apud TRISTAN, 2018, p. 37)

Assim, coloca em evidência a partir dos escritos de suas obras a condição de explorada da mulher operária, que recebe menos que um operário comum e trabalha o dobro. A vida e obra de Flora foram dedicadas a denunciar quão desigual era o sistema social que imperava sobre as mulheres trabalhadoras. Destacamos também, a importância do livro “O novo mundo amoroso” do socialista utópico francês Charles Fourier, nele o autor defendia as ideias a respeito da união livre ligadas a planos e socialização do lar e emancipação das mulheres, neste sentido fazemos menção a obra e autor dentre os socialistas utópicos que abordavam a questão feminina.

Dentro deste espectro, Wendy Goldman no mencionado livro “A mulher, o Estado e a Revolução”, (2014) destaca que o famoso trabalho do destacado dirigente socialista alemão August Bebel – Mulheres e Socialismo – marcou o distanciamento das teorias do antifeminismo proletário, defendendo a importância da unificação de homens e mulheres trabalhadoras na luta contra a burguesia, bem como, inclusão das pautas reivindicatórias das mulheres. A obra de Bebel em direção a uma unificação estratégica dentro do movimento operário tornou-se fonte importante e de impacto nas futuras dirigentes do movimento socialista internacional, incluindo Clara Zetkin.

Nascida em 1857 e contemporânea de Bebel, Clara Zetkin, foi dirigente do Partido Social-Democrata da Alemanha, dedicando grande parte de sua vida e sua produção teórica a questão da mulher.

O trabalho teórico de Zetkin estava profundamente entrelaçado com suas atividades organizativas em prol das mulheres. Como Marx, Engels e Bebel,

ela reconhecia que a participação crescente das mulheres no trabalho assalariado era historicamente inevitável, e lutou para garantir que essa análise refletisse nas estratégias dos partidos socialistas. (VIDAL E RECK, 2018, p. 68)

Assim, Zetkin utilizou de todo seu arcabouço sobre o materialismo histórico-dialético para explicar e lutar pelo reconhecimento da questão feminina dentro da social-democracia. Fundou a revista “A igualdade” onde propunha em seus textos diversas vezes a fundação de núcleos para participação da mulher na vida política e partidária, indo diretamente contra os velhos preconceitos que tomavam a direção do partido social-democrata na época. Durante a Primeira Guerra Mundial foi contra a decisão do partido de se alinhar a burguesia alemã, se opondo fortemente a guerra, junto a figuras do socialismo internacionalista como Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht e Franz Mehring. Sua trajetória enquanto militante que consolidou o dia 8 de março como Dia Internacional das Mulheres entre os anos de 1908 e 1910.

[...] propôs instaurar um dia em homenagem às mulheres operárias que tinham dado sua vida para exigir melhores condições trabalhistas. Isso foi em 1910, durante o II Encontro Internacional de Mulheres Socialistas realizado em Copenhague, contando com mais de cem delegadas de dezessete países. [...] Clara teve a visão para entender junto a outras mulheres, quão importante era impulsionar a busca por justiça e igualdade para as mulheres trabalhadoras. (VIDAL E RECK, 2018, p.70)

Na época as mulheres foram protagonistas de greves demandando melhores salários, fim do trabalho infantil e menor jornada de trabalho. A situação da mulher trabalhadora estava em evidência e ainda havia resistência dos sindicatos quanto a colaboração delas. Assim, as contribuições tanto militantes, como teóricas destes autores transformaram o pensamento de um antifeminismo proletário ao reconhecimento da importância de agregar a pauta da luta feminina ao pensamento e a pauta socialista.

Contemporânea de Zetkin, companheira em sua luta contra a guerra e sua amiga, Rosa Luxemburgo, fundadora depois da ruptura com os socialistas chovinistas da Liga Espartaquista e do Partido Comunista Alemão, teve destaque em seus estudos e teóricos sobre a revolução proletária e o caráter opressor do sistema capitalista.

Nascida em 1871 na Polônia, cujo território era disputado entre Alemanha e Rússia, oriunda de família judia. Aos 4 anos de idade se muda com sua família para Varsóvia, e aos 16 anos de idade inicia sua trajetória política militante pelo Partido Revolucionário Socialista – *Proletariat*, de conotação marxista um dos dois partidos em que estava dividida a

socialdemocracia na Polônia. Anos depois pela perseguição czarista, se exila em Zurique, onde ingressa na universidade.

Em 1898 escreve a obra “Reforma ou Revolução”, contrariando as posições de Eduard Bernstein, dirigente do Partido Social-Democrata (SPD). As posições de Bernstein alegavam a possibilidade de reformar o capitalismo e melhorar as condições de vida dos trabalhadores sem uma revolução proletária, sem luta de classes, através de uma reforma pelo próprio Estado burguês e suas concessões. Enquanto, para Rosa que já integrava na época II Internacional, a luta por melhores condições de vida para os trabalhadores e pelas reformas era um meio para um fim único: a conquista do poder pela classe operária.

Como destaca Barbara Fune (2018) em seu artigo *Rosa Luxemburgo*, no livro *Lutadoras*, as ideias de Rosa foram se difundindo a partir desse trabalho, abrindo uma discussão teórica profunda no seio do partido e da II internacional, chegando a serem aprovadas resoluções contra Bernstein e seus aliados formalmente.

No que concerne a questão da mulher, para Luxemburgo a participação da mulher na esfera política era considerada caráter de urgência, já que este espaço era considerado predominantemente masculino. A trajetória de Rosa Luxemburgo é em si um ponto de estudo e reflexão sobre a mulher trabalhadora e seu papel revolucionário.

Deste modo, adentrar a questão da mulher e o surgimento de um feminismo socialista, não poderia deixar de citar as contribuições de Alexandra Kollontai. Nascida em 1872, em São Petersburgo, oriunda de família rica teve acesso à educação por meio de instrução particular, em uma época em que o acesso à educação pelas mulheres era restrito. Quando adulta se filia ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR).

Influenciada pelas produções teóricas de Marx, Engels e Bebel, e a tomada do poder pelo proletariado na Rússia de 1917, Kollontai argumentava que na luta revolucionária as mudanças no comportamento, da sexualidade e da construção de uma emancipação da nova mulher moderna eram parte imprescindível das responsabilidades da revolução. Refletindo sobre a consequência da entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho, destaca:

As relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem a dependência econômica do capital. (KOLONTAI, 2011, p.16)

Ao desdobrar seus estudos sobre a mudança no perfil da nova mulher e do novo homem insurgentes, sua trajetória teórica e militante esteve dedicada durante todo o processo revolucionário na Rússia a debater sobre a questão da mulher, reivindicando a importância de pensar a aliança da luta de classes a mudança na esfera subjetiva da vida material, a cultura e a moral. Para Kollontai, essas mudanças radicais e o fim da propriedade privada estariam unidos pelo fim da dominação a mulher.

Deste modo, as contribuições destes nomes do feminismo socialista, anticapitalista, tiveram importante influência na história não somente do movimento feminista, mas da luta do proletariado, ao não separar a emancipação feminina da emancipação de classe, bem como, dar destaque ao papel da mulher na produção e reprodução da vida, fazem de suas teorias basilares para o pensamento feminista revolucionário na busca pelo alinhamento entre a luta pela emancipação do proletariado e da emancipação feminina.

Destacamos que os fundamentos evidenciados ao longo deste capítulo desde o resgate da acumulação primitiva até a história das mulheres que lutaram pela emancipação da classe trabalhadora e da mulher colocam em evidência os fundamentos assinalados ao longo da história e do feminismo socialista, colocando o patriarcado e sua relação com o capitalismo como fenômeno basilar das relações de dominação no que concerne a questão da mulher.

A seguir, abordaremos as questões em relação à divisão sexual do trabalho e como está permeada pela combinação entre exploração e opressão, bem como, sua utilização enquanto ferramenta de exploração pelo sistema capitalista.

1.3A divisão sexual do trabalho: combinação entre exploração e opressão

A vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática. (MARX, 2007)

Partimos da epígrafe da tese VIII de Marx sobre Feuerbach, e a equivalência desta citação sobre a prática humana que dirige a compreensão da vida social na sua esfera material e subjetiva, onde o sujeito não existe independentemente da atividade, mas sim, por meio desta e como sujeito e objeto se constroem nas e pelas relações sociais historicamente situadas, para adentrar o mundo do trabalho feminino e as peculiaridades das mulheres enquanto trabalhadoras.

Esse processo de incorporação das mulheres a esfera produtiva, como abordado anteriormente, chocou-se com a desigualdade de direitos entre homens e mulheres que mesmo ocupando o espaço do trabalho fora de casa a desigualdade de direitos civis permanecia gritante. A participação feminina na esfera do trabalho produtivo desde meados do século XX até agora não tem provocado grandes modificações quanto a posição de subalternidade a que foram relegadas.

Segundo Andrea D'Atri no seu já mencionado livro *Pão e Rosas* (2008) apesar de não ter surgido com a sociedade capitalista, a opressão das mulheres adquire dentro do capitalismo traços particulares, onde o patriarcado é um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do *status quo*. Assim, historicamente, mesmo se desenvolvendo de forma diferente em cada país, em cada formação econômico-social, o modo de produção capitalista legitimou o mesmo regime patriarcal, ou seja, mesmo em lugares diferentes as mulheres enfrentavam problemas similares de opressão e exploração.

É importante ressaltar que, apesar de todas as mulheres sofrerem opressão pelo sistema patriarcal em vigor, não são pelas mesmas razões. Sustentamos que, as mulheres não são um grupo homogêneo, pertencem a diferentes classes sociais, deste modo, é um grupo policlassista, bem como são de diferentes raças/etnias. Como Marx coloca “a história da humanidade é a história da luta entre as classes”, neste sentido, há exploração de uma classe sobre a outra, sendo esta composta por homens e mulheres, uma maioria explorada pela minoria. Ou seja, existem diferenças de classe que moldam as vivências subjetivas de opressão e discriminação, mesmo que a maioria das mulheres enfrenta em conjunto discriminações legais, culturais e políticas.

Assim, abordaremos aqui as mulheres trabalhadoras, para estas a opressão e exploração agem de forma articulada, nos focaremos especificamente na combinação opressão e exploração enfrentada por estes sujeitos dentro do mundo do trabalho no capitalismo como apresenta D'Atri:

Consideramos a **exploração** como a relação entre as classes que faz referência à apropriação do produto do trabalho excedente das massas trabalhadoras por parte da classe possuidora dos meios de produção. Trataria-se, nesse caso, de uma categoria que tem suas raízes nos aspectos estruturais econômicos. Enquanto poderíamos definir a **opressão** como uma relação de submissão de um grupo sobre outro por razões culturais, raciais ou sexuais. (D'ATRI, 2008, p. 20, grifo do autor)

A opressão se refere ao uso das desigualdades como modo de colocar em desvantagens determinados grupos sociais. A entrada das mulheres no mundo do trabalho reflete o modo

como opressão e exploração se combinam nas diversas maneiras. A entrada desses sujeitos no mercado de trabalho abre um paradoxo: marcado pelo aspecto positivo da entrada da mulher no espaço público – o mundo do trabalho – ao mesmo tempo em que é marcado pela precarização e a dupla exploração do trabalho feminino.

Segundo Cláudia Mazzei Nogueira em seu artigo “As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução” (2010) mesmo com o crescimento do trabalho remunerado e ampliação da mão de obra feminina no mundo produtivo, as tarefas domésticas continuam sendo exclusivamente das mulheres, alterando pouco o modelo de família patriarcal, sendo ainda o marido o provedor e a esposa provedora complementar e dona de casa – uma das razões também se dá pelos baixos salários pagos as mulheres – mantendo a divisão sexual desigual do trabalho.

Enquanto impulsiona a entrada das mulheres como força de trabalho, o faz sem retirar a condição da mulher dentro da esfera doméstica, colocando-a em dupla jornada de trabalho, se apoiando no mesmo determinismo biológico para manter a condição de submissão e precarização feminina. Diana Assunção em seu livro “A precarização tem rosto de mulher” destaca que:

[...] relegando as mulheres aos piores postos, péssimas condições, assédio moral, jornadas extenuantes, retiradas de direitos trabalhistas, além do trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, a ideia de que são as mulheres as naturalmente aptas aos trabalhos de limpeza e asseio tem contribuído para que sejam elas a esmagadora maioria de trabalhadores terceirizadas da limpeza, um dos ramos onde a terceirização mais avançou mundialmente [...]. (ASSUNÇÃO, 2011, p.47)

O trabalho feminino é colocado numa esfera de subalternidade, a ideologia criada em torno da família acrescenta a exploração do trabalho o peso da opressão, assim as construções determinadas pelo modo da tradicional família patriarcal ganham novos traços e se perpetuam dentro do mundo do trabalho. Como destacam Helena Hirata e Daniele Kergoat, no texto “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599)

Assim, a ideologia de uma natureza deficitária criada ao longo da história é ferramenta de “barateamento” do trabalho feminino, bem como, de separação das esferas as quais as mulheres atuam de forma massiva.

Brito e Oliveira no texto “**Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho**” (1997) afirmam que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação das mulheres no trabalho, mas recria a subordinação existente nas outras esferas do social, numa evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução legitimada pelo biológico. O mundo da casa, do privado tem sido o lugar da mulher na sociedade e sua entrada na esfera pública será marcada por este conjunto de representações do feminino.

Apesar das conquistas das mulheres quanto a ocupação na esfera produtiva de espaços historicamente colocados como masculinos, na esfera da reprodução a tendência não é essa.

Destarte, a divisão sexual do trabalho expressa as relações de poder e gênero, que influenciam na desqualificação do trabalho feminino como trabalho produtivo, desvalorizando a força de trabalho das mulheres. Com o desenvolvimento do trabalho na modernidade e o avanço das mulheres no mercado, a divisão sexual do trabalho assumiu novas formas.

As autoras Hirata e Kergoat, no mencionado artigo (2007) apontam que novas formas de configuração da divisão sexual do trabalho se desenvolveram com a intensa feminização da esfera produtiva, as autoras destacam que essas “novas configurações” tratam-se principalmente do desenrolar da precarização e flexibilização do trabalho – para as mulheres a explosão do trabalho em tempo parcial associado a trabalhos dispersos nos dias e durante a semana e para os homens os trabalhos provisórios ligados ao trabalho braçal – constatando como a divisão sexual do trabalho molda as formas de trabalho e emprego, bem como, o avanço da flexibilização reforça as formas estereotipadas de emprego de acordo com o que as autoras colocam como “relações sociais de sexo”⁶.

Outro ponto destacado pelas autoras é o aumento das mulheres economicamente ativas, e assim o trabalho doméstico nas sociedades mercantis é realocado a outras mulheres: “essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes” (KERGOAT E HIRATA, 2007, p. 601). Ou seja, com o aumento do acesso à educação superior – mesmo que desigual – o aumento da flexibilização do trabalho e a crescente

⁶ Segundo as autoras as relações sociais de sexo, assim como todas as relações sociais possuem base material, nesse caso, o trabalho, tendo como expressão a divisão sexual do trabalho: “essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599).

entrada das mulheres no mercado aumentaram o contingente do exército de reserva, bem como, expandiu os trabalhos femininos de forma estereotipada e fortaleceu as relações de oprimidas que oprimem, tendo em vista que com a tendência de externalizar do trabalho doméstico, este foi assumido por outras mulheres em condições precárias.

Assim, o mercado de trabalho para as mulheres também assume nova forma junto às configurações da divisão sexual do trabalho, bem como, coloca em destaque o peso do trabalho doméstico sob a força de trabalho feminina.

O trabalho feminino se torna, dentro desse processo, força de trabalho precarizada e sub-remunerada, a análise da condição da mulher trabalhadora dentro do capital no Brasil se trata de compreender como a articulação entre exploração e opressão sobre o trabalho feminino atende diretamente aos interesses do capital, que se utiliza da combinação destes como forma de precarizar os salários, colocando trabalhadores e trabalhadoras em competição, produzindo maior acumulação de valor. Isto nos permite considerar as desigualdades e discriminações como um problema de classe e não de grupos sociais específicos. Esses elementos evidenciam o fundamento que defendemos aqui, o modo de produção capitalista e seu funcionamento não permite acabar com a opressão as mulheres, de modo que este sistema se apropria do patriarcado e das desigualdades para sua manutenção plena.

Traçamos aqui o conceito de emancipação humana como o trazido por Marx em “Sobre a questão judaica” alguns apontamentos sobre as diferenças dos dois conceitos na sua polemica com Bruno Bauer: “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” [MARX:1844] / (2010, p.41). A emancipação política, para Marx, diz respeito aos direitos políticos concedidos a grupos negligenciados no contexto do Estado dentro da ordem burguesa, enquanto a emancipação humana diz respeito a superação do modo de produção capitalista, da propriedade privada e do próprio Estado que se constitui como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, consideramos a definição de Estado colocada por Marx e Engels [1848]/(1997) na obra “Manifesto do Partido Comunista” onde os autores assinalam que o poder do Estado moderno é uma forma que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa.

Assim, consideramos aqui que a emancipação das mulheres, assim como colocado transcende as alternativas dentro do próprio poder do Estado e sua forma de conciliação classista, este assume a forma legal de apaziguar uma possível revolta dos trabalhadores, ao equilibrar as conciliações junto da burguesia. Neste espírito, como delineado ao longo deste trabalho a emancipação feminina não é de interesse do sistema capitalista, este necessita da

exploração feminina de forma basilar, como forma de sustentação, junto da exploração de mão de obra dos trabalhadores como um todo.

Neste espírito, para entender até que ponto o patriarcado é utilizado na acumulação do lucro pela intensificação da exploração sobre a força de trabalho feminina, sentimos a necessidade de nos debruçar sobre a questão do trabalho doméstico como forma de dupla exploração feminina.

1.4 Trabalho produtivo e improdutivo: O trabalho doméstico e a dupla exploração da mulher

A incorporação das mulheres ao trabalho fora do lar, como foi brevemente delineado anteriormente, chocou-se diretamente com a falta de direitos políticos para as mulheres e a falta de condições de permanência desta dentro da esfera produtiva, bem como, com a continuidade do trabalho doméstico recaído somente as costas da mulher trabalhadora. A relativa igualdade com os homens no mercado de trabalho, com o contingente de mulheres que eram empurradas para o trabalho nas fábricas, em plena revolução industrial – trabalho este que era realizado junto as crianças – escancarava a desigualdade no que concerne o trabalho feminino e o masculino.

A entrada da mulher no mercado de trabalho e a contradição entre trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho no lar, além do trabalho fora de casa por salários inferiores, ainda cabe a mulher a posição de “dona de casa”. Quando chega a casa após a jornada de trabalho, inicia-se uma segunda jornada de trabalho que constitui de cozinhar, cuidar da casa e dos filhos. Essas tarefas são socialmente necessárias para reprodução da vida social.

Claudia Mazzei Nogueira, no já mencionado texto, (2010) destaca que apesar de não produzir mercadorias, o trabalho reprodutivo cria bens úteis e indispensáveis para a sobrevivência da família, sendo essa uma das diferenças essenciais entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, o que permite em grande medida que o capital se aproprie – mesmo que indiretamente – da esfera da reprodução, já que os serviços feitos pelas mulheres em casa são necessários para a manutenção da ordem e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

O trabalho reprodutivo das mulheres garante o trabalho produtivo, e conseqüentemente a reprodução da força do trabalho. Estes serviços são realizados sem remuneração, mas são necessários aos patrões, que, no entanto, não arcam com esses custos. Como destaca, Assunção no já mencionado livro (2011) chama a atenção para o fato de que esse trabalho social – que é o trabalho doméstico – produzido pelas mulheres não é remunerado e fica com os capitalistas, como parte da apropriação do trabalho social excedente.

Como destacamos anteriormente, no processo de entrada das mulheres na produção, houve a divisão dos salários dos trabalhadores, ou seja, as mulheres trabalhavam em regime duplo, nesse sentido, o trabalho feminino também se manteve duplamente explorado.

Assim, o capital se utiliza do trabalho feito por mulheres na esfera privada – que contribui para reprodução da força de trabalho – sem remunerá-lo. Este debate não se insere na polêmica pela remuneração do trabalho doméstico, mas pela socialização deste, como colocamos anteriormente, durante a Revolução Russa, o Estado operário transicional estabeleceu medidas que definia a socialização do trabalho realizado pelas mulheres dentro dos lares, um dos pilares importantes no que se refere à emancipação feminina. Como destaca Ângela Davis em seu livro “Mulheres, raça e classe”, o sistema capitalista se utiliza do trabalho feminino doméstico:

Por que um manto de silêncio cobre essa possibilidade de redefinir radicalmente a natureza do trabalho doméstico? Porque a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente. Uma vez que, em termos de lucro, o resultado seria pequeno, a industrialização das tarefas domésticas – como todas as iniciativas que não geram lucro – é um anátema para a economia capitalista. (DAVIS, 2016, p.237)

Desta forma, o capitalismo pode continuar a se utilizar do trabalho feminino dentro do lar de forma gratuita, como parte da “natureza feminina” sem expressar ameaças.

A partir da segunda onda do movimento feminista na década do anos sessenta e setenta do século XX e a intensa feminização da força de trabalho nas últimas décadas, bem como, a relativa conquista de direitos democráticos – como o direito a representação política, que tem servido como bandeira de luta a algumas correntes dos feminismos – numa forma de equiparar homens e mulheres em cidadãos, no quesito de igualdade perante a lei, evidenciou as contradições do Estado capitalista, desta vez, há uma suposta e notável igualdade perante a lei, porém desigualdade perante as condições materiais de vida.

O trabalho feminino costuma ser marcado justamente pela intermitência e descontinuidades delas dentro do mercado de trabalho, é através da tentativa de manter o equilíbrio entre o trabalho na esfera produtiva – ou seja, fora do lar – e as funções reprodutivas, predominantemente realizadas pelas mulheres. O papel de dona de casa colocado sob os ombros

das mulheres, não é considerado como atividade econômica, sendo invisibilizado e apropriado na reprodução da vida.

Neste espírito, surgem algumas discussões do que seria chamada de *Teoria da Reprodução Social* (TRS), a perspectiva põe em evidência um problema antigo dentro dos debates sobre a questão da mulher: o trabalho doméstico como trabalho improdutivo.

Marx não adentra especificamente nas questões que caracterizam o trabalho da mulher e mais precisamente o trabalho reprodutivo. No entanto, na introdução da obra “Grundrisse”, o autor estabelece como a produção, circulação e reprodução econômica do capital devem ser compreendidas como categorias da economia capitalista que estabelecem um movimento dialético entre si, fazem parte de uma totalidade. Dentro do modo de produção capitalista assumem um caráter sócio metabólico, desta forma, essas atividades são fundamentais e constituem o ser social e sua reprodução dentro do capitalismo.

Assim, nos oferece bases para entender como a reprodução do ser social está ligada ao modo de produção em determinado tempo histórico, em específico, o tempo histórico do capitalismo. Neste sentido, o trabalho doméstico assume um espaço importante na totalidade do modo de produção, já que serve como forma de reprodução da vida dos trabalhadores, mesmo que este não produza *mais-valia*. Neste caso, o trabalho no lar não produz bens com valor de troca, no entanto mesmo na esfera privada gera bens vitais a reprodução de força de trabalho.

A historiadora Tithi Bhattacharya (2019) em seu texto “O que é teoria da reprodução social?” aponta que, como coloca Marx, a força de trabalho humana é a única a ser uma fonte de valor, é através da força de trabalho que criamos mercadorias de valor para o capitalismo, assim, a apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas é fonte de sua dominação, sem este, o sistema entraria em colapso.

A autora então destaca que “nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco” chamado família” (BHATTACHARYA, 2019, p. 103). Este trabalho, dentro do seio da família é quase exclusivamente relegado às mulheres, o capitalismo se apropria através da teoria de uma suposta natureza deficitária da mulher, o trabalho reprodutivo não remunerado.

Neste sentido, ainda que o capitalista não extraia *mais-valia* deste tipo de trabalho por não gerar valor de troca no mercado, este é necessário – essas tarefas são essenciais na forma não remunerada para a reprodução da força de trabalho.

O trabalho reprodutivo é, então, útil, ainda que não seja definido como produtivo desde o ponto de vista do capital, mesmo que não incorporado a lógica da extração de *mais-valia*. A

existência da opressão patriarcal mantém o trabalho doméstico submisso no interior dos lares particulares e realizado gratuitamente pelas mulheres. Bhattacharya no seu mencionado livro (2019) aponta também que a força de trabalho é em grande parte reproduzida em três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
 3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz.
- (BHATTACHARYA, 2019, p.103)

Neste sentido, a reprodução da vida social também faz parte do processo de acumulação e exploração no capitalismo, sendo assim é basilar já que reproduzem o trabalhador e são feitas sem nenhuma cobrança. Assim, o capitalismo age dentro de um processo dialético que integra desigualmente a esfera da reprodução e da produção, mudanças em uma esfera reverberam na outra.

Ainda que não se aprofunde especialmente sobre a produção da força de trabalho, e em específico como ela se reproduz, Marx ([1867] /2017) em “O capital” assinala as questões da divisão sexual do trabalho, como retomamos aqui no primeiro ponto e como esta divisão é própria e característica das sociedades patriarcais, e que através do desenvolvimento do capitalismo se desenvolve junto com a acumulação originária. Assim, patriarcado já existia, em seu movimento de apropriação, o que o capitalismo fez foi adaptar as relações hierárquicas entre os sexos a sua lógica de exploração, sob o julgo de uma teoria baseada numa suposta hierarquia natural, que nada mais é que histórica.

Deste modo, as questões de gênero e classe bem mais do que se “atravessam”, se relacionam de forma dialética, consideramos que a luta de classes representa uma forma de superação do sistema capitalista, colocando em xeque as contradições que permeiam o capitalismo, a partir disso, o que é do interesse do capitalismo é prevenir qualquer mudança ampla nas relações de classe e de gênero, estas em luta conjunta afetariam drasticamente os lucros, recaindo sobre a classe burguesa.

Neste espírito, na próxima sessão buscamos abordar as relações entre capital-patriarcado dentro do processo chamado de “feminização do trabalho” a partir disso, abordando o contexto da inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro – a qual será aprofundado

no próximo capítulo – a fim de delinear o interesse do capital em plena reestruturação das formas de produção no trabalho feminino.

1.5 A feminização no mundo do trabalho e a questão da mulher trabalhadora

Nesta seção, aprofundaremos o fenômeno chamado de feminização do trabalho e sua implicação na vida das mulheres, investigando o interesse do capital no trabalho feminino, no seu movimento de apropriar e explorar.

O processo de inserção das mulheres de forma massiva ocorre mundialmente de forma precarizada, como destaca Ricardo Antunes em seu livro “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho”:

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado. [...] sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.105)

Assim, o trabalho feminino é marcado pela desigualdade salarial e pela precarização, o interesse do capital no trabalho feminino se destaca na desregulamentação e barateamento da mão-de-obra, além da realização de jornadas mais prolongadas.

Consideramos o patriarcado um mecanismo específico de hierarquização das relações de gênero, este tipo de configuração patriarcal admitiria a dominação e opressão das mulheres e homens, no entanto, as pressões sociais são hierarquizadas em favor do masculino. É com essa configuração de modelo patriarcal, que foi se constituindo historicamente a sociedade e o modelo de família, onde o patriarca tinha poder sobre os escravos, os filhos e sobre a mulher.

As mulheres foram, então, legitimando essa condição de submissão perante os homens, valorizando a supremacia determinada por uma sociedade com este traço patriarcal. Um ponto relevante de destaque, a estrutura familiar também teve influência dentro das relações de poder na política, como coloca a cientista política Marina Basso Lacerda:

Se a família patriarcal é o modelo sobre o qual se estabelecem as relações políticas, isso deve implicar em dizer que a forma de exploração, abuso, marginalização e controle das mulheres – uma vez que fez parte da estrutura

de domínio da família patriarcal – também influenciou as relações mais amplas de poder, relacionadas ao Estado, à administração e à organização geral da sociedade (LACERDA, 2010, p.72).

Esse modo de organização social não se desintegrou totalmente mesmo com a modernidade e o avanço do sistema capitalista. Maria Amélia de Almeida Teles (2017) na obra “Breve história sobre o feminismo no Brasil e outros ensaios” afirma que o sistema capitalista se desenvolveu de modo diferente em cada país, no entanto, em todos estes legitimou o regime patriarcal de dominação, mesmo em lugares diferentes as mulheres enfrentavam problemas similares de opressão.

Pela sua vez Helieth Saffioti expressa:

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1969, p.50).

Essas desigualdades foram, então, acentuadas, de maneira que essas formas de opressão agem de forma articulada sobre estes sujeitos, sendo as mulheres relegadas a permanecerem a “margem” das atividades fora da esfera do lar, e continua Saffioti destacando:

[...] foi a mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, afastamento esse deliberadamente promovido pelos homens numa atitude francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade, que extravasasse os limites da família (SAFFIOTI, 1969, p. 173)

Por tratarmos aqui, especificamente da inserção feminina massiva no mercado de trabalho no Brasil apresentamos brevemente a fim de periodizar e contextualizar, as tendências do processo de inserção do trabalho feminino no país, bem como introduzimos a questão da mulher trabalhadora aqui.

O terreno histórico ao qual adentramos é permeado pela ditadura militar no Brasil, este período (durante os anos 70) foi denominado como “milagre econômico” pelos ditadores da época. Segundo Joana das Neves Calado, no trabalho de dissertação “O caráter do patriarcado na ordem social do Capital: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade” a época ficou assim definida pelo crescimento das taxas

de produtividade e da expansão na infraestrutura produtiva, paradoxalmente escondia a retirada de direitos dos trabalhadores, além de marcar também o endividamento externo do país em razão dos empréstimos internacionais. Assim, apesar do grande investimento tecnológico no desenvolvimento produtivo, menos se investia na qualidade de vida dos trabalhadores.

É a partir de 1973 que o modo de produção capitalista desencadeia um intenso processo de reestruturação das relações sociais, se desenvolvem outras alternativas além do taylorismo/fordismo, padrão de produção da época.

Segundo Claudia Nogueira (2004) no texto “A feminização no mercado de trabalho: entre a emancipação e a precarização”, a mundialização da reestruturação do capital afetou desigualmente o emprego de homens e mulheres, com a crise no fim de 1960 e início da década de 1970, o trabalho assalariado assim como toda a esfera produtiva sofreu o impacto das mudanças da reestruturação do capital como “mecanismo de saída” da crise.

No Brasil, entre os anos 80 e 90, em relação ao emprego masculino houve uma estagnação enquanto o trabalho feminino remunerado cresceu. No entanto, esse crescimento tanto nos espaços formais como informais era predominantemente em áreas precárias e vulneráveis. Dentro desse cenário, está também a expansão do acesso a escolaridade para as mulheres e o ingresso delas nas universidades, o que expandia o leque de oportunidades de trabalho. A socióloga Maria Cristina Aranha Brushini em seu artigo “Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas” destaca que o avanço das mulheres em atividade modificou também a taxa de natalidade:

A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de 80. Assim, a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades. (BRUSHINI, 2001, p.95)

É durante a década de 80 que o crescimento da economia brasileira estagna, o Produto Interno Bruto (PIB) entra em queda com a retração industrial. O país entra em crise tendo ancorado seu crescimento no endividamento externo e a crise do petróleo na segunda metade da década de 70. Assim, esses fatores se somam a, como Cássia Maria Carlotto (2002) destaca em seu texto “Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino” as outras determinantes que contribuíram para a expansão do trabalho feminino e também sua permanência. A autora aponta que a necessidade econômica se intensificou com a deterioração dos salários, o que obrigou as mulheres a entrarem no mercado de trabalho como forma de buscar uma

complementação para a renda familiar, assim, não só as mais pobres entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas e das camadas médias.

Outro fator importante foi à crescente urbanização e o êxodo rural que trouxe a incorporação de novos trabalhadores pelo mercado, o que incluía as mulheres. Bem como, outro elemento de destaque refere-se às mudanças sociais que avançavam na relativização do papel social da mulher, com o avanço do movimento feminista (mesmo que institucionalizado) e, como citado anteriormente, a expansão da escolaridade e acesso das mulheres a educação superior.

Apesar do maior acesso a escolaridade e a esfera produtiva, o lar continuou sendo o “lugar da mulher”. Relegada à esfera do lar, a divisão sexual do trabalho constitui também um ponto chave usado para compreender a relação entre exploração e opressão das mulheres.

A divisão sexual do trabalho é um construto histórico presente nas relações de poder entre os gêneros, apoiando-se no discurso do determinismo biológico. Como ressalta Saffioti (1992) a construção da mulher enquanto dominada-explorada tem a marca da naturalização, do inquestionável, já que é dado pela natureza. Assim, todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização reforçam os preconceitos e estereótipos dos gêneros como legitimados de uma suposta natureza feminina e masculina, apoiando-se na determinação biológica.

Essa “marca” também se constitui no trabalho produtivo, como destaca Antunes no já mencionado texto (2009) a divisão sexual do trabalho:

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (ANTUNES, 2009, p. 105)

A diferença biológica transforma-se em desigualdade social legitimada por uma falsa naturalidade. Essa suposta desigualdade naturalizada é utilizada como mecanismo de apoio a exploração capitalista, isto é, todo trabalho realizado pelas mulheres na esfera do lar se volta para reprodução social da vida, como elencamos anteriormente ao abordar a Teoria da Reprodução Social.

Como demonstrado até aqui, a família, a divisão sexual do trabalho, as posições sociais as quais às mulheres foram colocadas ao longo do tempo, bem como a construção de um padrão

feminino de comportamento associado a sua condição biológica, ao maternal e ao lar, são construtos históricos, produtos das relações sociais ao longo do tempo atravessados por contradições que marcaram determinações sobre a inserção desses sujeitos na esfera produtiva e no âmbito econômico-político-social, a nível mundial e nacional.

Neste tópico nos debruçamos especificamente sobre o momento e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro fenômeno denominado de “feminização do trabalho” ocorrido a partir dos anos 1970, delineando a situação de desigualdade na inserção destes sujeitos dentro da produção.

Neste capítulo pretendemos dar conta, em termos gerais de algumas considerações sobre a base histórica de exploração e opressão as mulheres dentro do mercado de trabalho, abordando a partir dos pilares do capitalismo, segundo a teoria marxista e sua relação com o desenvolvimento capitalista, bem como, introduzindo no último tópico o contexto geral que marcou a entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Assim, no capítulo a seguir aprofundaremos a questão da feminização do trabalho no Brasil, abordando as questões econômicas que permeavam a situação das mulheres no mercado de trabalho na época, tendo em vista as mudanças sociais, econômicas e políticas as quais passavam o país, bem como, destacando as grandes mudanças que ocorreram no mercado de trabalho a nível mundial com desenvolvimento de novas tecnologias.

2 A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO

Neste capítulo nos debruçaremos sobre a questão empírica que move este estudo: a situação das mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990, perpassando sobre o terreno histórico de profundas mudanças de cunho político, econômico e social.

De forma geral, a década de 1980 foi marcada, nos países de capitalismo avançado, pelas profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na produção, nas formas de representação sindical e política, assim, afirmamos que a classe que vive do trabalho foi a que mais sofreu com a aguda crise que atingiu da materialidade a subjetividade do ser (ANTUNES, 2006). No Brasil, durante a década de 1980 o país também perpassava profundas transformações principalmente de cunho econômico e político, com o adendo de sua formação econômica semicolonial, a ditadura e seu fim em 1985.

A partir disso, adentrando o período histórico delineado, o crescimento econômico da passagem da década de 1960 para a década de 1970 teve como característica as profundas reformas econômicas e políticas, que afetaram em especial todo o conjunto da classe trabalhadora, o que não mudou com os anos 1980. No entanto, diferente das décadas que a precederam, esta foi palco da estagnação econômica e crise política, fruto da herança dos anos 1970 marcado pela ditadura militar e o endividamento externo do país.

Durante a década de 1980, o país passava por um período de estagnação dos níveis de atividade e por profundos desequilíbrios macroeconômicos, chegando a seis planos de estabilização econômica – Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Verão, Brasil Novo e Real – após fim da ditadura militar e início da nova república. A moeda nacional chegou a mudar cinco vezes passando de cruzeiro para cruzado, em seguida cruzado novo, cruzeiro novo, até finalmente o real.

No que diz respeito ao emprego, a intensa modificação econômica e política provocou alterações nas taxas de desemprego e na população economicamente ativa.

A intensidade da recessão econômica dos primeiros anos da década de 80 modifica o quadro de crescimento anterior, provocando aumentos nas taxas de desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal, e refletindo-se no aumento de autônomos e no subemprego. (BRUSHINI, 1998, p. 20)

Assim, a década de 1980 sofreu com o crescimento da taxa de desemprego, e a oscilação entre períodos de crescimento e recessão, embora o crescimento tenha sido exceção e a crise econômica latente a regra, tendo como consequência a queda do PIB e a retração nos ramos da indústria. A nova república que ascendia no país tinha como foco de combate à inflação crescente, o que resultou nos seis planos econômicos que citamos anteriormente. Desde modo, a década de 80 foi marcada pelo crescimento da precarização do trabalho:

Do ponto de vista do emprego e da renda, houve uma deterioração das condições gerais do mercado urbano, expressa não apenas no crescimento relativamente lento do emprego e no aumento da proporção de assalariados por conta própria e de assalariados sem contrato de trabalho formalizado, mas também na significativa redução do nível de salário. Revelou ainda, principalmente nos momentos de recessão, um problema inédito na história econômica e social brasileira: o desemprego aberto. (BALTAR, DEDDECA E HENRIQUE, 1996, p.90)

No país persistia o crescimento da pobreza devido ao padrão de geração de empregos e renda no país associado ao atrasado estilo de desenvolvimento, assim as formas de trabalho precarizado já conhecidas em solo brasileiro agora assumiam expressiva parte da oferta de empregos no país com o contingente de desempregados. Apesar do inesperado crescimento em 1983 nos postos de empregos, estes foram insuficientes para barrar a crise:

No final de 83 a indústria brasileira tinha alterado sua composição em favor de bens de exportação, que ajudariam o país a sair da recessão a partir da segunda metade do ano seguinte, graças à recuperação da economia mundial. A retomada dos níveis de atividade, porém, foi insuficiente para reestabelecer os níveis anteriores (BRUSHINI, 1998, p.20)

Assim, a crise se desenrolava no país junto ao aumento da informalidade no mercado de trabalho. É importante lembrar que, a oferta de empregos formais no país não absorvia o aumento da população ativa, outro fato é a entrada massiva das mulheres na década anterior, levando de encontro a necessidade do capital de um exército reserva de desempregados para precarizar e explorar.

Outro ponto importante é salientar as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho na época: o salto tecnológico e a automação invadiram o universo fabril, se inserindo e se desenvolvendo na produção do capital e nas relações de trabalho (ANTUNES, 2006). Sendo assim, as profundas mudanças no campo social, político e nas condições de trabalho marca a década posterior a chamada “feminização do trabalho.”

Além das mudanças no campo da produção, no Brasil crescia com o processo de redemocratização a adesão aos sindicatos e organizações de trabalhadores. Os anos que seguiram e a intensa mudança nos planos de estabilização econômica surtiram algum efeito como em 83, porém não significou a retomada de estabilidade para os trabalhadores:

Em 1986, durante o governo Sarney, o plano Cruzado provocou um surpreendente boom no consumo, mas logo fracassou, provocando o recrudescimento da recessão. Entre 1987 e 1989 cresceu a instabilidade inflacionária e continuaram as flutuações no nível de produção e emprego, sem que se manifestasse de forma clara, entretanto, retração da atividade econômica. (BRUSHINI, 1998, p.21)

Diante desse cenário, o aumento significativo das mulheres na esfera produtiva resultou não apenas das oportunidades que se estenderam as mulheres, mas também da necessidade econômica da época, que perpassava por conjunturas específicas. Segundo Brushini, no já mencionado artigo (2001), em 1976, no Brasil existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas. Na década de 1990, esse número duplicou, chegando a 22,9 milhões de mulheres em atividade.

É justamente no fim da década de 1980 e início dos anos 1990 que as mudanças se aprofundam no Brasil com o período de estagnação econômica com surtos recessivos e de inflação que resultaram no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e a proliferação de empregos precarizados, como destacado pelos economistas Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Marcelo Proni:

Desde 1980, o mercado de trabalho no Brasil tem apresentado uma proliferação de empregos fora do círculo dos estabelecimentos organizados e que não envolvem a assinatura da carteira de trabalho. A década de 1990 trouxe um agravamento da situação, na medida em que a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e na construção civil. Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de empregos. (BALTAR e PRONI, 1996, p.141)

Esse momento culmina justamente com o período de maior entrada das mulheres na esfera produtiva, não só nacional, mas mundialmente. No caso brasileiro, essas transformações sociais e econômicas se dão no marco de crescente urbanização do trabalho, industrialização e modernização. No entanto, essas mudanças não se deram no quadro geral de desigualdade social e exclusão, a crescente precarização com os baixos salários e a espoliação dos

trabalhadores como um todo. Essa nova forma de organização do trabalho e a reestruturação produtiva se somam ao aprofundamento do declínio das formas protegidas de emprego.

No início da década de 1990, com o governo Fernando Collor, é implantado no país o Plano Brasil Novo, com a implantação houve a queda brusca da inflação e a retração dos setores mais organizados da economia, provocando um novo ciclo recessivo. As novas diretrizes na economia aceleram o ritmo da produção e introduzem novas tecnologias do trabalho, bem como, mudanças organizacionais na produção – principalmente no setor industrial – essas modificações visavam o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos nacionais. (BRUSCHINI, 1998)

Assim, apesar do avanço no que diz respeito à tecnologia no mercado de trabalho, os setores que geravam empregos já empregavam menos – desde as mudanças bruscas e a intensa recessão em 1980 – esta tendência foi agudizada pelo novo plano econômico.

Deste modo, mesmo com o refreamento da crise em 1993 – e o impeachment do então presidente Fernando Collor – a instalação do governo Itamar Franco não conseguiu recuperar o fôlego da geração de postos de trabalho na indústria, dando início em 1994 a implantação de outro plano econômico: o plano real. Apesar do aumento do poder de compra com a vigência do novo plano de estabilidade econômica, pouco se modificou no que consistia quanto ao aumento de pessoas ocupadas:

A redução da inflação, que possibilitou o aumento do poder de compra das famílias, associada às facilidades de crédito encontradas nos primeiros meses de vigência do Plano, incentivaram o aumento da produção industrial, que prosseguiu até o primeiro trimestre de 1995, apesar das medidas restritivas que foram sucessivamente sendo impostas. No entanto, em decorrência da mudança estrutural que já vinha se processando na indústria de transformação, até mesmo no auge do reaquecimento o aumento do pessoal ocupado foi modesto. (BRUSCHINI, 1998, p. 22)

Assim, a partir da análise das mudanças ocorridas no mercado de trabalho no Brasil da década de 1980 e 1990, estas apontam para intensificação do processo de precarização, bem como, o aumento da população urbana, o que significou um declínio no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Desta forma, o cenário histórico que marca a inserção das mulheres no mundo do trabalho evidencia a precariedade como característica que atinge a classe trabalhadora em seu conjunto, mas principalmente, o trabalho feminino.

Neste espírito, na próxima sessão analisaremos os dados colhidos acerca do tema, tomando como ponto de partida o aumento das mulheres na produção e em seguida nas seções posteriores, os dados referentes aos setores que mais empregaram mulheres, salário,

sindicalização, trabalho e posição familiar e trabalho e maternidade. A partir disso, analisaremos os dados tomando as questões que percorrem a condição de explorada e dominada da mulher no que concerne a articulação de patriarcado e capitalismo nas relações sociais ao longo da entrada da mulher no mercado de trabalho.

2.1 A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro – um campo em crescimento

Neste tópico, nos debruçamos sobre os dados acerca do avanço das mulheres no mercado de trabalho em relação ao seu número, tendo como base entender a continuação do crescimento do trabalho feminino nas décadas de 1980 e 1990.

O primeiro ponto que abordaremos na análise do trabalho feminino no Brasil é o crescimento exponencial, desde a década de 1970 com o “boom” da feminização, a taxa de mulheres economicamente ativas permaneceu crescente, durante a década de 1980 o aumento das mulheres no mercado de trabalho continuou o ritmo crescente da década anterior.

É importante destacar que como população não economicamente ativa considera-se, segundo a forma de coleta dos dados, as pessoas que eram estudantes, aposentadas, pensionistas, inválidas, as viviam de renda e as que exerciam atividades domésticas não remuneradas, dessa forma o trabalho doméstico é considerado inatividade.

Enquanto a população economicamente ativa masculina cresceu apenas 19%, a feminina chegou a 32% nos dez anos examinados a seguir.

A tabela número um a seguir apresenta os dados coletados dos anos de 1981 e 1989 sobre a participação econômica por sexo no país.

Tabela 1 – Participação econômica por sexo no Brasil– 1981 a 1989⁷

SEXO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (N)		VARIAÇÃO 1981-1989
	1981	1989	%

⁷ Com a realização do Senso de 1980, não foi realizada a PNAD naquele ano, desta forma, como colocado na metodologia desta pesquisa optamos por realizar a análise dos dados apenas da PNAD.

HOMENS	32.639.339	40.523.550	19,4%
MULHERES	14.849.187	21.989.626	32,4%

Fonte: PNAD's 1981 – 1989 (tabulação 3.1)

Enquanto as taxas de atividade masculina se mantiveram semelhantes, as das mulheres se ampliaram significativamente, como demonstrado pelos dados coletados acima. Assim, as mulheres agora mais numerosas começavam a expressar as mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, desde a necessidade econômica do mercado de trabalho até as mudanças de cunho demográfico, que ficam mais visíveis na década posterior, como a expansão da escolaridade e diminuição da taxa de fecundidade.

Prosseguindo com a segunda década de análise, dos anos 1990 a 1999 o crescimento da participação econômica feminina duplicou, chegando a 65,9% durante o ano de 1999 em comparação a 1990. No entanto, destacamos que a forma de análise de taxa de atividade na PNAD se modificou, a partir de 1992 foi feita uma ampliação do conceito de trabalho, onde este passou a incluir atividades para o autoconsumo e produção familiar, antes não consideradas trabalhos, mesmo assim, percebe-se a manutenção do crescimento do trabalho feminino.

A tabela número dois, apresenta os dados coletados dos anos de 1990 a 1999 sobre a participação econômica por sexo no país.

Tabela 2 – Participação econômica por sexo no Brasil – 1990 a 1999

SEXO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (N)		VARIAÇÃO 1990-1999
	1990	1999	%
HOMENS	41. 599 870	63 019 733	33,9%
MULHERES	22 868 111	67 075 057	65,9%

Fonte: PNAD's 1990 (tabulação 3.1) e 1999 (tabulação 4.1)

Esse crescimento seria resultado não apenas da necessidade do mercado de trabalho, mas também, como apontamos das mudanças sociais que ocorreram desde a década de 1970, levando em consideração o crescimento do acesso a escolaridade, o que ampliou o acesso delas ao mundo do trabalho. Além dessas mudanças no que concerne o acesso à educação, sem ampliarem e difundiram-se as ideias dos movimentos feministas que criticavam a posição relegada ao lar da mulher e incentiva o trabalho na esfera produtiva, nesse sentido, é importante apontar essas mudanças catalisadoras no que concerne ao trabalho da mulher fora do lar.

2.1.2 Trabalhadoras e trabalhadores segundo carteira de trabalho assinada

Como apresentamos o crescimento da taxa de atividade feminina anteriormente, neste tópico abordaremos no que concerne à carteira de trabalho assinada, como sendo a forma de emprego assegurada por lei. No Brasil, a legislação trabalhista, conhecida como CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas e datada dos anos 1940, garante o vínculo formal entre empregador e empregado, o que regulariza os direitos e deveres entre ambas as partes, em 1988, com a Constituição Brasileira algumas modificações são realizadas.

Durante o período aqui abordado, a Constituição Brasileira previa como direito dos trabalhadores de acordo com seu Capítulo II: Dos Direitos Sociais, são direitos dos trabalhadores: proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário de acordo com sua remuneração integral, jornada diária de 8 horas, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas com 1/3 a mais do que o salário normal, aviso prévio de pelo menos um mês, em caso de demissão, redução de riscos no trabalho, por meio de normas de higiene, segurança e saúde, seguro contra acidentes de 63 trabalho, aposentadoria, reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho e outros. Outro ponto de destaque, é que para as trabalhadoras a CLT assumiu uma posição protecionista em sua criação, baseando-se em uma suposta fragilidade feminina impôs uma série de restrições ao trabalho feminino. A revisão crítica dos direitos das trabalhadoras foi um dos itens da agenda das feministas desde os anos 70 e culminou nos anos 80, com a elaboração, por vários grupos de mulheres, de reivindicações para a Constituição de 1988, muitas delas atendidas, tendo como ponto principal a licença maternidade sem prejuízo do emprego e do salário, estendendo-a para 120 dias, cria a licença-paternidade e propõe assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores de ambos os sexos, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-

escolas, profibe a diferença salarial de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. (BRUSHINI, 1998)

Neste sentido, a carteira de trabalho assinada para o trabalhador significa a formalização, bem como, a garantia ao acesso de seus direitos previstos em lei, regulamentando os direitos sociais aos trabalhadores, assim como a sua maior permanência.

Os dados coletados da tabela a seguir, que tem como referência os anos de 1981 e 1989, revelam parte do que abordamos anteriormente sobre a década de 80, as formas protegidas de emprego em decadência, dentre os nove anos analisados o crescimento do número de empregados de ambos os sexos foi de cerca de 3 milhões para os homens e 2 milhões para as mulheres, tendo um crescimento de cerca de 1%.

Outro ponto de destaque é em relação ao trabalho masculino, chegando a 61% trabalhando com carteira assinada, enquanto as mulheres apenas 55% delas possuem vínculo empregatício formal, ou seja, mesmo com o aumento das mulheres no mercado de trabalho permanece um número expressivo delas na informalidade, como demonstrado.

Na tabela número três, a seguir, apresenta os dados dos anos de 1981 e 1989 sobre os empregados com carteira assinada.

Tabela 3 – Empregados e empregadas com carteira assinada – 1981 a 1989

SEXO E TIPO DE VÍNCULO	1981	1989	PERCENTUAL DE EMPREGADOS C/ CARTEIRA (%)	
	Número em milhões		1981	1989
Homens empregados	19 811 277	25 396 250	60,0	61,7
Com carteira assinada	11 879 744	15 682 954		
Mulheres empregadas	9 393 736	14 594 980	54,0	55,0
Com carteira assinada	5 080 518	8 035 001		

Fonte: PNAD's 1981 (tabulação 3.17) e 1989 (tabulação 3.22)

Seguindo a linha de análise, prosseguimos com os dados coletados dos anos de 1990 e 1999, com algumas mudanças significativas em relação à década anterior. A tendência de crescimento com os diversos planos econômicos tem impacto na situação do emprego formal feminino, chegando a 66% delas com vínculo formal, esse crescimento tem ligação direta com

a ampliação do acesso à educação, como será abordado no tópico seguinte. Outro ponto de destaque é a retração do vínculo formal para os homens no ano de 1999, como demonstrado na tabela a seguir.

A tabela número quatro abaixo, apresenta os dados coletados dos anos de 1990 e 1999 sobre os empregados e empregadas com carteira assinada.

Tabela 4 - Empregados e empregadas com carteira assinada – 1990 a 1999

SEXO E TIPO DE VÍNCULO	1990	1999	PERCENTUAL DE EMPREGADOS C/ CARTEIRA (%)	
	Número em milhões		1990	1999
Homens empregados	25 440 302	21 969 283	61,0	59,0
Com carteira assinada	15 507 056	12 940 612		
Mulheres empregadas	14 735 020	10 103 508	55,0	66,4
Com carteira assinada	81 220 80	6 708 351		

Fonte:PNAD's 1990 e 1999(tabulação 4.31)

Essa retração no emprego masculino mostra a tendência do mercado de trabalho brasileiro com a adoção das formas “flexíveis” de trabalho, aumentando significativamente os trabalhadores no ramo informal, o que se choca com a maior formação acadêmica feminina. Esse processo de mudança e ampliação das formas de trabalho informal é uma tendência da década de 1990 com o processo de reestruturação do capital, uma “desproletarização” como aponta Antunes (2009).

Essa processualidade atinge também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Coreia, entre tantos outros que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de desindustrialização e desproletarização, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc. (ANTUNES, 2009, p.105)

Sem instrução e menos de 1 ano	22,0	17,9	18,0	13,5	23,4	26,5	21,1	21,8
1 e 2 anos	14,3	11,0	11,7	9,1	22,4	16,8	21,0	14,4
3 e 4 anos	30,0	28,1	26,7	24,5	26,1	29,8	29,1	29,7
5 a 8 anos	19,1	19,5	24,1	22,8	20,0	18,7	20,3	23,2
9 anos ou mais	14,1	22,9	19,3	29,7	7,8	7,9	8,3	10,6

Fonte: PNAD's 1981 e 1989 (tabulação 3.2)

Prosseguindo com a análise dos dados, diferentemente da década anterior que permanece a disparidade, a tabela a seguir que indica a década de 1996 e 1999 e como elencamos no tópico anterior, houve um aumento significativo na taxa de mulheres empregadas de acordo com o vínculo formal, ou seja, a carteira assinada, a partir dos anos 1996 encontra-se um maior aporte dos anos de estudo nas PNAD'S, nesse sentido, para fazer o comparativo elencamos os anos de 1996 e 1999. Encontramos, assim como nos dados anteriores, um crescimento na taxa de atividade dos trabalhadores com mais de 8 anos de estudo, o que corrobora com uma formação de nível superior, assim, as mulheres apresentam um maior nível de instrução, o que corrobora com o crescimento no vínculo formal apresentado no tópico anterior nos dados coletados a partir de 1999.

A tabela número seis, a seguir, destaca os dados coletados sobre a distribuição dos trabalhadores e taxa de atividade por sexo e escolaridade no país nos anos de 1990 e 1999.

TABELA 6 – Distribuição dos trabalhadores e taxas de atividade por sexo e escolaridade Brasil – 1990 a 1999

ANOS DE ESTUDO	Economicamente Ativos 1996		Economicamente Ativos 1999		Não Ativos 1996		Não Ativos 1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

S/ instrução/ menos de 1 ano	15,4	12,9	13,2	10,5	17,7	18,4	14,3	15,8
1 e 3 anos	17,7	14,4	16,8	13,48	28,6	22,3	26,6	20,8
4 e 7 anos	33,5	30,9	32,6	29,1	37,3	37,5	39,6	38,6
8 a 10 anos	14,7	15,3	15,8	16,3	9,6	12,3	11,3	12,4
11 a 14 anos	13,3	19,6	15,6	22,5	4,9	7,8	6,0	9,3
15 anos ou mais	4,9	7,0	5,3	7,5	1,5	1,3	1,8	1,7
Total (milhões)	43824767	29295334	46480921	3283436	16021200	34437308	16517698	34219343

Fonte: PNAD's 1996 e 1999 (tabulação 4.3)

No entanto, como chama atenção a autora Glaura Vasques de Miranda, em seu artigo “A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970” apesar da expansão do acesso à educação e como este favoreceu a entrada das mulheres no mercado de trabalho acentuou algumas diferenças:

(...) parece que a educação desempenha um papel até certo ponto contraditório no sentido de levar maior número de mulheres a uma participação ativa na força de trabalho. Educando as mulheres, estaríamos aumentando a sua probabilidade de trabalho no mercado em atividades que exigem mais alto nível de escolarização, mas devido ao preconceito cultural, é provável que essa participação não se faça em igualdade de condições com o homem. (MIRANDA, [1975] 2013, p. 24)

Neste contexto, como a autora destaca, mesmo que a disparidade em números seja menor, ainda permanece nas entrelinhas do trabalho feminino. Verifica-se, então, que a expansão do acesso à educação superior para as mulheres, se soma a sua aderência ao trabalho fora do lar. Nesse contexto, como os dados demonstram, as trabalhadoras apresentam maior grau de escolaridade do que os trabalhadores homens em atividade, mas ainda disparidade social.

Desta forma, seguiremos na próxima seção acerca dos setores de atividade que mais empregaram mulheres no intuito de delinear as tendências do mercado em relação a atividade feminina, se este se abre em ramos antes masculinos ou permanece como característica da

divisão sexual do trabalho relegando a mulher a ramos indiretamente associados ao cuidado, fragilidade ou ao lar.

2.2 A divisão sexual do trabalho no Brasil: os setores de atividade que mais empregam mulheres

Como explorado anteriormente, a divisão sexual do trabalho tem sido um ponto importante no que concerne à entrada das mulheres no mercado de trabalho, delineando quais setores estão mais “predispostos” ao emprego feminino por se tratar de esferas relacionadas ao cuidado, a fragilidade e ao lar, neste sentido seriam atividades as quais as mulheres estariam “naturalmente” associadas.

A partir disso, seguindo o fio de nossa análise, primariamente coletamos os dados dos anos 1981, 1985 e 1989 de forma que nos permitisse avaliar o desenvolvimento dos ramos de atividades no mercado de trabalho acerca do emprego feminino.

Nesse contexto, os dados coletados a seguir demonstram que durante toda a década de 1980 permaneceu a disparidade entre o emprego feminino e masculino nos setores Agrícola, Industrial e Comercial, um ponto importante de destaque no que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro como um todo, é que a partir dos dados coletados se torna visível a retração no mercado de trabalho, fator que afetou toda a década.

Destaca-se também a aderência do trabalho feminino nos setores de prestação de serviços e atividades sociais, dentro destes setores estão condensados, segundo a PNAD, os proprietários nos serviços de conta própria, ocupações do serviço doméstico remunerado, serviços de alojamento e alimentação e serviços de higiene pessoal. Desta forma, mesmo nos ramos do setor formal, o percentual de mulheres que trabalham em serviços ligados a esfera do cuidado e do lar – como o serviço doméstico remunerado – ainda são predominantes, chegando ao percentual de 32% em 1985, contra apenas 8 % de trabalhadores do gênero masculino no mesmo setor e ano.

A tabela número sete, demonstra os dados coletado sobre os trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade nos anos de 1981 e 1989.

TABELA 7 – Trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade 1981 a 1989

SETORES DE ATIVIDADE	1981		1985		1989	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

Agrícola	33,57%	19,76%	33,6%	18,4%	28,1%	14%
Indústria	30,1%	12,98%	27,0%	12,4%	29,1%	13,6%
Comércio de mercadorias	10,5%	9,77%	11,2%	10,4%	2,3%	12,2%
Transporte e comunicações	5,2%	1,05%	5,0%	0,84%	5,2%	1,0%
Prestação de serviços	7,8%	31,84%	8,9	32,1%	10,3%	31%
Atividades Sociais	3%	16,57%	3,0%	17,0%	3,3%	18,5%
Adm. Pública	4,5%	2,99%	5,0%	3,3%	5,1%	4,0%
Outras atividades	2,6%	2,80%	3,4	3,0%	3,1%	2,6%
TOTAL (milhões)	31,2	15,0	35,5	17,8	39,2	21,3

Fonte: PNAD'S 1981 e 1989 (tabulação 3.18)

No que concerne a década seguinte de 1990, é possível inferir através dos dados a tímida recuperação econômica como resultado dos planos de recuperação e reestruturação, não diferentemente dos dados da década de 1980 demonstram que permaneceu a disparidade entre o emprego feminino e masculino nos setores Agrícola, Industrial e Comercial, no entanto, houve um tímido crescimento em relação ao setor Agrícola.

A tabela a seguir, número oito, aponta os dados coletado sobre os trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade nos anos de 1990 e 1999.

TABELA 8 – Trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade 1990 a 1999

SETORES DE ATIVIDADE	1990		1995		1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

Agrícola	28,0%	13,3%	28,4%	22,50%	26,7%	20,45%
Indústria	28,1%	12,7%	26,4%	9,31%	25,8%	9,49%
Comércio de mercadoria	12,6%	13,2%	13,2%	12,84%	13,3%	13,47%
Transporte e com.	5,6%	0,88%	5,5%	0,78%	6%	0,95%
Prestação de serv.	10,4%	31,5%	12,0%	29,8%	12,5%	22,45%
Atividades Sociais	3,5%	18,2%	3,6%	16,3%	4,1%	17,38%
Adm. Pública	5,4%	4,3%	5,1%	3,8%	5,1%	3,88%
Outras atividades	2,8%	2,5%	2,08%	1,66%	2%	1,73%
TOTAL (milhões)	40,0%	22,0	41,8	27,7	42,8	28,8

Fontes: PNAD'S 1990 e 1999 (tabulação 3.18)

Como pontuamos anteriormente, os setores de maior aderência ao trabalho feminino no mercado de trabalho brasileiro permaneceram sendo aqueles ligados ao cuidado, assim, o emprego feminino segue a regra de sua subordinação ao lar, chegando a representar 31% do percentual de trabalhadores no ramo de prestação de serviços, enquanto os trabalhadores do gênero masculino representavam apenas 10% no mesmo setor, apesar do crescimento tímido de trabalhadores homens, podemos inferir pela tendência do mercado de trabalho brasileiro que estes estão alocados como trabalhadores por conta própria, tendo em vista que a PNAD condensa esse tipo de atividade no ramo de prestação de serviços como citamos anteriormente.

Desta forma, sentimos a necessidade de aprofundar este ponto através dos dados, buscamos através das PNAD's a posição na ocupação e o local de trabalho segundo o sexo para tornar visível a disparidade entre emprego masculino e feminino. Assim, no próximo tópico abordaremos a posição segundo o local de trabalho principal.

2.2.2 Trabalho segundo local de trabalho principal

Na busca por responder as inquietações colocadas no tópico anterior, verificou-se que a partir do ano de 1993 nas PNAD's foi incluído o "local de trabalho principal" de acordo com a posição na ocupação, neste sentido foi possível visualizar o percentual de mulheres alocadas no trabalho doméstico dentro e fora do seu lar.

A metodologia adotada pela PNAD a partir de 1993 permite visualizar com mais clareza as questões que envolvem o trabalho feminino associado a prestação de serviços como o doméstico, a introdução dessa categoria permitiu evidenciar como o trabalho doméstico fora do lar é predominantemente feminino. Infelizmente, não existem dados em relação a esta questão sobre a década de 1980, o que inviabilizou a comparação entre as duas décadas, no entanto, nos permitiu um comparativo entre o início da década em 1993 e o fim da década em 1999.

Os dados coletados do ano de 1993 revelam que cerca de 92% das trabalhadoras domésticas trabalham no domicílio do empregador, bem como, outro ponto de destaque é a situação das trabalhadoras por conta própria, chegando a 65% estas trabalham por conta própria no domicílio que residem, desta forma, pode-se inferir que isto ocorre pela conciliação com as atividades como dona de casa. Além disso, elas também representam a maior parcela de trabalhadores não remunerados, chegando a 14% contra 8% do percentual de trabalhadores não remunerados masculinos, o que revela a desvalorização e disparidade entre os gêneros.

A tabela número nove, abaixo, se refere aos dados coletados sobre a posição de ocupados e ocupadas segundo local de trabalho no ano de 1993.

Tabela 9 – Pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e local de estabelecimento do trabalho principal 1993

LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO				
		Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerados
MULHERES	23,4	47,4	18,4	17,6	1,7	14,9
Loja, oficina, escola, repartição pública, etc.	12,1	85,2	--	6,4	2,6	5,7
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc.	3,6	16,0	--	13,9	1,0	69,0
No domicílio em que residem	3,2	3,3	23,0	65,3	0,7	7,6
Em outro domicílio (do empregador, patrão ou sócio)	3,9	1,1	92,4	6,2	--	0,1
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	3,8	11,0	--	85,1	--	3,8

Em veículo automotor	0,8	22,8	--	42,3	2,9	0,7
Em via área ou pública	0,4	7,2	--	0,9	0,8	1,9
Outros	0,04	0,9	--	7,7	--	0,2
HOMENS	39,8	59,7	0,7	25,9	5,0	8,7
Loja, oficina, escola, repartição pública, etc.	22,7	80,1	--	11,7	5,9	2,4
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc.	11,0	38,8	--	32,8	4,5	24,0
No domicílio em que residem	0,8	5,2	5,8	73,9	2,6	12,5
Em outro domicílio (do empregador, patrão ou sócio)	0,5	11,6	50,3	36,3	0,2	1,6
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	2,9	29,9	--	65,5	3,3	2,1
Em veículo automotor	0,6	24,8	--	69,0	3,2	3,1
Em via área ou pública	1,0	14,2	--	76,2	1,5	8,0
Outros	0,2	22,0	--	67,9	1,4	8,6

Fonte: PNAD 1993(tabulação 4.20)

Seguindo a nossa forma de análise comparativa, coletamos os dados do ano de 1999, a fim de comparar a posição e o local de trabalho principal para analisar as continuidades ou discrepâncias que ocorreram no período de cerca de 6 anos de acordo com as mudanças econômicas e sociais.

Assim, como na tabela anterior a continuidade no que se refere ao trabalho doméstico, representando 18% do percentual de trabalhadoras que trabalham como domésticas. No total de trabalhadores domésticos, as mulheres chegam a representar 92%, assim, esta esfera do trabalho continua sendo majoritariamente feminina mesmo com os avanços tímidos que vimos anteriormente.

A tabela número dez, apresenta os dados coletados sobre a posição de ocupados e ocupadas segundo local de trabalho no ano de 1993.

Tabela 10 – Pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e local de estabelecimento do trabalho principal 1999

LOCAL DO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO				
		Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerados
MULHERES			18,7%	24,03%	89,72%	23,09%
Loja, oficina, escola, repartição pública, etc.	92,91%	--				
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc.	3,91%	--		11,44%	4,29%	66,75%
No domicílio em que residem	0,45%	10,94%		40,56%	4,41%	6,53%
Em outro domicílio (do empregador, patrão ou sócio)	0,36%	89,06%		5,86%	0,21%	0,19%
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	0,38%	--		6,87%	0,26%	0,27%
Em veículo automotor	0,05%	--		0,39%	0,39%	0,17%
Em via área ou pública	0,34%	--		9,99%	0,72%	1,95%
Outros	0,04%	--		0,86%	--	0,49%
HOMENS			0,8%			
Loja, oficina, escola, repartição pública, etc.	77,41%			23,87%	70,15%	16,17%
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc.	15,76%			30,62%	18,90%	73,66%
No domicílio em que residem	0,11%	18,20%		5,66%	1,30%	3,22%
Em outro domicílio (do empregador, patrão ou sócio)	0,27%	81,80%		1,32%	0,08%	0,27%
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	4,62%			22,58%	6,84%	1,88%
	1,00%			6,28%	1,77%	0,69%
				7,81%		

Em veículo automotor		0,68%			0,85%	2,56%
Em via área ou pública		0,16%		1,86%	0,12%	1,54%
Outros						

Fonte: PNAD 1999 (tabulação 4.20)

Desta forma, sem nenhuma surpresa, apesar das mudanças no que se refere a ocupação das mulheres no mercado de trabalho, este ainda é marcado pela suposta “natureza” feminina para os serviços que remetem ao cuidado e ao lar.

Assim, para as mulheres cabe conciliar o trabalho doméstico dentro e fora da sua família, as tendências do trabalho feminino mesmo com os avanços ainda continuam sendo delineadas pelas opressões de gênero e pela sua condição reprodutiva, neste sentido, na próxima seção adentraremos sobre a maternidade e como esta afeta a mulher dentro do mundo do trabalho.

2.3 A esfera reprodutiva dentro do mundo do trabalho no Brasil: Mulher, maternidade e trabalho

O trabalho feminino é marcado pela sua condição reprodutiva e também sua suposta condição naturalmente deficitária como explicitamos ao longo deste trabalho, sabemos que o trabalho de reprodução social recai extensivamente sob as costas da mulher trabalhadora, é ela a responsável pelo cuidado de toda a família e de toda a casa, bem como, é ela a portadora do dom de gerar. Neste sentido, no que diz respeito ao emprego feminino é necessário que a mulher articule o seu papel dentro do lar e no trabalho, o que por vezes justifica a sua intermitência no mercado de trabalho.

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares. O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida — famílias em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas etc... — e a estrutura familiar — família conjugal, chefiada por mulher, ampliada pela presença de outros parentes etc... — são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental. (BRUSHINI, 1998, p.29)

Estas articulações não são necessárias ou fazem parte da rotina dos trabalhadores homens, desta forma, não poderíamos deixar de adentrar as questões que abrangem a condição reprodutiva feminina, sendo as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado as crianças pequenas, analisamos e discorremos através dos dados coletados como o mercado de trabalho e conseqüentemente como o capital, lida em relação com a maternidade no que diz respeito a esfera produtiva.

Dentro do período de análise proposto nesta pesquisa, apenas as PNAD's da década de 1990 obtinham a taxa de mulheres economicamente ativas com filhos, impossibilitando a comparação entre uma década e outra, assim, optamos por realizar o comparativo em relação aos anos de 1992, 1995 e 1999, a fim de delinear as modificações ocorridas.

Destacamos inicialmente, a diminuição gradativa do índice de mulheres que tiveram filhos em atividade econômica, este se choca com a queda da fertilidade como destaca Brushini (1998, p.29) “a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho.” Outro ponto que podemos inferir, é a resistência do mercado de trabalho em empregar mulheres com filhos, por entenderem que esta trabalhadora é “menos” produtiva. Desta forma, é visível observar a diminuição das mulheres em idade de 15 a 19 em atividade econômica que tiveram filhos, passando de 26% em 1992 a 12% em 1999.

A tabela número onze, a seguir, apresenta os dados sobre a taxa de mulheres economicamente ativas com filhos nos anos de 1992 e 1999.

Tabela 11 – Taxas de mulheres economicamente ativas que tiveram filhos, por idade de 1992 a 1999

GRUPOS DE IDADE	1992	1995	1999
15 A 19 ANOS	26,1	24,2	12,3
20 A 24 ANOS	15,1	14,13	14,4
25 A 29 ANOS	14,6	14,18	13,2
30 A 34 ANOS	13,8	13,9	13,7

35 A 39 ANOS	12,2	12,9	13,0
40 A 44 ANOS	10,1	10,7	11,1
45 A 49 ANOS	7,0	7,8	8,6
50 A 54 ANOS	5,1	5,5	5,9
55 A 59 ANOS	3,6	3,8	3,9
60 A 64 ANOS	2,4	2,1	2,3
65 A 69 ANOS	1,3	1,3	1,3
70 ANOS OU MAIS	1,1	1,1	1,0
TOTAL (milhões)	25614448	28138732	31331152

Fonte:PNAD's1992,1995e 1999 (tabulação 6.2)

Como adentramos anteriormente, o trabalho dentro do seio familiar fica encarregado à mulher, nesse sentido, adentramos os dados acerca das mulheres trabalhadoras e sua posição familiar. Em relação a década de 1980, a PNAD passou a incluir a posição familiar apenas a partir do ano de 1985, impossibilitando um quadro comparativo de toda a década, desta forma, comparamos os anos de 1985 e 1989.

A tabela a seguir evidencia uma maior parcela de mulheres casadas (cônjuges) economicamente ativas, assim, podemos inferir que apesar das responsabilidades familiares constituírem parte importante da rotina feminina, esta não poderia mais impedir o trabalho fora de casa, tendo em vista à necessidade de complementar a renda familiar, bem como, as mudanças ocorridas no que se refere ao início da expansão do acesso a escolaridade. Outro ponto de destaque é o crescimento no fim da década das mulheres economicamente ativas e chefes de família.

A tabela de número doze, apresenta os dados coletados sobre as mulheres economicamente ativas segundo sua posição na família nos anos de 1985 e 1989.

Tabela 12 – Mulheres economicamente ativas, segundo posição na família de 1985 a 1989

POSIÇÃO FAMILIAR	1985	1989
-------------------------	-------------	-------------

Chefes	15,8%	17,5%
Cônjuges	42,5%	44,4%
Filhas	15,8%	29,9%
Outros parentes	4,2%	4,5%
Sem parentesco	4,6%	3,8%
Total	18,4	21,9%

Fonte: PNAD's 1985 e 1989 (tabulação 4.4)

No que se refere a década de 1990, há uma grande mudança do início em 1990 para o final da década no ano de 1999. Destacamos o crescimento da taxa de mulheres chefes de família economicamente ativas o que vai de encontro às mudanças ocorridas no perfil da trabalhadora feminina na década de 1990, impulsionadas pela necessidade econômica, bem como, pela escolaridade elevada e as tímidas mudanças sociais, mas principalmente pelas mudanças nas relações familiares, as chefes de família chegam a representar 36% do percentual de mulheres em atividade econômica.

A tabela de número treze apresenta os dados coletados sobre as mulheres economicamente ativas segundo sua posição na família nos anos de 1990 e 1999.

Tabela 13 – Mulheres economicamente ativas, segundo posição na família de 1990 a 1999

POSIÇÃO FAMILIAR	1990	1999
Chefes	17,3%	36,8%
Cônjuges	45,7%	48,3%
Filhas	28,9%	10,9%
Outros parentes	4,3%	3,2%
Sem parentesco	3,6%	0,69%
Total (milhões)	19,9	32,7%

Fontes: PNAD's 1990 (tabulação 4.4) e 1999 (tabulação 6.2)

Neste contexto, a partir da análise dos dados evidenciamos como o peso da opressão a mulher se alia a sua exploração, diferentemente do que acontece com os homens, é necessário conciliar o trabalho em casa e o cuidado com os filhos com o trabalho fora do lar, bem como, o mercado de trabalho é menos receptivo as mulheres com filhos.

Sob a mulher trabalhadora recai o peso da dupla exploração sem medida, neste sentido, na próxima seção abordaremos através dos dados coletados as desigualdades econômicas que

permeiam o emprego feminino em comparação ao masculino. Neste espírito na próxima seção abordaremos a desigualdade salarial entre trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

2.4 Mulheres, trabalho e desigualdade no Brasil: a desigualdade salarial entre trabalhadores e trabalhadoras

Nesta seção, apresentaremos os dados sobre a desigualdade salarial entre trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Apesar de prever por lei o salário igualitário, esta não é uma realidade, como se pode observar a seguir, os baixos salários obtidos pelas trabalhadoras são um dos indicadores da disparidade entre os sexos no mercado de trabalho, ao qual, podemos assinalar como um dos mais marcantes, já que expressa como economicamente o trabalho feminino é desvalorizado.

Este mecanismo do capitalismo é conceituado por Marx como “*cheap labour*” como define:

(...) agora o plano da divisão do trabalho se baseia, sempre que possível, na utilização do trabalho feminino, do trabalho de crianças de todas as idades, de trabalhadores não qualificados, em suma, do “*cheap labour*”, o “trabalho barato”, como o inglês o denomina de modo tão característico. (MARX, [1867] /2017, p. 650)

Apesar de tratar das mudanças no sistema fabril e manufatureiro daquela época, o autor nos deixa uma forma de explicar e conceituar o que acontece no caso do trabalho feminino, este é barateado suficiente para baixar o custo com a mão de obra em toda sua cadeia produtiva.

Na Tabela quatorze a seguir, coletamos os dados acerca do rendimento médio mensal dos trabalhadores de acordo com o gênero a partir do ano de 1985 por não haver anteriormente nas PNAD's dados acerca do rendimento mensal por gênero, desta forma impossibilitando a comparação entre os anos do início e fim da década de 1980.

A partir do período analisado destacamos principalmente a disparidade no fato de 15% das mulheres trabalhadoras não receberem rendimento algum pelo seu trabalho. Outro ponto de destaque se dá na óbvia disparidade salarial, como podemos observar: 21% das mulheres trabalhadoras recebem menos de um salário-mínimo. Além disso, quando existe um aumento no rendimento mensal, a porcentagem feminina diminui, o percentual de homens que recebem até 5 salários chega a representar 13% do número total, enquanto as mulheres apenas 8%, em 1985. É importante assinalar, contudo, que no ano de 1989 é possível observar o decaimento

do que concerne o percentual de mulheres que não recebiam rendimento algum pelo seu trabalho, no entanto, este é um tímido avanço.

A tabela número quatorze, a seguir, apresenta os dados sobre rendimento médio mensal de acordo com o gênero, nos anos de 1985 e 1989.

Tabela 14 – Rendimento médio mensal de acordo com o gênero – 1985 a 1989

CLASSES DE RENDIMENTO	1985		1989	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Até ½ salário mínimo	6,7	21,5	6,5	16,2
Mais de ½ a 1 salário mínimo	16,3	19,4	13,5	17,2
de 1 a 2 salários mínimos	24,4	20,3	21,5	22,2
de 2 a 3salários mínimos	12,0	8,1	13,7	10,8
de 3 a 5 salários mínimos	13,1	7,3	13,9	9,2
Mais de 5 a 10 salário mínimos	10,0	5,0	10,9	6,3
Mais de 10 a 20salários mínimos	4,4	1,9	6,0	3,2
Mais de 20 salários mínimos	2,2	0,4	4,3	0,14
Sem rendimentos	10,2	15,4	8,9	12,5

Fonte: PNAD'S 1985 e 1989 (tabulação 3.5)

Seguindo nosso fio de análise, a década de 1990 apesar dos avanços destacados anteriormente ao longo dos dados coletados em todo este capítulo, não sofreram grandes alterações no que se refere aos baixos rendimentos e a desigualdade salarial entre os gêneros, podemos inferir, desta forma que apesar de mais instruídas e representarem uma boa parte da classe trabalhadora da época não houve grandes modificações salariais.

A tabela de número quinze apresenta os dados sobre rendimento médio mensal de acordo com o gênero, nos anos de 1990 e 1999.

Tabela 15 – Rendimento médio mensal de acordo com o gênero – 1990 a 1999

	1990	1999

CLASSES DE RENDIMENTO	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Até ½ salário mínimo	4,5%	11,6%	3,5%	6,3%
Mais de ½ a 1 salário mínimo	13,0%	17,8%	11,5%	16,4%
de 1 a 2 salários mínimos	19,7%	21,1%	20,4%	19,7%
de 2 a 3salários mínimos	11,8%	10,4%	15,7%	12,0%
de 3 a 5 salários mínimos	16,5%	11,7%	13,0%	7,8%
Mais de 5 a 10 salário mínimos	13,2%	8,4%	11,1%	7,0%
Mais de 10 a 20salários mínimos	6,4%	4,0%	5,2%	3,0%
Mais de 20 salários mínimos	4,1%	1,5%	3,0%	1,1%
Sem rendimentos	10,0%	13,3%	14,7%	25,3%

Fonte: PNAD'S 1990 e 1999 (tabulação 4.6)

A tabela acima apresenta os dados coletados dos anos de 1990 a 1999, evidenciamos novamente o percentual de mulheres que não recebe qualquer rendimento pelo seu trabalho, este chega a representar 25% das trabalhadoras em atividade no ano de 1999, o que demonstra a precariedade da mão de obra feminina aqui, de modo que esta chega a não ser remunerada. Assim como na década anterior pouco se modifica quanto a disparidade salarial, os menores rendimentos ainda apresentam um maior percentual de trabalhadoras mulheres, bem como, assim como em 1980 quando existe um aumento no rendimento mensal, a porcentagem feminina diminui o percentual de homens que recebem até 10 salários chega a representar 6% do número total, enquanto as mulheres apenas 3%, em 1999.

A tendência a serem mais mal remuneradas permanece, apesar do passar dos anos, os dados levantados neste trabalho revelam quase nenhuma mudança em relação a disparidade de remuneração do trabalho feminino. Portanto, destacamos como a relação entre opressão e exploração é perversa para as mulheres trabalhadoras, tendo sua força de trabalho relegada a precarização e a desigualdade salarial, em um movimento de melhor explorar e baratear o trabalho feminino, o que vem a evidenciar a marca do patriarcado e capitalismo no mercado de trabalho brasileiro.

Neste contexto, destacamos a importância da luta das mulheres trabalhadoras aliada a luta de classes, traçamos ao longo deste estudo como o barateamento do trabalho feminino, afeta a todo o conjunto da classe trabalhadora.

Desta forma, ao decorrer da coleta dos dados surgiu a seguinte inquietação: com o “boom” da feminização do trabalho as mulheres aderiram aos sindicatos como representação

de classe? Neste contexto, averiguamos os dados sobre a sindicalização feminina, assim, na próxima seção apresentaremos os dados coletados acerca da mulher trabalhadora dentro das organizações sindicais no Brasil, tendo em vista que os sindicatos representam a organização dos trabalhadores nos diversos setores.

2.5 A organização da mulher trabalhadora no Brasil: sindicalização feminina

No intuito de fechar esta seção sobre a mulher trabalhadora no Brasil, adentramos no que concerne a sindicalização, como as mulheres se organizam no intuito de defesa dos direitos trabalhistas, bem como, nas organizações de classe em território brasileiro. Assim como em alguns pontos anteriores, as PNAD's passaram a incluir a categoria de sindicalização em suas pesquisas somente a partir da década de 1990, o que impossibilitou a comparação entre as duas décadas, no entanto, abre possibilidades de investigarmos as organizações de classe e a aderência destas pelas mulheres neste período. Destacamos todas as intensas mudanças sociais ocorridas nas décadas anteriores, com o fim da ditadura militar, a adesão ao regime democrático, as recessões econômicas e a pauperização dos trabalhadores.

Na tabela a seguir, evidenciamos que apesar de ainda existir disparidade entre os gêneros no que diz respeito a sindicalização, nota-se a aderência feminina em setores as quais as mulheres estão em maior número. No entanto, é importante destacar que esta ainda não significou uma maior abrangência da situação da mulher trabalhadora no Brasil pelos sindicatos:

A incorporação das necessidades das mulheres trabalhadoras na consciência e na prática sindicais, por outro lado, ainda vem se dando de forma marginal, principalmente em sindicatos rurais, nos quais as condições de trabalho e remuneração são mais deficientes: apenas 11% daqueles sindicatos incorporaram reivindicações femininas nas pautas de negociação. (BRUSHINI, 1998, p. 71)

Neste contexto, apesar do “boom” da feminização do trabalho e de sua aderência a sindicalização, os sindicatos brasileiros permaneceram renegando as pautas acerca do trabalho feminino, o que nos permite inferir uma certa “negação” por parte dos sindicatos, à combatividade feminina frente as questões da classe trabalhadora.

A nossa última tabela de número dezesseis apresenta os dados sobre ocupados e ocupadas segundo sindicalização no ano de 1999.

Tabela 16 – Ocupados e ocupadas por associação a sindicatos e setor de atividade Brasil 1999

SETOR DE ATIVIDADE	HOMENS		MULHERES
Agrícola	25,8		21,6
Indústria	26,1		11,4
Comércio	8,4		9,0
Prestação de serviços	7,6		6,5
Serv. Aux. de ativ. Econômica	5,0		3,7
Transporte e comunicação	9,3		1,7
Social	7,0		34,1
Adm. Pública	7,0		6,9
Total (N)	7 568 517		4 271 938

Fonte: PNAD 1999 (tabulação 4.36)

Apesar disto, evidenciamos ao longo de todo este estudo a capacidade revolucionária feminina pela sua condição de explorada dominada, bem como, adentramos as grandes revoluções as quais as mulheres não deixaram de lutar pela causa operária participando intensamente ao longo da história.

Nesta última seção, destacamos a força combativa feminina e a necessidade de ampliar as reivindicações da classe trabalhadora, abarcando a questão da opressão e exploração feminina, levantado a bandeira de sua emancipação juntamente com a emancipação da classe trabalhadora.

Ao longo de todo este estudo percorremos sobre apenas um pedaço da história da mulher trabalhadora no Brasil, sem a menor pretensão de esgotar este tema, avançamos sob a compreensão do processo de exploração da mulher trabalhadora e sua combinação entre exploração e opressão, não fugindo a regra, as mulheres da classe trabalhadora brasileira enfrentam o peso do movimento de exploração e opressão do patriarcado e capitalismo num país de desenvolvimento desigual e combinado. Para além dessas pontuações, podemos inferir

como mesmo após as conquistas tímidas ao longo destes anos, atualmente pouco se modificou no que concerne o trabalho para as mulheres, destacamos que durante o período de crise econômica na década de 1980 o trabalho feminino cresceu sob o véu da precarização e intermitências, desta forma, as crises próprias do capitalismo e mais especificamente, suas crises em países periféricos como o Brasil tem como característica recair sob os ombros das mulheres, seja no campo, social ou econômico.

Neste capítulo, nos dedicamos sobre as protagonistas deste trabalho, a situação empírica que move este estudo: a situação das mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990, perpassando sobre o terreno histórico de profundas mudanças de cunho político, econômico e social, assim delineamos aqui através dos dados coletados sobre o trabalho feminino como a exploração e opressão agem sobre as mulheres trabalhadoras no Brasil. Apresentamos aqui como permeiam no trabalho feminino as disparidades salariais e a dupla exploração feminina – no que concerne a conciliação entre o trabalho no lar e o trabalho na esfera produtiva, traçamos aqui como estas afetam a mulher trabalhadora diferentemente do homem trabalhador.

A opressão e exploração as mulheres se torna ainda mais visível ao analisarmos os dados de rendimento médio mensal indicando a forma como o capitalismo se apropria do trabalho feminino num movimento particular de combinação entre exploração do trabalho e opressão ao gênero.

Neste espírito, no nosso próximo capítulo buscamos retomar as análises sobre patriarcado e capitalismo articulando ao nosso tema empírico.

3. A MULHER NO CAPITALISMO: A COMBINAÇÃO ENTRE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

*O proletariado não poderá emancipar-se completamente sem ter conquistado a liberdade completa para as mulheres.
Lênin (1920)*

Ao longo deste trabalho, discorreremos sobre a situação da mulher trabalhadora, entendendo o modo de funcionamento do sistema capitalista que se utiliza da opressão as mulheres: o patriarcado, como forma de exploração. Desta forma, abordamos a questão da mulher trabalhadora no Brasil, especificamente nas décadas de 1980 e 1990, as intensas mudanças de cunho social e político permearam as duas décadas seguintes ao processo de feminização da mão de obra no país.

É importante adentrar algumas questões sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, sem pretensão de abordar todo o processo histórico, assinalamos alguns pontos que permeiam o trabalho feminino. O processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é marcado pelas relações de servidão advinda dos processos de colonização e do histórico escravagista. É importante assinalar a anatomia da classe trabalhadora brasileira que mesmo com a abolição do trabalho negro escravo no Brasil, esta não serviu como forma de liberdade e igualdade reais, sendo utilizada como forma de ameaça ao conjunto da classe trabalhadora, como expressam Odete Assis e Daphnae Helena em seu texto “Formação e anatomia da classe trabalhadora feminina e negra no Brasil” presente no livro *Mulheres negras e Marxismo* (2021).

No processo de formação da classe trabalhadora brasileira, esses elementos são marcantes pelo fato de que, ao introduzir os negros como parte do mercado de trabalho livre e assalariado, juntamente com as mulheres e crianças e trabalhadores brancos com baixa qualificação, os capitalistas puderam se utilizar desse conjunto de fatores para diminuir os custos com a classe trabalhadora. (ASSIS E HELENA, 2021, p. 113)

Desta forma, a integração dos negros e das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, agora como assalariados e trabalhadores “livres”, ao mesmo tempo em que tinha o aspecto positivo e progressista, também foram utilizados pelo capitalismo – aqui em desenvolvimento – como forma de dividir e ameaçar a classe trabalhadora, já que se expandiu o contingente de trabalhadores disponíveis a sua exploração. Neste movimento, sob as mulheres negras brasileiras recaí o peso das piores condições de trabalho, com enorme desigualdade salarial e pela precarização, demarcando as formas de desenvolvimento desigual e combinado que

assume o capitalismo, esta formação compreende a combinação ao mesmo tempo as velhas formas laborais com o progresso do maquinário, social, etc.

Leon Trotsky ao escrever sobre a história da revolução na Rússia insere o conceito, ao qual ele coloca como lei do desenvolvimento desigual e combinado, o autor define: “significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 2017, p.34). Para o autor, os países de desenvolvimento historicamente atrasados têm em seu desenvolvimento a combinação de diversas fases dos processos históricos, essa aproximação é comum nos países periféricos do capitalismo.

O capitalismo, no entanto, marca um progresso sob tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. [...] o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico” (TROTSKY, 2017, p.33).

Usamos aqui o conceito de desenvolvimento desigual e combinado por se tratar das “modificações” e contradições econômicas e sociais de países do capitalismo periférico, sendo este o caso do Brasil, desta forma destacamos o uso do conceito como forma de entender os processos as quais estão inseridos a classe trabalhadora no Brasil, bem como, sua formação explicita as questões desenvolvidas ao longo deste trabalho. No caso brasileiro, a anatomia da classe trabalhadora aqui, bem como a precarização do trabalho, tem fortes características do desenvolvimento desigual e combinado.

Entendemos que a formação histórica influi diretamente no desenvolvimento das formas de trabalho, nesse sentido, a breve retomada destes conceitos tem como ponto de partida aqui destrinchar os conceitos apresentados ao longo deste estudo, bem como, as características encontradas no trabalho feminino a partir dos dados coletados.

Assim, a partir essas características históricas, o desenvolvimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado é marcado pela tríade raça, classe e gênero, que estão na base da formação da classe trabalhadora brasileira, nos dados coletados não foi possível explicitar a marca da questão racial, entendemos que as ferramentas utilizadas pelo IBGE não possibilitam demarcar a exploração das mulheres negras, no entanto, inferimos que a formação da classe trabalhadora e o trabalho feminino precarizado carregam a marca do histórico escravagista brasileiro.

Desta forma, nossa análise nos encaminhou a percorrer o processo de combinação entre exploração e opressão, assim retomamos os pilares teóricos adotados no campo feminista

marxista acerca da inserção da força de trabalho feminina, no sentido de verificar nossa hipótese, bem como, a relação patriarcado – capitalismo no Brasil.

Ao longo do capítulo anterior, através dos dados explicitamos como a mão de obra feminina foi utilizada, de forma que o patriarcado e a exploração são processos coexistentes, apesar de nas sociedades de classe a condição de gênero implique a opressão, no entanto, é o sistema capitalista que se aproveita e se baseia na divisão de explorados e exploradores, assim delinea a questão de gênero à da divisão em classes sociais.

As décadas analisadas nesta pesquisa evidenciaram as profundas mudanças sociais e políticas em toda classe trabalhadora, juntamente com a expansão da escolaridade da população em geral, mas especificamente a feminina, tiveram impacto direto na participação das mulheres no mercado de trabalho. A necessidade econômica gerada pelas recessões econômicas da época, juntamente com o aumento da inflação, impulsionou a massa de mulheres ao mercado de trabalho, é importante ressaltar também que o refinamento do conceito de trabalho na década de 1990 permitiu um crescimento exponencial nos dados coletados.

Destacamos o crescimento da participação das conjugues no trabalho produtivo tanto na década de 1980 quanto em 1990, além do crescimento e permanência das chefes de família. Durante a década de 1990, o perfil das mulheres no mercado de trabalho passa a ser – mulheres mais velhas, casadas e chefes de família. Durante o ano de 1989 as mulheres chefes de família representavam um percentual de 17,5%, enquanto as conjugues correspondiam a 44,4% das mulheres economicamente ativas, já em 1999 correspondiam as conjugues 48,3% e o número de mulheres chefes de família aumentou exponencialmente com o percentual 36,8%.

Inferimos que esses fatores se somam a permanência delas no mercado de trabalho com relação a filhos, bem como, a crescente necessidade de complementar o orçamento familiar devido às recessões econômicas que aconteciam na época. Essas transformações têm como cenário a reestruturação produtiva, cresce a globalização a nível mundial e o declínio das formas de emprego protegidas e a agudização do desemprego.

Brushini no seu texto “Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995” (1998) destaca que no Brasil essas transformações da economia cujos sintomas principais é a perda dos postos de trabalho na indústria, diminuição da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade, além do contexto de redemocratização do país, marcam a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. Constatou-se, no entanto, no que diz respeito à inserção da mulher pouco se modificou em relação à disparidade, como corroboram os dados.

Observa-se um padrão dentro do trabalho feminino, que se constitui, diferente do que ocorre com os homens de articular as atividades familiares, como destaca a autora Lilia Montali em seu texto “Família, trabalho e desigualdades no século XXI”:

Na tentativa de articular as atividades de cuidado na família, que lhes são atribuídas, inserem-se no mercado de trabalho predominantemente em condições desfavoráveis, ou seja, com vínculos precários, menores jornadas e em atividades intermitentes, obtendo rendimentos menores do que poderiam, afetando sua autonomização, bem como a possibilidade de superação da pobreza para determinados arranjos domiciliares. A ótica da análise da relação família-trabalho possibilitou identificar as distintas formas de vinculação ao mercado relacionados à posição das mulheres na família, como diferenciador das suas atribuições no trabalho reprodutivo e as limitações distintas que tais atribuições impingem na inserção destas no mercado, como é o caso das mulheres responsáveis pela família: cônjuges e chefes femininas e as filhas adultas. (MONTALI, 2014, p.129)

Deste modo, a partir do exposto, evidenciamos que combinação patriarcado e capitalismo se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças”, sendo necessária ao modo de funcionamento do capital a opressão patriarcal. Essas tarefas elencadas as mulheres dificultam sua permanência, bem como, determinam os empregos femininos, diferentemente do que acontece aos homens trabalhadores.

Esta característica da divisão sexual do trabalho também é demonstrada a partir dos setores mais propícios ao emprego feminino, tendo como marca forte a categoria de cuidado, a divisão sexual do trabalho atua dentro da distinção dos serviços de maior aderência feminina, como também reforça a dominação e exploração feminina, como afirma Vasconcelos:

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um instrumento que reforça tanto a dominação, quanto a exploração das mulheres. Dominação, pois, quando as mulheres se detêm apenas ao trabalho doméstico para sua família perdem autonomia econômica, tornam-se dependentes e subordinadas a quem garante sobrevivência familiar, em geral, os homens, marido, filhos, etc. Já a exploração é resultado da dupla ou tripla jornada de trabalho, uma vez que, quando as mulheres decidem conquistar autonomia financeira, trabalhando no espaço público, são submetidas a uma jornada de trabalho junto à família e outra para ganhar dinheiro. (VASCONCELOS, 2013, p.4)

Desta forma, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho significar a mudança em relação a sua retirada do lar, o caráter da subordinação do emprego feminino permaneceu, assumindo um novo papel na lógica de exploração e opressão. Como destacamos no capítulo anterior os setores de maior aderência no mercado de trabalho brasileiro permaneceram sendo aqueles ligados a prestação de serviços, as mulheres chegaram a 31% do

percentual de trabalhadores no ramo de prestação de serviços, enquanto os trabalhadores do gênero masculino representavam apenas 10% no mesmo setor durante a década de 1990, momento histórico em que a expansão da escolaridade para as mulheres já afetava significativamente o mercado de trabalho.

Assim, podemos inferir que mesmo com o aumento e expansão da escolaridade, o trabalho feminino ainda é marcado pelos afazeres da esfera do lar e do cuidado, entendidas como tarefas femininas, desta forma, apesar dos avanços o mercado de trabalho brasileiro, a articulação entre capitalismo e patriarcado delinea os postos de trabalho com maior aderência as mulheres.

(...)a escolaridade desempenha um papel fundamental, no sentido de impulsionar as mulheres para os bons empregos disponíveis no mercado de trabalho e, ainda, que a força de trabalho feminina é mais escolarizada do que a masculina. No entanto, isto não impede que as trabalhadoras continuem segregadas em ocupações tradicionais e obtenham ganhos inferiores aos dos trabalhadores. É provável que um dos motivos para a permanência desta discriminação de gênero seja a concentração das mulheres, desde o nível médio de ensino, em cursos que preparam para ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho. (BRUSHINI, 1998, p. 74)

A escolaridade, então, apesar de proporcionar o acesso ao emprego formal, não retira essas mulheres do local determinado pela divisão sexual do trabalho, essas ocupações menos valorizadas são incentivadas como tipo de ocupações femininas e socialmente determinadas pela sua “natureza”.

Deste modo, além de baratear a mão de obra feminina, o capital se apropria do lugar a qual relegou as mulheres, sendo o trabalho produtivo marcado pelo reprodutivo, como abordamos anteriormente.

O capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são como vimos, uma construção social sexuada – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (ANTUNES, 2009, p.105)

Como destacamos no segundo capítulo desta dissertação, na década de 1980 em relação ao trabalho masculino, chegando a 61% trabalhando com carteira assinada, enquanto as mulheres apenas 55% delas possuem vínculo empregatício formal. As formas de trabalho

formal durante a década de 1980 foram amplamente atacadas pelo processo de flexibilização, em 1990 há um crescimento no que diz respeito ao trabalho formal para as mulheres, como elencamos anteriormente, este aconteceu devido a expansão do acesso a escolaridade para elas, no entanto, em relação ao trabalho masculino é possível inferir como o processo de flexibilização do trabalho atingiu o mercado.

Neste período, o Brasil assumiu um processo de flexibilização e precarização do trabalho, assim, havia uma tendência de ataque ao conjunto da classe trabalhadora, a inserção do neoliberalismo no país que começou a avançar significativamente o processo de terceirização, sendo os serviços mais terceirizados os de limpeza, vigilância e um “boom” no telemarketing, como destaca Assunção (2011). Sendo os serviços de limpeza mais direcionados as mulheres, nesse sentido, há um reforço do ideal de trabalho feminino e uma precarização do mesmo.

Essa nova configuração do trabalho revela as formas como capital recorre à força de trabalho feminina se servindo de uma ideia de natureza feminina para garantir uma efetivação de sua acumulação extraindo mais mais-valia, principalmente em momentos de crise. Assim, a precarização do trabalho assume um caráter mais duro ao emprego feminino, porém age em todo o conjunto da classe trabalhadora como forma de barateamento da mão de obra – assim reduz os custos e aumento dos lucros das empresas. Portanto, em cada movimento para saída das crises o capital apresenta novas formas de organização do trabalho que se expressam nos ataques a classe trabalhadora em conjunto.

No caso do trabalho feminino as desigualdades são reforçadas como forma de divisão da classe trabalhadora, assim diferente do que acontece aos homens a combinação entre exploração e opressão precariza e coloca o trabalho feminino em posição de subalternidade, como demonstramos através dos dados de rendimento médio mensal no capítulo anterior, bem como, nos dados acerca do emprego formal.

A continuação do processo de feminização no mercado de trabalho brasileiro no período compreendido entre 1980 e 1990, é marcado pela continuidade das disparidades entre os gêneros ao invés de significativas mudanças, como mostram as análises acerca dos lugares de trabalho e dos ramos de maior aderência feminina na economia brasileira. As mulheres ativas estão mais concentradas nos setores relativos à prestação de serviços e ao social, apesar do crescimento expressivo delas no setor formal em 1999, em boa parte dos dados coletados é possível perceber que sua presença no mercado informal tem sido expressiva nas atividades domésticas não registradas, na atividade por conta própria e no trabalho familiar.

A posição desigual das trabalhadoras em relação aos trabalhadores homens se torna ainda mais visível nos indicadores por ramos de atividade e rendimento médio mensal – o mercado de trabalho brasileiro para as mulheres apresenta um leque mais estreito de opções, como levantado ao longo de todo este trabalho – bem como, a situação de rendimento.

Durante o período analisado a disparidade salarial se destacou, já que cerca de 15% das mulheres economicamente ativas não recebem rendimento algum pelo seu trabalho, além da disparidade em relação aos melhores salários, é possível observar que a partir do aumento do rendimento mensal o percentual de mulheres diminui significativamente, ficando abaixo do percentual de homens que recebem o mesmo salário. Neste sentido, a precarização do trabalho feminino fica evidente, para além das questões do emprego formal, o menor rendimento, o local de trabalho as quais elas estão destinadas como mostrado pelos dados demonstram as desigualdades mantidas de acordo com o gênero.

Assim, ao adentrarmos o trabalho das mulheres no Brasil desde o fenômeno da feminização do trabalho tomamos como aspectos importantes relativos à combinação de opressão e exploração diante dessas características de sua inserção na atividade laboral, tendo como ponto os setores que mais empregaram mulheres, bem como a condição familiar e doméstica das trabalhadoras, a regulamentação e proteção no emprego e participação sindical.

Esses indicadores demonstraram a disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho brasileiro, no que diz respeito à condição familiar e doméstica das trabalhadoras, os dados demonstraram a sobrecarga do trabalho doméstico e sua invisibilidade, dentro dos levantamentos o trabalho doméstico é considerado uma “inatividade”, como destacam as autoras Maria Cristina Brushini e Arlene Martinez Ricoldi em seu artigo “Família e trabalho: difícil conciliação para as mães trabalhadoras de baixa renda”:

Nos levantamentos censitários, a categoria "inativos" abriga indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são aposentados, pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e os/as que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos. Ou seja, apesar do considerável número de mulheres de todas as camadas sociais que o realizam, o trabalho doméstico não era, até recentemente, contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento. (BRUSHINI, RICOLDI, 2009, p.96)

Desta forma, no que se refere à condição familiar e doméstica para as trabalhadoras, esta questão assume um peso diferente, o cuidado com os filhos as coloca em posição de intermitência dentro do mercado de trabalho, assim como afeta a escolaridade e o tempo ao qual deveria ser de “descanso” dentro do ambiente do lar se torna mais uma jornada de trabalho,

este trabalho como discutimos ao longo deste estudo é invisibilizado e apropriado pelo capitalismo, como destaca Tina Rossi (2018), em seu texto “Para tirar el patriarcado”, a autora destaca que o capitalismo ao negar a família como unidade produtiva relega as mulheres o papel de reprodução da força de trabalho invisível, um tipo de escravidão não-assalariada pra reproduzir a escravidão salarial. A manutenção do trabalho doméstico feminino influi na continuidade delas no mercado de trabalho, assim, mesmo que se modifique com a maior porcentagem delas dentro do emprego formal e do mercado de trabalho, continuam as atividades laborais femininas dentro do espaço privado.

Assim, dos traços que operam as condições reais das mulheres trabalhadoras, destacamos que a opressão às mulheres se apresenta de formas diferentes, assinalando que a sociedade está dividida entre explorados e exploradores, é a classe que determina o modo como a opressão se configura para os diferentes grupos de mulheres. D’Atri (2008), afirma que apesar do discurso de uma conjeturada liberação feminina já alcançada, esta diz respeito exclusivamente a algumas mulheres e a determinados aspectos de suas vidas e direitos ocultando a questão da opressão de gênero e sua relação com a exploração de classes. Desta forma, estas diferenças são hierarquizadas e apropriadas pelo capital em sua dinâmica de produção e reprodução das desigualdades dentro do processo de acumulação.

Destacamos que, no que concerne à dominação pelo gênero como determinante, esta não contém a universalidade que abarca a exploração, este último tem como princípio basilar a as singularidades e particularidades históricas do sistema capitalista, nesse sentido, assumimos que o sistema capitalista atua de forma concomitante a forma social de hierarquização que é o patriarcado.

O patriarcado é utilizado como mecanismo na forma de acumulação e barateamento da força de trabalho feminina, transformando está em uma força de trabalho submissa, o que por sua vez, depende da correlação da capacidade de organização da classe e do momento de movimento do capital, no período analisado a crescente adesão do país ao neoliberalismo e a fragmentação da classe trabalhadora assumem um papel importante em “conter” essa massa de mulheres que adentra o mercado de trabalho em 1970 e a continuação do crescimento desse fenômeno durante as décadas seguintes – período analisado aqui.

Diferentemente das antigas formas de produção e dos períodos anteriores, a utilização do argumento da moralidade feminina defendida pelo patriarcado foi descartada para que se segue o ingresso massificado destas mulheres no espaço de trabalho produtivo, no entanto, não pela contraposição do capital ao ideal de moralidade patriarcal, mas pela sua necessidade de exploração. Desta forma, as bandeiras feministas antes radicalizadas, começam a ser

mercantilizadas e se esvazia o caráter combativo, assim, o capital assume uma forma positiva ao trabalho feminino em favor da acumulação.

Portanto, só é possível compreender as articulações imbricadas na relação entre capital e patriarcado, bem como, a singularidade de ser mulher e trabalhadora na sociedade capitalista a partir da análise determinante que unifica aqueles que só têm como forma de sobreviver a venda da sua força de trabalho, ou seja, dentro de seu reconhecimento como parte da classe de explorados.

As duas décadas aqui analisadas confluem juntamente com o crescimento das bases do Movimento Feminista em todo mundo, questionando vários pontos sobre a emancipação da mulher, entendendo que a categoria mulher não se trata de um grupo homogêneo, assim, crescia algumas formulações sobre a questão da mulher negra e os aspectos da produção capitalista que relegava a mulher ao lar.

Diferentemente do que explodia acerca da revolução sexual nos anos 1970, cresciam as reivindicações acerca do lugar da mulher negra dentro da teoria feminista, assim entendendo que o feminismo da época não abordava o racismo nas relações de opressão, é importante destacar que esse foi o pontapé inicial para as teorias feministas que começavam a abarcar a tríade raça, classe e gênero.

No entanto, as reflexões teóricas da época ascendiam em pleno funcionamento do neoliberalismo, bem como, a crescente institucionalização dos movimentos feministas, desta forma, os questionamentos combativos que assumiram a década de 1970 foram redirecionados ao alcance de políticas voltadas para identidade de ser mulher.

Neste espírito, na seção seguinte abordaremos as reflexões teóricas do feminismo surgidas e disseminadas durante o período abordado dentro deste estudo, nos debruçamos especificamente nas teorias feministas que tratam da tríade raça, classe e gênero, afim de inquirir de modo geral, sobre as imbricações entre teoria e prática como base estratégica no sentido de retomada a práxis, especificamente a práxis revolucionária.

3.1 A mulher trabalhadora e a luta por emancipação: apontamentos teóricos e políticos sobre a questão da mulher e articulação entre gênero, classe e raça.

Traçamos ao longo deste trabalho algumas reflexões referentes ao trabalho e a mulher trabalhadora, consideramos importante assinalar a relação entre o movimento feminista e a teoria marxista como caminho para a emancipação da mulher, nesta parte incluiremos alguns teóricos contemporâneos dos “feminismos” em debate sobre estratégia no movimento, a priori,

trataremos do Feminismo Interseccional e do Feminismo Socialista, por se tratarem de correntes que abordam a tríade raça, classe e gênero principalmente.

Assim, com a popularização do movimento feminista a partir dos anos 90 e uma onda de institucionalização na América Latina como já destacamos anteriormente, Finlayson (2019) aponta que nos últimos anos, o movimento feminista tem focado na inserção de mulheres em campos majoritariamente masculinos, essa tem sido a “tarefa incompleta” que ganhou certo grau de aceitação convencional dentro do movimento e socialmente, desta forma o feminismo se tornou uma pauta popular sem atingir, essencialmente todas as camadas “populares”. Assim, tem se tornado uma norma para partidos políticos, corporações e departamentos acadêmicos se comprometerem a melhorar a proporção de mulheres em posições de "liderança". A autora ainda destaca que, no período recente, em que a representação das mulheres aumentou em muitas áreas - incluindo no Parlamento - também foi dominado pelas políticas de austeridade e neoliberalismo.

A derrubada de algumas das barreiras legais a participação se mostrou insuficiente para conquista dos espaços de poder e decisão política por estes sujeitos, demonstrando, por exemplo, a convivência entre o direito de voto feminino e uma representação política formada majoritariamente por homens, bem como, uma agenda política que independente da mudança de seus representantes tem negligenciado as mulheres ou defendido políticas patriarcais no marco de um sistema que estruturalmente tem essa característica.

Neste sentido, o movimento feminista vem enfrentando impasses políticos e organizacionais no que se refere a forma estratégica de intervenção na conjuntura enquanto sujeito político coletivo de representação das mulheres, voltando a velhas contradições sobre o caráter do Estado classista e como intervir de forma efetiva para superação destes.

Concebemos como importante a volta da articulação entre gênero e classe social, no sentido de que, a demanda do movimento feminista deve estar articulada ao ímpeto de interpretar e modificar as relações sociais de dominação. Esta reflexão também é feita pela linhagem do pensamento marxista como corrente teórica e prática.

Além disso, historicamente feminismo e marxismo nasceram no modo de produção capitalista, ainda que a opressão das mulheres e das classes seja anterior à exploração do trabalho assalariado. O desenvolvimento do proletariado e a destruição da economia familiar pré-capitalista se encontram na origem de ambas correntes de pensamento. (D'ATRI, 2004 p. 146)

Explicitamos que as explicações das desigualdades entre homens e mulheres com base somente na perspectiva da cultura ou de uma socialização diferenciada não são suficientes para

explicar toda a dimensão das relações sociais e de poder entre os gêneros. Assim, os feminismos que discutem a emancipação das mulheres tendo como centro de sua teoria a libertação das formas de opressão e conseqüentemente do patriarcado, não podem subjugar o movimento do capitalismo.

Desta forma, destacamos o papel teórico da categoria Interseccional que tem trazido a cena importantes debates sobre classe, raça, sexualidade e os limites de um feminismo único e a categoria de “mulher” como universal e homogênea. Para além disso, a corrente interseccional ganha espaço e debate durante o período elencado nesta pesquisa – os anos 1970, citados aqui pelo “boom” do processo de feminização, 1980 e 1990 – desta forma, entender o momento histórico ao qual as mulheres perpassavam e as teorias que surgem a partir daí nos permite compreender o momento histórico.

A expressão “interseccional” tem sido atribuída principalmente a intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, a partir de seu artigo publicado em 1989, cunhada especialmente para discorrer sobre a incapacidade do sistema legal americano – a boa justiça burguesa – de abarcar a discriminação sofrida por mulheres negras, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban na África do Sul.

Crenshaw, em seu artigo “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero” coloca que “a interseccionalidade sugere que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim com grupos sobrepostos” (2004, p.10). A autora faz uma crítica em especial os limites das práticas tradicionais dos Direitos Humanos quanto às opressões sofridas principalmente pelas mulheres negras.

No entanto, destacamos um antecedente importante nas elaborações das feministas negras nos anos 1970, que levantaram uma crítica “interseccional” principalmente as feministas brancas, sendo em 1977 publicado um manifesto do Combahee River Collective, como destaca Josefina L. Martinez em seu artigo “Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe”:

Em meados da década de 1970, várias mulheres negras decidiram resgatar a tradição e formar grupos militantes, após terem tido uma péssima experiência no movimento feminista branco e em organizações pela libertação do povo negro. Com a publicação do Manifesto do Coletivo Rio Combahee, as feministas negras questionaram simultaneamente o feminismo branco, o movimento negro e o feminismo negro burguês da National Black Feminist Organization (Organização Nacional Feminista Negra, NBFO na sigla em inglês). (MARTINEZ, 2021, p. 258 – 259)

Assim, esse primeiro “pontapé” nas críticas a ideia de um feminismo hegemônico que não envolviam a tríade raça, classe e gênero no debate, especificamente ao debate do feminismo radical que colocava na época a oposição entre os sexos, ao qual o gênero seria uma forma de classe e considerava o patriarcado como um sistema de dominação que sobrepuja os outros.

A polêmica questionava principalmente as teorias abertamente separatistas fortalecidas no fim dos anos 1970, defendidas e orientadas pelo interesse das mulheres de classe média branca. No entanto, o manifesto do movimento Coletivo Rio Combahee não se colocava como marxista:

Em relação ao marxismo alegaram concordar basicamente com a teoria de Marx sobre as “relações econômicas específicas”, mas consideraram que a análise deveria “ser mais ampliada para que possamos entender nossa situação econômica específica como negras”. Nota-se que, embora definissem a necessidade de uma revolução socialista, as tarefas práticas que propunham como grupo limitavam-se principalmente às oficinas de autoconsciência e à luta por direitos específicos das mulheres negras nos bairros. (MARTINEZ, 2021, p. 260)

Ambas as correntes – o feminismo socialista e a corrente interseccional – transcendem a esfera acadêmica, o que lhes outorga um lugar significativo no debate político e acadêmico, já que se moldam na luta sobre alternativas de reconhecimento as mulheres negras e principalmente da heterogeneidade da categoria mulher, surgindo como resposta ao pensamento único e sua materialização.

No entanto, nos debates trazidos pelo feminismo interseccional, mesmo os com característica mais radical, não abarcam a classe social como uma determinante das formas de exploração, nesse sentido, o conceito de classe aparece como mais uma forma de opressão dentro do sistema capitalista.

Assim, ser “mulher” no Brasil dentro de um determinado período histórico e especialmente dentro do capitalismo tem suas especificidades, assim como é ainda mais específico ser mulher negra num país de passado escravocrata como o Brasil. No entanto, ser “mulher” também significa produzir e reproduzir um conjunto de relações sociais por meio de nosso trabalho, ou atividade de vida em um sistema que se apropria dessas individualidades, para explorar, oprimir e dividir.

O debate proposto aqui consiste em delinear a base teórica e prática da interseccionalidade e suas contribuições dentro da trajetória de luta das mulheres, tendo em vista que o debate interseccional ganha aderência e notoriedade acadêmica mundialmente

durante as décadas abordadas dentro deste estudo, bem como, se dispõe a pensar a questão da tríade raça, classe e gênero.

A autora Odete Assis em seu texto “Introdução: alguns debates sobre interseccionalidade e marxismo” destaca que no Brasil, atualmente, as principais produções acadêmicas sobre a interseccionalidade estão divididas em duas vertentes, sendo a primeira representada pela autora Carla Akotirene e a segunda seria representada por autoras como Lélia Gonzalez, sendo esta segunda mais ligada a perspectiva crítica.

Segundo Carla Akotirene (2018) em seu livro “O que é interseccionalidade”, o termo trazido principalmente pelo Feminismo Negro, busca dar visibilidade as opressões vivenciadas pelas mulheres negras em um contexto em que o feminismo branco era incapaz de adentrar e que a luta antirracista não abarcava por dar visibilidade somente as questões enfrentadas pelos homens negros. Ainda segundo a autora, interseccionalidade aponta posições teóricas e metodológicas que abrangem essas questões fora de um padrão eurocêntrico, assim como também destaca como essas opressões são na verdade, um sistema interligado. Em metáfora a interseccionalidade coloca essas opressões como avenidas identitárias entre racismo, cisheteropatriarcado⁸ e capitalismo que se interseccionam em um ponto.

Deste modo, destacamos que a forma abordada na primeira vertente de certa forma “dilui” a definição de classe dentro da sua metáfora de “avenidas identitárias” que se interseccionam, não apontando a classe em seu sentido histórico e de análise para a compreensão estrutural. O conceito de classe social surge como uma variável como tantas outras para definir a identidade dos grupos e sujeitos, bem como, a relação patriarcado e capitalismo vem historicamente produzindo e reproduzindo estas diferenças, sendo então sua base e não um ponto de intersecção. A forma como o patriarcado se dá no capitalismo e em suas relações sociais são materiais, fazem parte do real.

Barbara Foley (2019), intelectual e professora na Universidade Rutgers, em seu texto “Interseccionalidad: uma crítica marxista” destaca que as limitações da interseccionalidade necessitam de formulação de mais forte e materialista do conceito de classe social: uma análise de classe como um modo de compreensão estrutural. A autora continua ao afirmar que dar prioridade a análise de classe coloca em pauta que a forma como a atividade humana produtiva é organizada, ou seja, dentro de uma sociedade de classes.

⁸Segundo Akotirene (2018), o conceito de cisheteropatriarcado diz respeito ao patriarcado como sistema político modelador da cultura e da dominação masculina, neste sistema, baseado em identidades binárias determinadas pela noção do homem e mulher biológico (cis-gênero), não abarcaria a despeito do gênero social, as pessoas não-cis. A autora então define “A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anotomicas instituídas”.

É importante destacar que o momento do surgimento dos estudos da interseccionalidade na academia coincide com o avanço do neoliberalismo na América Latina, bem como, um intenso processo de institucionalização dos movimentos feministas. Esse avanço neoliberal significou – como resgatamos aqui ao longo deste estudo – a uma fragmentação da classe trabalhadora que agora enfrenta um período de modificações sociais, políticas e dentro do trabalho a intensa precarização.

Nesse novo contexto, passamos da radicalidade das feministas negras e socialistas do Rio Combahee à uma formulação da teoria interseccional sob a fragmentação dos sujeitos, a partir de um prisma pós-moderno. Essa formulação, segundo Josefina Martínez fundadora de Pan y Rosas no Estado Espanhol, em seu texto “Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe” desloca o coletivo para o individual, do material para o subjetivo, em um processo de “culturalização” das relações de dominação, instala-se a ideia de que a luta dos grupos oprimidos está situada basicamente a uma autoconsciência da própria identidade. (MARTINEZ, 2021).

Nesse sentido, a identidade significa um “saber” situado dentro da vivência e do discurso, no marco do crescimento das ideias pós-modernas, onde a identidade se apresenta como modo de resistência e se restringe a uma forma de narrativa contrária ao “*status quo*”. Entretanto, essa perspectiva deixaria de lado a exploração pela classe, já que no que se refere a realidade material, não seria possível que a burguesia adotasse uma narrativa de autorreflexão sobre a exploração.

O movimento que se aplicou na verdade, se deu de forma contrária, tendo em vista que o capitalismo tem se apropriado da contra narrativa como forma de lucro, como destaca Martinez “o sistema capitalista se apropriou da eclosão da diversidade como mercado de identidades, podendo assimilá-las desde que não apontassem para desafiar o sistema social como um todo” (MARTINEZ, 2021, p. 264) Desta forma, utilizar-se da contra narrativa sobre o sujeito não se efetivou na prática contra a exploração de classe.

Para o debate marxista, a teoria define e orienta a prática, neste sentido, o Feminismo Socialista fomenta questões teóricas e de diferença estratégica, onde essas opressões se relacionam, no entanto tem uma raiz histórica profunda na relação patriarcado e capitalismo. Cabe ressaltar também que, a dominação patriarcal, o racismo estrutural e sua reprodução hegemônica dentro da cultura atendem ao capital – e neste sentido, são ideias da classe dominante – recordemos Marx e Engels (2007, p. 47)

Do ponto de vista do feminismo socialista e revolucionário, a classe e a exploração são determinantes para opressão, assim, a exploração é a relação de apropriação do trabalho

excedente da classe trabalhadora pela burguesia, a opressão se torna uma ferramenta de uso das diferenças para colocar em desvantagem alguns grupos sociais.

A classe como já afirmamos anteriormente, média e determina as opressões vivenciadas por esses sujeitos dentro da sociedade capitalista. Mirla Cisne (2018) em seu texto “Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais” destaca que é necessário analisar o gênero no bojo das contradições entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes que determina essas contradições.

Sendo o foco das desigualdades sociais e o conflito entre as classes sociais imprescindível para relacionar a luta das mulheres na e com a luta da classe trabalhadora, D’Atri destaca que:

Para o pensamento marxista, pertencer a uma classe não pode simplesmente se agregar a outras múltiplas e diversas identidades, pois é o eixo em torno do qual as outras identidades se articulam e adquirem sua definição concreta. As identidades que o sistema entende como subordinadas [mulher, negro, homossexual, etc.] só adquirem significação social concreta quando relacionam seu vínculo com uma classe social, sendo a classe o eixo que determina a vivência particular de cada sujeito de sua própria subordinação identitária. (2008, p.133)

Neste sentido, a teoria marxista possibilita ao movimento feminista – em sua corrente teórica e prática – desnaturalizar as opressões vivenciadas pelas mulheres e pensar a emancipação da mulher. Essa emancipação, não possui apenas a dimensão econômica, mas também a transformação cultural e das relações sociais.

Desta forma, entendemos que compreender a tríade raça, classe e gênero não implica em hierarquizar um tipo de opressão “mais importante” no que diz respeito a experiência individual dos sujeitos, mas buscar apreender a conexão entre exploração e opressão na sociedade capitalista, como destaca Martinez o capitalismo se utiliza dessas diferenças:

Historicamente a burguesia tentou camuflar o máximo possível a “diferença social” de classe por trás de uma ideologia “igualitária” de “contrato livre”. Mas usa o racismo e o machismo para pregar “diferenças”, que são atribuídas a condições biológicas ou “naturais” para justificar a desigualdade na distribuição dos recursos, no acesso aos direitos, para defender a persistência de uma certa divisão do trabalho, ou simplesmente, a escravidão de milhões de pessoas – desumanizando-as. (MARTINEZ, 2021, p. 265)

Assim, partimos do pressuposto que o “feminismo” para além de um movimento que ressalta a importância de entender as subjetividades vivenciadas pelas mulheres, deve questionar o limite da emancipação feminina no capitalismo como um limite estrutural, tendo como princípio que a emancipação da mulher se dá com a construção de uma nova sociedade que rompa com o capitalismo.

Neste sentido, consideramos central a articulação política entre oprimidos e explorados na luta anticapitalista como forma de unificar as frações dentro da classe proletária. Compreendemos, no entanto, que somente a revolução operária não resolve automaticamente o problema da opressão feminina e do racismo, no entanto abre um horizonte material sobre a resolução desses conflitos, assim, ressaltamos a importância de recuperar a radicalidade do movimento feminista por uma verdadeira igualdade social na luta coletiva pela transformação da sociedade.

A análise das classes visa desvelar as relações que estruturam a sociedade capitalista, a partir da extração generalizada da mais-valia para a acumulação do capital, mas também coloca em destaque a apropriação do trabalho feminino dentro do lar, bem como a concentração do capital em grandes monopólios, a expansão do capital financeiro e a competição entre os Estados imperialistas, levando as guerras globais e pilhagem (MARTINEZ, 2021). Nesse sentido, partimos da totalidade da classe a especificidade da exploração das mulheres e negros.

Entendemos que, o processo de inserção das mulheres como força de trabalho não se dá pelo interesse do capital na emancipação feminina, mas pela lógica do sistema de acumulação de valor. Deste modo, podemos afirmar que a combinação entre opressão e exploração precariza o trabalho das mulheres e mantém a articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções de reprodução, já que as relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam a mesma combinação exploração e opressão para as mulheres. Concordamos com D’Atri, quando a autora assinala a retomada das bandeiras de emancipação feminina não deve se colocar dentro do prisma pós-moderno:

O feminismo, se pretende retomar as bandeiras da emancipação das mulheres de toda a opressão, não deveria aceitar os fins impostos pela armadilha pós-moderna. O recurso à ameaça totalitária baseada nos universalismos com o qual os defensores da democracia plural fazem frente às posições da esquerda, não tem destino; pelo contrário, obriga a revisar a história do totalitarismo que sempre, indefectivelmente, se sustenta na suspensão da legalidade a partir de uma postura de identidade particular, ou seja, na eliminação de toda pretendida universalidade. (D’ATRI, 2008, p.149)

Destacar a articulação entre opressão e exploração ressalta a importância de que a crítica ao sistema capitalista não pode se limitar somente a análise da exploração existente dentro do espaço produtivo é preciso ampliá-la, tendo em vista que, a emancipação feminina faz parte da emancipação da classe trabalhadora, ou seja, do que Marx coloca como emancipação humana, esta seria possível a partir da superação da propriedade privada burguesa e da prevalência da reprodução de práticas que remetem a subalternidade, condições que o sistema capitalista não aporta, pois depende destas para sua sobrevivência.

A crítica a sociedade capitalista deve abranger os múltiplos aspectos negativos dessa lógica de exploração e dominação, dentre eles, a compreensão da relação entre exploração e opressão presente nas relações de gênero como forma de união estratégica da luta da classe trabalhadora.

De forma degradada, as demandas dos movimentos feministas e de movimentos sociais foram sendo incorporadas a partir do final dos anos 1990 na agenda pública e nas políticas de estado. Assim, o Estado cumpre seu papel dentro do sistema capitalista, tornando-o aparentemente mais inclusivo, apaziguando o movimento de demandas da luta de classes. Destaca-se também como o avanço do neoliberalismo fragmentou as correntes feministas que se desenvolviam na América Latina:

O neoliberalismo, por meio de mecanismos como estes despolitizou os movimentos sociais, inclusive o feminismo. Como apontam muitas feministas autônomas, as ONGs acabaram sendo confundidas com o próprio movimento, seus projetos financiados seus trabalhos pagos se confundiram com “ações”, como se fossem as próprias ações que os movimentos realizam como reivindicações, exigências e denúncias na luta por uma transformação radical. Em síntese, as políticas neoliberais que começaram na década de 1980 e atingiram seu ponto culminante durante a década de 1990 fizeram com que o movimento feminista se fragmentasse e se privatizasse. (D’ATRI, 2008, p.140)

Toda radicalidade que expressava a segunda onda do feminismo foi demandada ao Estado, assim, o caráter subversivo e os questionamentos principalmente do feminismo ao caráter patriarcal do Estado, foi subvertido e transformado na participação do mesmo, como base estratégica de emancipação das mulheres, colocando esta participação como seu objetivo principal, passando a legitimar as democracias capitalistas, esse movimento mundial também se demonstrou aqui, no entanto, com um movimento feminista ainda em seus primórdios.

No Brasil – o período político e social já apresentado aqui – é de redemocratização a partir dos anos 1980, dois acontecimentos políticos influenciam o desenvolvimento do feminismo brasileiro politicamente: a anistia e a reforma partidária. A volta dos presos políticos

ao país e o fim do bipartidarismo abre um novo leque de possibilidades em relação às manifestações políticas, fazendo que o movimento feminista aqui tomasse novos rumos.

Segundo a autora Célia Regina Jardim Pinto em seu livro “Breve história do feminismo no Brasil” (2003) o movimento feminista que se desenvolvia aqui se dissolveu – antes unificado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – agora parte das militantes feministas dividiu-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e o Partido dos Trabalhadores – PT.

Essa “divisão” e o processo de redemocratização no país acirrou as discussões políticas dentro do movimento de feminista, levando a uma nova divisão: de um lado aquelas que acreditavam em uma institucionalização do movimento e defendiam uma aproximação estatal – como vinha acontecendo em toda América Latina – e do outro aquelas que defendiam que a aproximação com Estado significava uma cooptação do movimento feminista e das pautas desenvolvidas.

Surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, entre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde. Também nos anos 1980 houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do que poderia se chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisas em Estudos da Mulher. (PINTO, 2003, p.68)

A década de 1980 foi marcada também pelos Congressos da Mulher Paulista, aos quais envolviam sindicatos, entidades estudantis e os grupos de mulheres feministas organizados, o que significou uma importante ampliação do movimento no Brasil. No entanto, apesar da diversidade na participação do II Congresso da Mulher Paulista, havia uma disputa entre os partidos que se desenvolviam pela hegemonia dentro do movimento.

Maria Amélia Teles em seu livro “Breve história do Feminismo no Brasil” (2017) destaca que as forças dos partidos políticos legais como PT e PMDB, bem como, aqueles que se desenvolviam ainda clandestinos: PCdo B (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Com as divisões dentro do próprio movimento – entre aquelas que questionavam a possibilidade de autonomia e aquelas que acreditavam na via institucional, em Junho de 1980 acontece o Encontro de Valinhos, contando com cerca de 150 mulheres, no entanto as reivindicações levantadas apontavam para a luta contra a violência doméstica e contra o controle de natalidade, elas afirmavam que a mulher tinha o direito de decidir sobre o número de filhos.

Essas reivindicações impactam consideravelmente na queda da natalidade durante a década de 1980 e 1990, como afirma Brushini (1998), os indicadores demográficos durante a pesquisa realizada por ela de 1985 a 1995 apresentaram uma queda da fecundidade das brasileiras, tendo uma taxa de declínio de 4,4 para 2,5.

Durante nossa coleta de dados também inferimos o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres. Neste sentido, o crescimento do movimento feminista que se desenvolvia aqui mostrava um impacto na vida material das mulheres, bem como, a luta por expansão ao acesso à educação, além da própria necessidade econômica da época as colocava na esfera produtiva.

No entanto, as mulheres que formavam o movimento feminista na época permaneciam divididas formando assim organizações feministas com o objetivo de prestação de serviços alternativos em determinadas especialidades. Assim como, as entidades feministas filiadas aos partidos políticos, especificamente os de esquerda levantavam a polêmica sobre a autonomia das mulheres dentro do programa partidário, como destaca a autora Teles, no já mencionado livro:

Refiro-me particularmente às que eram como eu, militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Os dirigentes do partido não admitiam que suas militantes discutissem questões como sexualidade, aborto e o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. Eram também contrários aos encaminhamentos de lutas contra a violência doméstica e sexual. Diziam-se temerosos que tais questões pudessem provocar “divisões no seio da classe operária”. (TELES, 2017, p.123)

Neste contexto, ocorre a cisão, mulheres ligadas ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) que atuava dentro do PMDB no III Congresso da Mulher Paulista, pretendiam retomar e formar a Federação das Mulheres no Brasil e chegaram a ser apoiadas por dirigentes do PCdoB. A busca pela formação da Federação das Mulheres no Brasil tinha como ponto de partida associar o movimento feminista ao Estado, num movimento de cooptação que foi aderido pelos partidos de esquerda brasileiros que aqui se formavam já que os partidos de Direita no país permaneciam com sua agenda conservadora e em negação a participação das mulheres na política. Nesse sentido, na tentativa de hegemonizar as mulheres focaram principalmente nos Conselhos de Mulheres e Secretarias Femininas.

Essa cooptação, neste caso de variantes estalinistas ou que vinham do guerrilherismo, não se diverge do crescimento das tendências acadêmicas que buscavam discutir a identidade feminina e se desviavam das discussões de classe e de um conjunto programático de

emancipação feminina, impulsionando as organizações de mulheres a prestação de serviços e a esfera institucional.

Assim, a relação do feminismo com o campo político no Brasil nesse período passa a se consolidar principalmente em três perspectivas: a conquista nos espaços institucionais por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, a presença de mulheres nos cargos eletivos e as formas e alternativas de participação política (PINTO, 2003).

Nesse contexto, a partir dos anos 1980 e 1990 os debates do feminismo brasileiro seguiam a linha institucional, é importante destacar que esse é um passado recente da história e ainda é possível encontrá-lo forte entre os movimentos feministas que se desenvolveram aqui.

A institucionalização acabou acontecendo. Sua forma mais viável foi a dos conselhos da condição da mulher, mas não foi a única e possivelmente também não foi a mais bem sucedida. A história da institucionalização do movimento feminista junto ao Estado por meio da organização de conselhos estaduais e do Conselho Nacional passa pela vitória do PMDB em alguns estados brasileiros em 1982, mais especificamente pela eleição de Franco Montoro no estado de São Paulo, onde o movimento feminista era bastante organizado e tinha algumas figuras de projeção nacional nas áreas da cultura, da política e da academia. (PINTO, 2003, p.70)

Não questionamos o significativo avanço que representa a inclusão das mulheres nos espaços públicos e de representação política, no entanto, a cooptação do movimento feminista aqui levou a dissolução das demandas das mulheres a via institucional, bem como, não se era discutido a situação da mulher trabalhadora e sua entrada no mercado de trabalho cada vez mais precarizado, mesmo os partidos políticos de esquerda que se desenvolviam na época com a massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho se recusavam a discutir as questões femininas primordiais desconsiderando o avanço delas na esfera produtiva e no contexto político e social.

Destacamos a intensa participação das mulheres no momento de redemocratização do país nas reivindicações pelas Diretas Já, nos anos de 1983 e 1984, no entanto, somente em 1986 foram eleitos os Deputados para o Congresso Constituinte, mesmo assim dos 559 deputados eleitos apenas 26 eram mulheres, o que exemplifica de certa forma que mesmo com a institucionalização essa não foi suficiente para alcançar uma maior representação feminina, o perfil de participação feminina no Congresso Constituinte exemplifica a ausência das feministas

no espaço legislativo, situação que pode se observar até os presentes dias, como destacado por mim em meu trabalho de conclusão de curso durante a graduação em Ciências Sociais⁹.

Em síntese, o movimento feminista se encontrou também institucionalizado e fragmentado, a aposta na sua tendência dominante numa estratégia liberal de adentrar a democracia com mais espaços de poder liderado por mulheres não corresponde a situação de milhares de exploradas ao redor do mundo, já que isto não muda a estrutura basilar entre opressão e exploração. Sustentamos que a lógica do capital absorve as diferenças de raça, gênero e sexualidade as mercantilizando, desta forma ainda que as mulheres alcancem metade do parlamento burguês, as mulheres da classe trabalhadora permaneceram sendo exploradas.

A história do movimento feminista e de mulheres vem demonstrando força de forma ampla e diversa, como destacado no primeiro capítulo deste trabalho, denunciando e resistindo a opressão e a exploração. Essa resistência foi, em alguns momentos históricos, essencial a luta de classes para delinear uma saída e o avanço conjunto na emancipação da classe trabalhadora.

Assim, destacamos a importância da interlocução entre movimento feminista e a teoria marxista revolucionária, como frente para a construção de uma sociedade com verdadeira igualdade social e o rompimento da propriedade privada, comum nas duas correntes, canalizando a luta coletiva pela transformação da sociedade. Compreendemos que este estudo não poderia apenas discutir a situação das mulheres da classe trabalhadora no Brasil em determinada época sem discutir acerca das teorias e momentos políticos enfrentados pelas mulheres da classe trabalhadora com o processo de feminização do trabalho, neste sentido as teorias acadêmicas demonstram o delicado momento de fragmentação da classe trabalhadora.

Dentro das teorias que tratam a relação entre patriarcado e capitalismo, se apresentam três teses, segundo a autora Cinzia Arruzza (2015) em seu texto “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo”, a primeira tese estaria ligada a Teoria dos sistemas duplos ou triplos, ao qual destaca que gênero e relações sexuais constituem um sistema autônomo que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto ao mesmo tempo, é modificada pelo capitalismo em um processo de interação recíproca entre os dois, esta tese atualmente inclui as relações raciais considerando-as como um sistema de relações sociais autônomas interconectadas as relações de gênero e classe. Neste sentido, essas

⁹ Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Ciências Sociais com o tema: “Elas por elas”: a representação feminina no legislativo dos Municípios de Sumé e Monteiro - PB. O trabalho apesar de se tratar de dois municípios específicos abarca também a questão de representação feminina no país, demonstrando a pouca participação das mulheres no legislativo a nível Nacional, Estadual e Municipal, o que me levou a questionar se as medidas de acesso institucional eram suficientes no que concerne a questão da mulher e principalmente a mulher trabalhadora.

reflexões são associadas a noção de que relações de gênero e raça são sistemas de opressão tanto quanto são relações de exploração, sendo a classe um determinante apenas econômico.

A segunda tese estaria ligada a ideia de um “capitalismo indiferente”, onde a opressão de gênero e desigualdade é remanescente de formações sociais e modos de produção prévios, quando o patriarcado organizava de forma direta a divisão sexual do trabalho. Nesta tese, o capitalismo é indiferente às relações de gênero e seria possível superá-las de forma que o patriarcado fosse dissolvido a partir de uma reestruturação familiar, em suma, o capitalismo tem uma relação oportunista com a desigualdade de gênero, se beneficiando dessas relações de gênero existentes.

A terceira tese é chamada de “tese unitária”, de acordo com essa teoria nos países capitalistas não existe mais um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo, assim, as relações patriarcais continuam a existir, no entanto, não fazem parte de um sistema separado. Neste sentido, dizer que o patriarcado não é um sistema autônomo dentro do capitalismo, não é afirmar que a opressão de gênero não exista e permeie as relações sociais e interpessoais. Essa tese não reduz cada aspecto da opressão no sentido de simplificá-la a uma consequência do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação voltada apenas em termos econômicos, ou subestima a centralidade da opressão de gênero, os proponentes desta teoria discordam que o patriarcado aja como um sistema de regras e mecanismos que se reproduzem autonomamente, bem como, consideram o capitalismo como uma complexa e articulada ordem social que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação.

Tomando como base essas três teses, abordamos aqui de acordo com a tese unitária, entendemos que o capitalismo é um sistema baseado nas relações de exploração, como vimos ao longo desse trabalho o patriarcado não seria mais um sistema de regras sociais e morais que regem e se reproduzem automaticamente, como investigamos aqui o patriarcado age juntamente com o capitalismo na sua lógica de exploração e opressão, entendemos que a dinâmica de acumulação de capital continua a reproduzir, produzir e transformar essas relações hierárquicas e opressivas entre os sexos.

Nesse sentido, ao buscar compreender a realidade das mulheres na sociedade de classe, com objetivo de transformá-la e avançar no conteúdo programático visando a emancipação feminina o feminismo marxista busca pensar as questões de classe, raça e gênero para pensar a emancipação humana, através de autoras como as citadas nesse trabalho de dissertação (D’ATRI, 2008); (DAVIS, 2016) (ARUZZA, 2021) (SAFFIOTI, 1969). O marxismo para estas feministas acompanha o método da práxis onde a teoria orienta a prática para uma revolução

social que permita a emancipação dos trabalhadores de sua exploração, bem como, dos modos de opressão.

Desta forma, entendemos que as décadas posteriores ao fenômeno da feminização do trabalho estiveram interligadas ao momento de flexibilização do trabalho, a reestruturação produtiva e ao ataque do conjunto da classe trabalhadora, se dando devido ao interesse do capital em explorar o trabalho feminino de forma subalterna, bem como, nos momentos de intensa recessão econômica com a necessidade de complementar renda, elas são impulsionadas ao mercado de trabalho. Nesse momento, crescem as teorias associadas ao sujeito e as identidades, coincidindo com o momento de maior institucionalização dos movimentos feministas.

Nesse sentido, assinalamos que estratégia e teoria são partes indissociáveis aqueles que lutam pela estruturação de um novo mundo, entendemos que os momentos de crise cíclica do capital e sua lógica de exploração atingem todo o conjunto da classe trabalhadora, mas especificamente, o trabalho precarizado atinge de forma mais abrangente as mulheres, bem como o exposto ao longo de todo este trabalho de dissertação, os dados aqui apresentados comprovaram a manutenção de padrões desiguais para as mulheres trabalhadoras, neste sentido, a teoria marxista revolucionária deve estar associada a luta pelo fim da exploração, mas também pela emancipação feminina.

Assim, para concluir, apresentamos a seguir as considerações finais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar ocupado pelas mulheres dentro da produção possui particularidades as quais buscamos destacar ao longo deste trabalho, envolvidas em relações de exploração capitalista e opressão patriarcal, a entrada das mulheres no mercado de trabalho é condicionada por uma suposta natureza feminina de subserviência e passividade, explicitamos ao logo desta pesquisa como o processo chamado de “feminização” do trabalho no Brasil é marcado por especificidades históricas, delineamos através destas a combinação entre exploração e opressão aqui.

Neste sentido, os resultados desta pesquisa expressam o percurso adotado ao longo desta dissertação, delineamos alguns pressupostos iniciais entre patriarcado e capitalismo a fim de investigar como se estabeleceu esta relação no mercado de trabalho brasileiro, destrinchando através dos dados coletados das duas décadas selecionadas como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho aqui, expressava a combinação entre exploração e opressão – capitalismo e patriarcado.

Partindo desses pressupostos, trabalhamos com a hipótese de que combinação patriarcado e capitalismo se efetiva produzindo e reproduzindo diferenças, no intuito de reforçar desigualdades como forma de fragmentação da classe trabalhadora, promovendo, assim essa articulação no capitalismo toma forma num modo que permite gerir o conjunto da força de trabalho feminina.

A busca por compreender essa relação através das modificações no mercado de trabalho após a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho exigiu um resgate de dados que pudessem evidenciar as particularidades da exploração do trabalho feminino no Brasil. A partir disso, revisitamos as análises que explicitavam as contradições e singularidades do momento histórico ao qual o país perpassava, bem como, das análises que permitiam entender a mulher trabalhadora no Brasil, tendo como ponto de partida a tríade raça, classe e gênero pelo caráter particular da anatomia da classe trabalhadora no país.

Desta forma, para cumprir os objetivos elencados, ao longo desta dissertação fizemos um esforço em:

a) Adentramos as contribuições da teoria socialista, a fim de desvelar o processo de acumulação e expansão do capital, bem como, o papel da propriedade privada no que concerne o aprisionamento feminino a estrutura do lar, a partir da divisão entre as esferas do público – privado, abordando especificamente no que diz respeito à questão feminina como forma de desvelar o pensamento socialista em relação à mulher trabalhadora, como os conceitos

de exploração e opressão atuam no contexto do capitalismo e a utilização do patriarcado como forma de hierarquização dos sexos para fragmentar a classe trabalhadora e explorar mais e melhor, bem como, o patriarcado é utilizado como ferramenta de acumulação e aumento dos lucros dentro do sistema capitalista;

b) Destacamos a conexão entre opressão e exploração as mulheres trabalhadoras no Brasil, percorremos o percurso histórico após o processo denominado de feminização do trabalho, ou seja, as décadas de 1980 e 1990. Estas categorias de análise nos permitiram ao longo de toda essa dissertação a base essencial na captura do movimento das particularidades que se demonstram dentro do trabalho feminino na esfera produtiva no sistema capitalista e sua relação com o patriarcado. Neste espírito, a coleta de dados empíricos sobre a situação da mulher trabalhadora no Brasil nos permitiu destrinchar as singularidades no trabalho feminino dentro da produção devido à relação entre patriarcado e capitalismo, em época de crise, destacamos ao longo do início do segundo capítulo a situação social e política a qual o país atravessava o que resultou em novas configurações da forma de trabalho – a flexibilização e precarização.

Examinamos que a divisão sexual do trabalho interfere diretamente dentro dos postos de trabalho com a maior aderência feminina, a disparidade se justifica dentro de uma suposta relação de afinidade entre o feminino e o trabalho de cuidado, sendo destaque o tipo de trabalho de forte relação com o cuidado no lar como a limpeza, o cuidado das crianças e idosos, prestação de serviços com teor social – num ideal de gentileza feminina ligada a chamada “feminilidade”.

Avaliamos como o trabalho dentro do lar e a invisibilidade do trabalho doméstico é uma forma de dupla exploração feminina, já que o trabalho dentro da casa continua sendo uma obrigação feminina, nesse sentido, esse trabalho é apropriado para reprodução e utilizado de forma gratuita, já que a socialização destes afazeres não é interessante ao sistema capitalista tendo em vista os baixos lucros, porém é absorvido como trabalho não pago e de reprodução da vida dos trabalhadores.

Desvelamos como a expansão a escolaridade atingiu particularmente o contingente feminino que adentrava o mercado de trabalho brasileiro, porém ainda sim, esta expansão foi insuficiente no sentido de retirar a mulher da posição de disparidade salarial, disparidade do tipo de ocupação e mudanças significativas nas áreas de adesão ao trabalho feminino, continuando a sua ligação com a esfera de uma suposta “feminilidade”, uma natureza feminina mais propensa e designada a certos tipos de trabalho dentro da esfera produtiva;

c) Procuramos demonstrar a conexão entre a tríade raça, classe e gênero no processo de exploração da mulher trabalhadora no Brasil, apesar impossibilidade de aferir os

dados empíricos sobre a questão de raça dentro das ferramentas utilizadas para coleta de dados do IBGE, o caráter histórico escravagista e patriarcal da formação da classe trabalhadora no Brasil não nos permitiria deixar de inferir sobre a questão do racismo e sua apropriação pelo capitalismo como forma de exploração, assim como o patriarcado. Neste sentido, recuperamos as teorias que surgiram a partir das décadas abordadas neste trabalho e que trazem como destaque a análise da tríade raça, classe e gênero e como estas compreendem a forma de exploração exercida pelo capitalismo, e como a opressão pelo patriarcado se alinha a necessidade e lógica de expansão do capital, na busca de retomar como as colocações teóricas definem a prática, no sentido da busca pela real emancipação da mulher. Sustentamos que a partir das análises realizadas, o peso da dominação patriarcal e exploração capitalista atinge principalmente as mulheres trabalhadoras e neste sentido, a opressão é definida pela classe, como categoria que delinea os traços de opressão.

Assim, vale ressaltar que as questões aqui levantadas e os dados apresentados ao deste trabalho de dissertação nos permitiram apontar sobre a relação de configuração sobre a relação vigente entre patriarcado e capitalismo, e o seu papel no que concerne ao trabalho feminino, como este é utilizado na forma de exploração e no movimento de expansão e acumulação capitalista, no sentido de fragmentação da classe e exploração pela subalternização do trabalho da mulher na esfera produtiva.

Desta forma, entendemos que temos elementos suficientes para provar nossa hipótese inicial:

Trabalhamos com a hipótese de que a combinação entre capitalismo e patriarcado se efetiva produzindo e reproduzindo “diferenças” que, de certa forma, reforçam desigualdades como forma de dividir cada vez mais a classe trabalhadora, promovendo, diferente do que ocorre com os homens, a combinação entre exploração-opressão as mulheres trabalhadoras, assim essa articulação no capitalismo toma forma num modo que permite gerir o conjunto da força de trabalho feminina, bem como que, no caso do Brasil, o contexto de entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho implica em um processo de precarização do trabalho.

A partir dos dados coletados observamos uma crescente modificação nas configurações do trabalho concreto, a partir do solo histórico definido neste trabalho nos levou a desvendar algumas questões no que concerne a situação geral da classe trabalhadora na época, o avanço do neoliberalismo e da maquinaria, a reestruturação produtiva e as intensas modificações no campo social e político nos levam a inferir que o capital em solo brasileiro recorreu à força de trabalho feminina como forma de fragmentação da classe trabalhadora, bem como, de dar vazão ao aumento dos processos de flexibilização e precarização do trabalho. Inferimos que, em

momentos de crise – como ocorria nas duas décadas analisadas – o capital apresenta novas formas de organização do trabalho, como apresentamos ao longo do segundo capítulo,

Desta forma, servindo-se do patriarcado como ferramenta de aumento dos lucros e efetivação da acumulação privada. No entanto, essa utilização do patriarcado se modifica, não mais recorrendo a moral como forma de aprisionar o feminino, mas no sentido de definir o que é trabalho feminino e masculino na esfera produtiva. A partir disso, no movimento de análise calcada no método do materialismo histórico-dialético compreendemos que existem modificações significativas na relação estrutural que se mantinha antes entre patriarcado e capitalismo, verificamos uma relação mais conjuntural entre exploração e opressão – estas se manifestam de forma menos ligada ao conjunto de formas tradicionais do patriarcado, sofrendo metamorfoses importantes na forma de opressão as mulheres.

A própria forma da sociedade capitalista fragmentou alguns dos pontos fundamentais do patriarcado: a família, dentro da progressão social a família patriarcal deixou de ser o ponto central, vimos um crescimento a partir dos dados das mulheres como chefes de família, no entanto, o trabalho familiar ainda recai sob os ombros femininos.

Verificamos então, que apesar dessas modificações agora a relação basilar entre capitalismo e patriarcado se utiliza das diferenças entre homens e mulheres e as reproduz dentro do mercado de trabalho, bem como, mercantiliza as formas de luta contra a opressão, se ajustando num movimento que se concentra a partir dos anos 1990, a continuar explorando essas diferenças de outra forma. A combinação entre exploração-opressão as mulheres trabalhadoras tomam forma num modo que permite gerir o conjunto da força de trabalho, flexibilizando e precarizando o trabalho feminino na esfera produtiva e atingindo o conjunto de toda classe trabalhadora.

Assim, não parece a priori que o capitalismo se utilize das diferenças específicas como de raça e gênero – não se torna evidente a relação entre capitalismo-patriarcado-racismo, na exploração da força de trabalho como forma estrutural. Neste sentido, para além da confirmação de nossa hipótese inicial, adicionamos o fator da raça como ponto importante para compreender o trabalho feminino no Brasil, entendemos que o capitalismo se utiliza do patriarcado e do racismo como ferramenta de exploração.

Em nossa análise, sem pretensão de esgotar este tema, desmistificamos o papel do patriarcado dentro da lógica de acumulação do capitalismo, abarcando as modificações ocorridas ao longo do tempo, bem como, adentrando a situação da mulher trabalhadora no Brasil como forma de entender empiricamente a relação basilar capitalismo-patriarcado. Os dados coletados evidenciam estas tendências no período analisado, e corroboram com a

hipótese elencada por este estudo a priori, as diferenças e a hierarquização associadas ao gênero são utilizadas pelo capital na sua lógica de exploração e acumulação.

Dessa forma, entendemos que o lugar das reivindicações por emancipação feminina não deve se separar do terreno da luta de classes, na captura do movimento das opressões que ocorrem as mulheres, o seu lugar na produção é determinante, entendemos que a elaboração uma estratégia que tenha como princípio a emancipação da mulher não se limite a reformas dentro do Estado para atingir um determinado nível de participação feminino, mas que se proponha à elaboração de um horizonte estratégico de caráter proletário, socialista revolucionário de forma que a emancipação da classe trabalhadora e a construção de um novo horizonte longe da exploração capitalista é capaz de emancipar efetivamente as mulheres.

O estudo da relação entre patriarcado e capitalismo no campo da sociologia nos permitiu delinear a combinação entre opressão e exploração as mulheres, bem como, apresentar a importância da articulação entre teoria e prática no avanço da construção de um novo mundo que permita a emancipação da massa proletária oprimida e conseqüentemente, a construção da real emancipação feminina.

Referências

ASSUNÇÃO, Diana. **A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP**. São Paulo: Edições Iskra, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP :Boitempo, 2009

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. Outubro, n. 23, p. 33-58-2015. Disponível em: <Microsoft Word - 2015_Cinzia Arruza.docx (outubrorevista.com.br)> Acessado em: 11 de Dezembro de 2021

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BALTAR, P. e PRONI, M. **Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial**. In.: Oliveira, C e Mattoso, J. (Orgs.), Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, Paulo E. de A.; DEDECCA, Claudio S.; HENRIQUE, Wilnês. **Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil**. In: OLIVEIRA, Carlos E. B. de; MATTOSO, Levi. (orgs.) Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo :Scritta, 1996.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi.Outubro Revista, nº32, 2019.

BRITO, J.; OLIVEIRA, O. **Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho**. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) A Danação do Trabalho. Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, M. R. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas**. Mulher e Trabalho (Porto Alegre), Porto Alegre, RS, v. 1, n.mar/2001, p. 95-106, 2001.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

BRUSHINI, Maria Cristina Aranha; Arlene Martinez Ricoldi. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

CALADO, Joana das Neves. **O caráter do patriarcado na ordem social do Capital: Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade**. Dissertação em Serviço Social – UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2016.

CARLOTTO, Cassia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Revista Serviço Social em revista, n.2. Universidade Estadual de Londrina, 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 132, p. 211-230. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_abstract>. Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In.: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (Org.). **O método em Karl Marx**. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2008

D'ATRI, Andrea. **Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias**. Revista Lutas Sociais, n.27, p.142-156. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18739>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Princípios básicos do Comunismo**. In.: Obras escolhidas de Marx e Engels em três tomos. Editora Avante, 1982.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FINLAYSON, Lorna. **Feminismos em debate: na direção errada**. Tradução: Gabriele Almeida e Iaci Maria. Esquerda Diário. 22 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Feminismos-em-debate-na-direcao-errada>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

FOLEY, Barbara. **Interseccionalidad: uma crítica marxista**. Esquerda Diário. 29 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Interseccionalidad-una-critica-marxista?fbclid=IwAR3S4zjjEtaDv7Rayqs4Kgwhb0bQ6Mf-V3gVX4RSwkESYI92i5AprNfMsD4>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021..

FUNES, Bárbara. Rosa Luxemburgo. In.: **Lutadoras: histórias de mulheres que fizeram história**. Org. Andrea D'atri e Diana Assunção. 2. Ed. São Paulo: Edições Iskra, 2018.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917 - 1936. Tradução Natália Angyalossy Alfonso, com colaboração de Daniel Angyalossy Alfonso Goldman e Marie Christine Aguirre Casañeda. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Revista Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609. Set/Dez: 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA – IBGE. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens.** 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Rio de Janeiro: 1999.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil.** Tese em Direito – PUC: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio Janeiro, 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O socialismo e a emancipação da mulher.** Rio de Janeiro: Editorial Vitoria, 1956. Disponível em: <https://marxist.org.portugues/tematica/livros/soc_eman_mulher/index.htm> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. As Três Fontes. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Lenin-As-tres-fontes-e-as-tres-partes-constitutivas-do-marxismo-1913>>. Acesso em: 11 de Dezembro 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINEZ, L. Josefina. **Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe**. In.: Mulheres negras e marxismo. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

MIRANDA, Glauro V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975. P. 21-36.

MONTALI, Lilia. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. Revista Brasileira de Sociologia, Vol 02, No. 04, p. 107 – 134, 2014. Disponível em:< Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI | Revista Brasileira de Sociologia - RBS (sbsociologia.com.br)> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. Revista Aurora, v. 03, n.02, p. 59-62. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1231>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. São Paulo: Autores associados, 2004.

PARKS, Leticia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (Orgs.). **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PODCAST 002 Feminismo e Marxismo - (Extra) História do 8 de março. Entrevistadora: Diana Assunção. Entrevistadas: Flávia Valle e Maíra Machado. Esquerda Diário, 07 de Mar. de 2020. Podcast. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_14v3_Va_xE&feature=youtu.be. Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SAFFIOTI, Heleith. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo: Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Ariane Alves da. **“Elas por elas”**: a representação feminina no legislativo dos **Municípios de Sumé e Monteiro - PB**. Monografia em Ciências Sociais – UFCG. Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – PB, 2018.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. – (Edições do senado Federal ; v. 240 A-C)

TROTSKY, Leon. **ABC da dialética materialista**. Esquerda Diário. Disponível em: <<https://esquerdadiario.com.br/Leon-Trotsky-ABC-da-dialetica-materialista>> Acesso em 11 de Dezembro de 2021.

ROSSI, Tina. Para tirar el patriarcado. Ideas de Izquierda. Disponível em: <<https://carga.laizquierdadiario.com/Para-tirar-el-patriarcado>> Acesso em: 11 de Dezembro de 2021.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **Mulher e mercado de trabalho no Brasil: notas de uma história em andamento**. Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1497> Acesso em: 28 de Novembro de 2021.

VIDAL, Malena e RECK, ADELA. Flora Tristán. In.: **Lutadoras: histórias de mulheres que fizeram história**. Org. Andrea D’atri e Diana Assunção. 2. Ed. São Paulo: Edições Iskra, 2018.

VIDAL, Malena e RECK, ADELA. Clara Zetkin. In.: **Lutadoras: histórias de mulheres que fizeram história**. Org. Andrea D’atri e Diana Assunção. 2. Ed. São Paulo: Edições Iskra, 2018.

WANDERLEY, Shimenny Ludmila Araújo. O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do partido de los trabajadores socialistas na argentina. Dissertação em Ciências Sociais – UFCG. Universidade Federal de Campina Grande, 2019.